

UNIVERSIDADE FEDERAL DE PERNAMBUCO
CENTRO DE FILOSOFIA E CIÊNCIAS HUMANAS
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM ANTROPOLOGIA

ESTRELA:

UMA COMUNIDADE QUILOMBOLA EM PERNAMBUCO

ALICE FERREIRA DO NASCIMENTO MACIEL

RECIFE

2012

ALICE FERREIRA DO NASCIMENTO MACIEL

ESTRELA:

UMA COMUNIDADE QUILOMBOLA EM PERNAMBUCO

Dissertação apresentada ao Programa de Pós-graduação em Antropologia da Universidade Federal de Pernambuco como requisito parcial para a obtenção do título de Mestre em Antropologia.

Orientadora: Prof^a. Dr^a. Josefa Salete Barbosa Cavalcanti

RECIFE

2012

Catálogo na fonte
Bibliotecária Maria do Carmo de Paiva, CRB-4 1291

M152e Maciel, Alice Ferreira do Nascimento.
Estrela : uma comunidade quilombola em Pernambuco / Alice Ferreira do Nascimento Maciel. – Recife: O autor, 2012.
130 f. : il. ; 30 cm.

Orientadora: Profª. Drª. Josefa Salete Barbosa Cavalcanti.
Dissertação (mestrado) - Universidade Federal de Pernambuco, CFCH. Programa de Pós-Graduação em Antropologia, 2012.
Inclui referências e anexo.

1. Antropologia. 2. Quilombolas – Garanhuns (PE). 3. Agricultura. 4. Trabalho. 5. Política pública. I. Cavalcanti, Josefa Salete Barbosa (Orientadora). II. Título.

301 CDD (22.ed.) UFPE (CFCH2015-88)

ALICE FERREIRA DO NASCIMENTO MACIEL

“ESTRELA: UMA COMUNIDADE QUILOMBOLA EM PERNAMBUCO”.

Dissertação apresentada ao Programa de Pós-graduação em Antropologia da Universidade Federal de Pernambuco como requisito parcial para a obtenção do título de Mestre em Antropologia.

Aprovada em 30/08/2012.

BANCA EXAMINADORA

Prof^a. Dr^a. Josefa Salete Barbosa Cavalcanti (Orientadora - PPGA/UFPE)

Prof^a. Dr^a. Vânia Rocha Fialho de Paiva e Souza (Examinadora Titular Interna - PPGA/UFPE)

Prof^a. Dr^a. Liana Lewis (Examinadora Titular Externa - PPGS/UFPE)

Aos Quilombolas de Garanhuns.

AGRADECIMENTOS

Agradeço a todos de Estrela que muito contribuíram para a realização da pesquisa. Por toda a atenção recebida em cada casa que visitei e pelo desprendimento em partilhar suas histórias. Em especial agradeço à família de Dona Inez e Seu Ciço, que me receberam em sua casa durante todo o trabalho de campo realizado.

À Cícero Andrade, presidente da Associação Quilombola de Estrela, pela disponibilidade em me receber sempre que precisei. Às lideranças quilombolas de Garanhuns que sempre foram solícitos aos meus questionamentos, partilhando suas experiências com a “moça das pesquisas”.

Aos membros do IPA e da CPT, pela presteza em fornecer as informações necessárias para a pesquisa.

À Adelia Branco, pela contribuição essencial à pesquisa e pela amizade construída nesse período.

À CAPES pela bolsa concedida, fundamental para a realização deste trabalho.

À minha orientadora, Salete Cavalcanti, que me acompanha desde a graduação, pela dedicação, apoio e orientação constantes durante todas as etapas da pesquisa.

Ao Programa de Pós-Graduação em Antropologia da UFPE, e a todos os professores. Especialmente à professora Vânia Fialho pela consideração e disponibilidade em contribuir com o meu trabalho.

Aos colegas da turma de mestrado 2010 pelo convívio harmonioso, pela troca de experiências, pelos desabafos, pelas compreensões. Aos amigos Demócrito, Érica e Warná que se tornaram parceiros para toda a vida.

Aos meus pais, Amaro e Lourdes, pelo apoio incondicional, presença constante e incentivo aos meus projetos pessoais. Ao meu irmão Arthur pela parceria, atenção e suporte emocional.

RESUMO

O propósito deste trabalho é compreender a comunidade quilombola Estrela a partir das mudanças nas relações de trabalho estabelecidas em diferentes momentos históricos, relacionando-as às políticas implantadas pelo Estado. Estrela localiza-se na zona rural do município de Garanhuns, na vizinhança das comunidades quilombolas de Castainho e Estivas. É formada por três sítios: Estrela, Imbaúba e Gejuíba. Como outras comunidades quilombolas do Brasil, a maioria das pessoas de Estrela vive da agricultura e do trabalho assalariado fora da comunidade na cidade de Garanhuns como pedreiros, servidores públicos e comerciários. Até a década de 1960 a população trabalhava na monocultura do café. Na década de 1960 o governo lançou o Programa de Erradicação do Café. Os fazendeiros substituíram as plantações de café por capim para a criação de gado, causando sérios impactos socioeconômicos para a comunidade de Estrela pela perda de oportunidade de trabalho e uso da terra para os seus roçados. A realidade desta comunidade começa a mudar a partir de sua certificação como comunidade quilombola. Políticas públicas voltadas à essas populações começam a ser implantadas pelo Estado e dinamizam a organização socioeconômica, política e cultural da comunidade. Com base no trabalho de campo realizado entre os anos de 2011 e 2012, esta dissertação contribui para a compreensão das mudanças e processos de reprodução dessa comunidade enquanto quilombola desvelando processos que se estendem da invisibilidade ao reconhecimento.

Palavras-chave: Quilombolas. Campesinato. Comunidade Quilombola Estrela. Relações de trabalho. Políticas Públicas.

ABSTRACT

This research has the purpose to understand the Estrela quilombola community changes in work relationships established in different historical periods, relating them to the policies implemented by the State. Estrela is located in the rural of Garanhuns city, in neighborhood of others quilombola communities like Castainho and Estivas. In Estrela there are three small farms: Estrela, Imbaúba and Gejuíba. Like other quilombola communities in Brazil, most of people from Estrela are small farmers or some people work outside the community as builders, servers public and commercial workers. Until the 1960s, the population worked in the Coffee cultivation. In the 1960s, the government launched the Program for the Eradication of Coffee. Farmers coffee plantations are replaced by grass for the cattle, causing serious socio-economic impacts to the community of Estrela for the loss of work opportunities and land use for their fields. The reality of this community begins to change, next years, because Estrela was certificated as Quilombola Community. Public policies aimed at these populations began to be implemented by the State and streamline the organization socioeconomic, political and cultural community. Based on fieldwork conducted between 2011 and 2012, this dissertation contributes to the understanding of the changes and processes of reproduction of this community while quilombola processes extending from invisibility to recognition.

Keywords: Quilombolas. Peasantry. Comunidade Quilombola Estrela. Work's Relations. Public Polices.

LISTA DE FIGURAS

Figura 01	Ponto de apoio de Saúde	Pág. 46
Figura 02	Cevação da mandioca na Casa de Farinha	Pág. 48
Figura 03	Escola Municipal Francino Albino da Silva	Pág. 51
Figura 04	Capela de Nossa Senhora Aparecida	Pág. 52
Figura 05	Sr. Pedro desenhando no chão o formato espacial da comunidade	Pág. 58
Figura 06	Família de D. Neném raspando mandioca	Pág. 59
Figura 07	Modelo de roça	Pág. 69
Figura 08	Moradora da comunidade plantando uma muda em seu quintal	Pág. 88
Figura 09	Jovem de Estrela na oficina de vídeo	Pág. 90
Figura 10	Grupo Teatral de Estrela apresentando o espetáculo “Samba de coco de parelha trocada e o tic tac do tempo	Pág. 96
Figura 11	Reunião de assinatura do projeto de construção de casa na comunidade quilombola Estivas	Pág. 114

LISTA DE MAPAS

Mapa 01	Localização de Estrela	Pág. 35
Mapa 02	Localização dos sítios que compõe a comunidade quilombola Estrela	Pág. 39
Mapa 03	Localização das disposições das casas	Pág. 44
Mapa 04	Localização das fazendas em torno de Estrela	Pág. 58
Mapa 05	Localização das fazendas que cultivavam café	Pág. 62

LISTA DE TABELAS

Tabela 01	Quantidade de famílias e pessoas da Comunidade Quilombola Estrela	Pág. 38
-----------	---	---------

LISTA DE BOXES

Box 01 O Café de Josué

Pág. 65/66

LISTA DE SIGLAS

ABA - Associação Brasileira de Antropologia

ADCT - Ato das Disposições Constitucionais Transitórias

CEB - Comunidade Eclesial de Base

CESE - Coordenadoria Ecumênica de Serviço

CPT - Comissão Pastoral da Terra

DSG - Diretoria de Serviços Geográficos (Exército Brasileiro)

FCP - Fundação Cultural Palmares

FETAPE - Federação dos Trabalhadores na Agricultura do Estado de Pernambuco.

FIG - Festival de Inverno de Garanhuns

FUNDARPE - Fundação do Patrimônio Histórico e Artístico de Pernambuco

GT - Grupo de Trabalho

IBGE - Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística

IDH - Índice de Desenvolvimento Humano

INCRA - Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária

IPA - Instituto Agronômico de Pernambuco

ONGs - Organizações Não-Governamentais

RTID - Relatório Técnico de Identificação e Delimitação

SR - Superintendência Regional do INCRA

UPE - Universidade de Pernambuco

Sumário

INTRODUÇÃO	14
ENTRANDO E ESTANDO EM CAMPO.....	16
CAMINHOS METODOLÓGICOS.....	20
CAPÍTULO 1 - CONTEXTUALIZANDO: OS ESTUDOS SOBRE AS COMUNIDADES NEGRAS RURAIS E QUILOMBOLAS NA ANTROPOLOGIA	26
1.1 O reconhecimento de uma diversidade no campesinato brasileiro	28
1.2 A categoria “quilombola” nos estudos sobre campesinato	31
CAPÍTULO 2 - ESTRELA: SITUANDO A COMUNIDADE	35
2.1 Um pouco da história do lugar	39
2.2 Os laços de parentesco.....	41
2.2.1 Sítio Estrela	42
2.2.2 Sítios Imbaúba e Gejuíba.....	45
2.3 Trabalho e Sociabilidade.....	46
2.4 A Associação Quilombola do Sítio Estrela	55
CAPÍTULO 3 – DO TEMPO DO CAFÉ E DA ROÇA	61
3.1 Entre a roça e o capim	69
3.2 A erradicação do café	71
3.3 As relações de trabalho hoje	76
CAPÍTULO 4 – DA INVISIBILIDADE AO RECONHECIMENTO: AS POLÍTICAS PÚBLICAS PARA COMUNIDADES QUILOMBOLAS	82
4.1 Um pouco da história da ATER no Brasil	83
4.2 O projeto “Produção Agrícola de vegetais e consumo sustentável: uma contribuição para a Segurança Alimentar e Nutricional e a Economia familiar”	85
4.3 O “Samba de Coco de Parelha trocada e o Tic Tac do Tempo”	94
4.4 Os grupos culturais e as políticas públicas	96
4.5 É tempo de festa: a Festa Quilombola de Estrela	101
4.6 As alianças entre as associações quilombolas e as políticas públicas	106
CONSIDERAÇÕES FINAIS	116
REFERÊNCIAS	123
ANEXO	129

INTRODUÇÃO

O propósito deste trabalho é compreender a comunidade quilombola Estrela a partir das mudanças nas relações de trabalho estabelecidas em diferentes momentos históricos, relacionando-as às políticas implantadas pelo Estado.

A comunidade quilombola Estrela está localizada na zona rural do município de Garanhuns, região Agreste do Estado de Pernambuco. Na divisão geopolítica do estado, a cidade de Garanhuns pertence ao Agreste Meridional, parte sudeste de Pernambuco, fazendo limite com o estado de Alagoas. Esta região, de grandes planaltos, tem muita variação de pluviosidade e temperatura, propiciando atividades agrícolas (ANDRADE, 1963, p. 33). De abril à agosto chove bastante; no resto do ano a quantidade de chuvas é relativamente menor. A região é conhecida como a bacia leiteira do estado tendo como principal base econômica a pecuária para a produção de leite e derivados; há, portanto inúmeras fazendas de criação de gado como também pequenos estabelecimentos familiares.

Estrela está na vizinhança das comunidades quilombolas de Castainho, Estivas e Tigre. Possui cerca de 500 habitantes distribuídos em 3 sítios: Estrela, Imbaúba e Gejuíba. Conhecida ao redor como sítio Estrela, a comunidade foi reconhecida como *quilombola* pela Fundação Cultural Palmares em 2005. A maioria das pessoas de Estrela vive da agricultura, salvo as que trabalham na cidade de Garanhuns como pedreiros, servidores públicos e comerciários, e as que são aposentadas.

Rodeada por fazendas de criação de gado, a comunidade se sustenta do trabalho nessas fazendas e na agricultura nas terras arrendadas ou cedidas por fazendeiros. As fazendas que hoje são de criação de gado já foram grandes fazendas de café que empregavam os moradores da região. Os homens trabalhavam na semeadura e limpeza e as mulheres na colheita do café. Na década de 1960, com o Programa de Erradicação do Café lançado pelo governo brasileiro, as plantações de café foram exterminadas e a principal fonte de renda das pessoas

de Estrela também, causando sério impactos sócio-econômicos para a comunidade e refletindo na sua atual estrutura de produção agrícola.

Em 2008, a comunidade Estrela foi contemplada por um projeto do Instituto Agronômico de Pernambuco – IPA, que passou a desenvolver ações de Extensão Rural na comunidade. O IPA é o órgão responsável por atender a população rural do município de Garanhuns no que se refere à política de Extensão Rural. Dois extensionistas são responsáveis pelo desenvolvimento das atividades de Extensão Rural, propostas pela Política Nacional de Assistência Técnica e Extensão Rural do Ministério do Desenvolvimento Agrário, nas comunidades rurais que cercam o município, inclusive nas seis quilombolas. O projeto “Produção Agrícola de vegetais e consumo sustentável: uma contribuição para a Segurança Alimentar e Nutricional e a Economia familiar” foi desenvolvido em Estrela a fim de estimular a população local a melhorar a alimentação e aumentar a renda familiar, além de fortalecer a identidade quilombola da comunidade.

Outras políticas culturais foram implantadas na comunidade a fim de incentivar e fortalecer a criação de grupos culturais. Essas políticas partem do pressuposto de respeitarem a diversidade e especificidade das populações quilombolas.

Diante dessas informações, muitas questões foram surgindo para serem respondidas com este trabalho. Qual a história recente da comunidade quilombola Estrela? Quais os elementos que possibilitam sua organização social? Quais foram as mudanças ocorridas nas práticas das atividades agrícolas na comunidade (no presente e no passado)? Quais as principais relações de trabalho estabelecidas na comunidade segundo as atividades desenvolvidas? Quais e como foram implementadas as políticas públicas na comunidade? Como e quais são as alianças de Estrela com outras comunidades quilombolas? Quais são as estratégias desenvolvidas pelo grupo estudado para manter-se como comunidade quilombola?

Foram essas as indagações que guiaram este trabalho que será apresentado em quatro capítulos. O capítulo 1 apresenta uma contextualização do tema da pesquisa e delinea discussões em torno de comunidades quilombolas na Antropologia. O capítulo 2 descreve a comunidade a partir dos aspectos relevantes

da organização social, cultural, política e econômica de Estrela. O terceiro capítulo destina-se ao aprofundamento dos aspectos de organização econômica da comunidade, através da análise das mudanças na produção agrícola e dos ciclos econômicos, desde o trabalho nas fazendas de café até os dias atuais. O capítulo 4 realiza uma discussão em torno das políticas públicas implantadas pelo Estado na comunidade e suas implicações para a configuração das estratégias desenvolvidas pela comunidade para manter-se dentro deste novo ciclo.

ENTRANDO E ESTANDO EM CAMPO

O desejo de estudar aspectos das sociedades rurais vem desde minha iniciação na vida acadêmica. Durante a graduação em Ciências Sociais desenvolvi interesse pelo estudo do mundo rural brasileiro. Quando ainda estava no terceiro período do curso de graduação participei de um projeto de extensão do Departamento de Administração da Universidade Federal de Pernambuco chamado “Uma proposta Técnico educativa de apoio ao Desenvolvimento Sustentável”, quando, pela primeira vez, me encontrei, como pesquisadora, com a temática rural. Esse projeto foi desenvolvido na ONG SERTA localizada no município de Glória do Goitá, Pernambuco, que trabalha com populações do campo estimulando as práticas agroecológicas e o desenvolvimento rural sustentável.

Findado este projeto de extensão que teve duração de 10 meses, comecei a Iniciação Científica com a professora Salete Cavalcanti no Departamento de Ciências Sociais. Meu projeto de pesquisa de Iniciação Científica foi estudar uma cooperativa de agricultores familiares orgânicos, a Ecoorgância, que tinha conhecido quando participei do projeto de extensão. O contato com agricultores e agricultoras familiares foi ainda mais intenso nesse período, pois a pesquisa de iniciação científica se estendeu de agosto de 2006 a janeiro de 2008. Nesse período, além de desenvolver a pesquisa de iniciação também comecei o trabalho de monografia sobre o mesmo tema. Na monografia realizei um trabalho etnográfico sobre a cooperativa de orgânicos estudada durante a iniciação científica.

No primeiro semestre de 2008, após a conclusão do curso de graduação, comecei a trabalhar como pesquisadora no interior do estado de Pernambuco e então entrei em contato com a temática quilombola. Nas viagens que fazia pelo interior encontrei amigos que estudaram comigo na universidade e que estavam trabalhando no projeto “Brasil Quilombola” no Centro de Cultura Luiz Freire. Conheci algumas comunidades, algumas lideranças quilombolas e comecei a pensar no projeto de mestrado. Os trabalhos antropológicos que lia sobre comunidades quilombolas sempre destacavam a questão da formação identitária da comunidade, a questão étnica. Sentia muita falta de trabalhos etnográficos, que dessem visibilidade aos quilombolas, onde e como viviam e o que faziam. Ao mesmo tempo observava que havia várias políticas públicas que estavam sendo executadas direcionadas especificamente para essas comunidades, mas pouco havia de estudos sobre as implicações dessas políticas para a comunidade. A política de Assistência Técnica e Extensão Rural era uma delas.

Partindo dessa inquietação escrevi o projeto de mestrado tendo como problema de pesquisa a política de Assistência Técnica e Extensão Rural para quilombolas de Pernambuco. E com esse projeto ingressei no mestrado em Antropologia na UFPE.

Já no mestrado e com o tema definido me restava escolher a comunidade a ser pesquisada. Já tinha feito um mapeamento de todas as cidades pernambucanas onde existiam comunidades quilombolas e também sabia que o IPA - Instituto Agrônomo de Pernambuco, órgão responsável pela Extensão Rural no estado, trabalhava em algumas cidades com essas comunidades. Procurei então a coordenação do IPA para me informar quais unidades do IPA trabalhavam diretamente com quilombolas. Em duas cidades, Garanhuns e Passira, o IPA desenvolvia assistência às comunidades quilombolas. A escolha do município se deu pelas seguintes razões: o município de Garanhuns tem seis comunidades quilombolas (Caluête, Castainho, Estivas, Estrela, Tigre e Timbó), três delas reconhecidas pela Fundação Cultural Palmares, além de ser próxima à Recife, cidade na qual resido, o que tornaria a pesquisa viável economicamente.

Diante disso, parti para a escolha da comunidade a ser pesquisada. Já tinha conhecimento do livro “Castainho, etnografia de um bairro rural de negros”, de Anita

Monteiro, publicado pela Fundação Joaquim Nabuco em 1985, e do trabalho de demarcação de terras de Castainho desenvolvido pelo Departamento de Engenharia Cartográfica da UFPE e a University New Brunswick, no Canadá. Também havia lido o trabalho de José Alfredo da Silva Júnior “Reconhecimento étnico e políticas públicas de desenvolvimento agrário: o caso dos agricultores quilombolas da comunidade do timbó em Pernambuco”, uma dissertação de mestrado de 2009 do Programa de Pós-Graduação em Antropologia da UFPE. Essas publicações me fizeram pensar que caso eu escolhesse uma dessas comunidades já teria um material interessante sobre o campo. Porém uma informação nova me fez optar por outra comunidade, Estrela. A informação era de que no ano de 2008 o IPA, com apoio do CNPq, desenvolveu na comunidade Estrela um projeto de Extensão Rural baseado na Política Nacional de Assistência Técnica e Extensão Rural. Esse foi então o critério de escolha da comunidade Estrela para o estudo nesta pesquisa.

A primeira vez que estive em Estrela foi durante a festa da comunidade no mês de março. Passei o fim de semana inteiro na casa do presidente da Associação Quilombola. No período da festa muitas pessoas de outros sítios e de outras cidades vão para a comunidade. Nesses dias fui às casas de alguns moradores para conhecê-los e avisá-los que nos próximos meses iriam me ver por lá porque eu estava fazendo uma pesquisa sobre a comunidade. Nas casas dos moradores mais antigos sempre que eu dizia que iria fazer uma pesquisa eles me contavam a história que há muito tempo atrás morou lá uma mulher chamada Adelia, junto com seu esposo Paulo, que fez uma pesquisa com eles. Diziam que ela ia às casas dos moradores conversar com eles e que gravava essas conversas, tirava fotos. Depois que ela morou lá foi embora e só voltou alguns anos depois para visitá-los e depois não souberam mais notícias dela. Essa história me foi contada muitas vezes. Por várias pessoas que conviveram com Adelia. Eles me contavam na esperança que eu soubesse quem ela era, onde ela estava, o que ela fazia. E para decepção minha e deles, eu não sabia quem era.

Voltando à Recife comecei a pesquisar, sem muitas referências sobre Adélia. Depois de muita procurar cheguei ao nome de Adelia Branco através de trabalhos feitos por ela na Fundação Joaquim Nabuco. Enviei então um e-mail para o endereço encontrado me apresentando, falando da minha pesquisa de mestrado e

perguntando se era ela quem havia feito algum tipo de trabalho numa comunidade chamada Estrela, em Garanhuns. No mesmo dia esse e-mail foi respondido e Adelia, muito surpresa pelo contato e pelo assunto do e-mail, confirmou que passou um tempo em Estrela, entre os anos de 1983 e 1984, fazendo sua pesquisa de mestrado em Antropologia pela University of Georgia resultando no trabalho "From Proletariat To Peasant: The impact of a Coffee Erradication Program on households in a Rural Black Community in Pernambuco, Brazil" (1985). Ela também me falou que estava morando em Moçambique, perguntou sobre o que eu estava pesquisando e como eu iria fazer a pesquisa. Respondi o e-mail falando também da minha surpresa e alegria em encontrá-la e comentei que iria passar o mês de julho inteiro na comunidade, pelo que ela me respondeu que em julho viria à Recife de férias e gostaria muito de me encontrar em Estrela.

Em julho as pessoas, já sabendo da possível vinda de Adelia, estavam ansiosas por este encontro. As conversas nos finais de tarde eram em torno dessa visita. Os moradores mais velhos, na expectativa de revê-la depois de tantos anos, os mais jovens curiosos para saber quem era a mulher tão lembrada por seus parentes.

Marquei por telefone com Adelia de nos encontrarmos, no domingo, 10 de julho, num ponto da estrada entre as cidades de Garanhuns e Correntes para irmos até Estrela. Apesar do dia chuvoso e frio, quando chegamos à Estrela todos já estavam nas portas de suas casas esperando a visita mais aguardada. Este foi o dia mais bonito e emocionante que vivi em Estrela até hoje. Todos muito emocionados e felizes. Adelia passou o domingo inteiro de casa em casa cumprimentando as pessoas, tirando fotos com elas, mostrando fotos que trouxe do tempo em que fez a pesquisa na comunidade, falando do país onde estava morando atualmente e como era sua vida lá. Foi um dia realmente de festa e boas recordações. E no lugar da saudade ficou a esperança de encontrar Adelia outras vezes.

É inquestionável a importância que tudo isso teve no desenrolar da minha pesquisa de campo. A relação com o grupo ficou mais harmoniosa, as casas e pessoas tornaram-se acessíveis, as entrevistas mais espontâneas. Eu já estava vivendo com eles, pois foi quando iniciei a parte mais intensiva do meu trabalho de campo, mas antes da visita de Adélia pairava certa desconfiança diante do que eu

estava fazendo na comunidade, quais minhas intenções “reais”, apesar de já ter deixado claro nas primeiras visitas.

Ter conversado com Adelia também me trouxe boas reflexões para a pesquisa. Sua dissertação de mestrado me deu uma base sobre a organização da comunidade há 26 anos atrás, como também sobre o problema da erradicação do café para os moradores de Estrela estudado por ela em 1984 e que reflete as mudanças, principalmente agrícolas, ocorridas na comunidade até o presente.

CAMINHOS METODOLÓGICOS

Com a proposta de compreender a comunidade quilombola Estrela, optei pelo método etnográfico, como o mais clássico utilizado na Antropologia, através da observação participante. Observar o grupo “de dentro” me pareceu ser o caminho metodológico mais adequado para o que tinha me proposto estudar.

Entendo a comunidade quilombola Estrela como um grupo camponês, no seu sentido mais amplo como enfatizado por autores clássicos do campesinato como Kroeber (1948), Chayanov (1974), Wolf (1970) e Shanin (2005). Mas para a realidade do camponês brasileiro, parto do conceito de Wanderley (2010, p.12) de entender o camponês como:

Produtor direto dos seus meios de vida (...) é o responsável pela subsistência de sua família, no tempo presente e de sua reprodução futura, através da construção/reprodução do patrimônio familiar. A família é assim, o fundamento de sua forma social de produção, uma vez que ela é, ao mesmo tempo, proprietária dos meios de trabalho e responsável direta pelo esforço necessário à realização dos seus objetivos, através de um sistema de atividades, exercido interna e externamente ao estabelecimento familiar.

Ao mesmo tempo, identifico no grupo estudado características próprias que os distingue de outros grupos camponeses. Muitos deles que estão localizados no mesmo espaço geográfico. Isso só corrobora a perspectiva adotada nesta pesquisa

de que no Brasil “as configurações camponesas são bastante diversas” (GODOI, MENEZES & MARIN, 2009, p. 23).

No intuito de perceber essas questões, iniciei a pesquisa de campo em abril de 2011 fazendo visitas regulares à comunidade e tendo os primeiros contatos com a população.

Nesse início de pesquisa, coletando dados mais gerais de como a comunidade se organizava, quantidade de pessoas que havia em cada sítio, os serviços públicos básicos oferecidos a comunidades. Durante essas visitas ficava na casa de D. Inez, uma senhora de 64 anos, casada, mãe de quatro filhos. Um de seus filhos é o presidente da associação quilombola de Estrela. Como o primeiro contato para acessar a comunidade foi através do presidente da associação, fiquei na casa de sua mãe na primeira vez que fui a comunidade. No decorrer das visitas fui ficando na mesma casa, D. Inez fazia questão que eu me hospedasse durante o período da pesquisa em sua casa. E a localização da sua residência, bem no centro da comunidade, facilitava meu deslocamento.

No mês de julho, para uma aproximação e intimidade maior com o grupo, fui morar durante este mês em Estrela. Como já estava ficando na casa de D. Inez, ficou certo que iria passar aquele tempo na sua casa. Essa casa fica situada bem no centro da comunidade, próxima a igreja e casa de farinha. Moram oito pessoas na residência. Fiquei dormindo no quarto das filhas da dona da casa. A aproximação com a família foi rápida. Tanto que em alguns dias que eu estava morando na casa deles, já me consideravam como “filha de criação”.

Durante esse mês, participei das atividades cotidianas da comunidade como colheita e raspagem da mandioca, produção da farinha, debulha do feijão, ensaio dos grupos de teatro e dança e atividades propostas pela escola da comunidade.

Foi nesse mês também que comecei a realizar as entrevistas. Foram realizadas ao todo 21 entrevistas. Dessas, 19 foram gravadas e 2 anotadas. As entrevistas eram baseadas num roteiro semi- estruturado, com questões que interessavam ao meu problema de pesquisa. Essa estrutura de roteiro era apenas para guiar a conversa, não seguia rigidamente uma ordem e muitas vezes as

entrevistas caminhavam por assuntos não contemplados pelo roteiro, mas que enriqueceram a perspectiva do trabalho.

Foram entrevistadas pessoas dos três sítios que compõem a comunidade. As entrevistas eram realizadas nas casas dos informantes e também em outros ambientes como em seus roçados, na escola, à caminho de algum lugar. Algumas delas foram feitas individualmente, outras foram realizadas na presença de outras pessoas, principalmente filhos e netos dos informantes que vinham ouvir as “histórias”.

Além das pessoas da comunidade, também foram entrevistadas pessoas de outras comunidades quilombolas, servidores públicos do IPA, uma representante da Comissão Pastoral da Terra e o professor de teatro que trabalhou na comunidade.

No início da pesquisa, quando ia para qualquer lugar sempre era acompanhada pela filha mais nova de D. Inez, por recomendação dela mesma. Pois dizia que ninguém me conhecia e poderiam “mexer” comigo¹. Depois que já estava morando por lá e conhecia praticamente todos da comunidade comecei a andar sozinha pelos sítios.

Durante essas andanças, sempre levava a câmera fotográfica e fazia o registro fotográfico de espaços e pessoas da comunidade. Durante as entrevistas também utilizava a câmera. O leitor vai se deparar com algumas fotos ao longo do texto. Acredito que a fotografia é uma ferramenta importante para o trabalho etnográfico, como observamos nos trabalhos antropológicos da chamada “antropologia visual”. E neste sentido, compartilho com Andrade que tanto o registro fotográfico quanto a etnografia são realizadas a partir do mesmo ato: o de observar (2002, p.55). A Fotografia, tal como a Antropologia “ordena culturalmente os dados, os fragmentos da realidade, através da observação” (ANDRADE, 2002, p.53).

A fotografia tornou-se, portanto, mais que uma ferramenta metodológica: tornou-se a testemunha do meu trabalho como observadora, fotógrafa, antropóloga.

¹ A expressão “mexer” é muito utilizada no Nordeste e tem um sentido bem amplo. “Mexer” com alguém significar desde importunar, incomodar e aborrecer um indivíduo até mesmo o molestar sexualmente. Acredito que o significado da expressão utilizada por D. Inez tenha a ver com o primeiro sentido, com o fato de alguém da comunidade tentar me importunar com perguntas, possivelmente por não me conhecer.

Muitas das fotografias utilizadas no decorrer no texto foram escolhidas por mim aleatoriamente para ilustrar o assunto tratado. Outras fotografias foram tiradas por mim a partir do pedido dos informantes, como no caso da foto da casa de farinha.

No momento em que estava acompanhando a cevação da mandioca, a câmera estava ligada, mas no momento me interessava mais acompanhar o trabalho das pessoas com a mandioca. Fui surpreendida pelo pedido do Sr. Joãozinho para que eu registrasse com a câmera fotográfica aquele momento. O pedido do registro veio acompanhado da recomendação “tire a foto para você mostrar lá”. Naquele momento, tirei a foto e recordei o que tinha lido no livro *O trabalho do Antropólogo*, de Roberto Cardoso de Oliveira. Neste livro, Oliveira descreve as etapas da pesquisa empírica proposta por Geertz, o *being there* e o *being here* (1998, p. 25). Ainda segundo Oliveira, o *being there* se relaciona ao fato do pesquisador estar lá no campo, enquanto que o *being here* remete ao fato do pesquisador, terminada a pesquisa de campo, volta ao seu “gabinete” e ao convívio de seus pares para então começar a produzir o seu texto.

Até então, acreditava que apenas o pesquisador era consciente da existência dessa dupla tarefa, o estar lá e o estar aqui, no entanto, depois desse episódio me dei conta que os informantes também têm consciência da existência dessas etapas. Sr. Joãozinho ao me recomendar “mostrar lá”, demonstra saber que existe um lugar ou um momento em que irei, de alguma forma, apresentar os dados que eu coletei a alguém ou a um grupo de pessoas interessadas em conhecer aquele universo. Para ele, aquele momento na casa de farinha era importante ser mostrado. Isso me fez pensar na responsabilidade ainda maior que o pesquisador tem que ter na escolha de seus procedimentos metodológicos.

Voltando às entrevistas, preciso informar ao leitor que, alguns informantes pediram para não ter seus nomes divulgados, para evitar a exposição deles e gerar possíveis conflitos, seus nomes foram omitidos. Em seu lugar preferi indicar a sua posição (cargo ou profissão) diante da pesquisa (presidente da associação, extensionista, professor, etc.).

Ainda no mês de julho, acompanhei o trabalho de algumas pessoas de Estela nas fazendas vizinhas à comunidade. Pelos questionamentos sobre minha presença

nas fazendas, percebi que era vista com desconfiança por trabalhadores e caseiros, por acreditarem que se tratava de alguma fiscalização. Mas isso não impediu que eu acompanhasse os moradores de Estrela que trabalhavam ou tinham sua roça naquela fazenda. Foi principalmente nessas visitas às fazendas que consegui visualizar e ter mais informações a respeito das relações de trabalho na monocultura do café e das mudanças ocorridas e o novo ciclo econômico que se iniciou após o extermínio do café.

Deixo claro que neste trabalho, não aprofundo o conceito de ciclos econômicos, apenas descrevo como ocorreram transformações na comunidade a partir do ciclo do café até a criação de gado. Quando menciono ciclo econômico do café, estou me referindo ao tempo em que a monocultura do café era a principal fonte de renda do lugar. Mas não excluo a possibilidade de haver outras atividades econômicas importantes dentro deste ciclo. O mesmo é válido para o ciclo do gado.

Voltei à Recife em agosto, mas continuei com visitas semanais a comunidade até o mês de setembro de 2011. Nesse período já havia coletado um bom material a respeito das relações de trabalho na comunidade com o café e as relações atuais. Essa foi a parte mais intensiva que passei no campo. Depois desse período continuei com as visitas semanais acompanhando atividades desenvolvidas na comunidade, mas também fora dela.

Nos meses de outubro de 2011 a fevereiro de 2012 acompanhei atividades realizadas em outras comunidades quilombolas de Garanhuns e no centro do município. Compreendo que a comunidade quilombola Estrela não é uma unidade isolada, pois eles mantêm várias relações com outros sujeitos e instituições ao seu redor.

Estrela está situada num espaço social referente ao que Bourdieu (1996, p. 50) descreveu como *campo*, um espaço onde os agentes participantes se enfrentam conforme sua posição. Este campo também é um espaço social de disputas pelos diversos capitais simbólicos em jogo. Capital simbólico aqui, ainda segundo Bourdieu, “como uma propriedade qualquer (...) percebida pelos agentes sociais cujas categorias de percepção são tais que eles podem entendê-las (percebê-las) e reconhecê-las, atribuindo-lhes valor” (BOURDIEU, 1996, p.107). No caso de Estrela

e das comunidades quilombolas de Garanhuns, esses capitais simbólicos podem ser identificados como investimentos financeiros em projetos e parcerias com governos e instituições, acesso a programas de geração de renda e inserção no mercado de trabalho (*capital econômico*), acesso a programas de formação educacional específico para os quilombolas, melhoria das escolas das comunidades, formação complementar para os jovens como o teatro e a dança (*capital cultural*), participação ativa nas diversas esfera política em seu entorno, principalmente no que diz respeito às políticas públicas (*capital político*).

Para melhor compreender esse espaço e a relações desses agentes envolvidos acompanhei reuniões em outras comunidades quilombolas, apresentações dos grupos culturais de Estrela em outros lugares e situações fora da comunidade, participação em reuniões e assembleias com instituições políticas municipais, estaduais e federais.

CAPÍTULO 1 - CONTEXTUALIZANDO: OS ESTUDOS SOBRE AS COMUNIDADES NEGRAS RURAIS E QUILOMBOLAS NA ANTROPOLOGIA

Discutir “comunidades remanescentes de quilombos” é também discutir a questão do campesinato e da identidade.

No Brasil, por sua própria forma de colonização, o favorecimento de monoculturas e formação de grandes latifúndios comprometeu a formação de um campesinato livre. O processo de produção agrícola que foi baseado no trabalho escravo no período colonial, deixou de herança para a fase de industrialização do Brasil uma a expropriação do trabalhador do campo e poucas condições de desenvolvimento de um campesinato.

Os estudos sobre os camponeses brasileiros entraram em efervescência nos anos 1960 e 1970 quando a sociedade nacional redescobria esses atores sociais, através dos episódios das Ligas Camponesas e do Estatuto do Trabalhador Rural.

Esses camponeses, como cultivadores comprometidos com uma forma particular de tratar o solo, produzir alimentos e garantir o sustento de suas famílias, e a reprodução de trabalhadores, segundo uma cultura típica dos pequenos grupos e modos de vida, vieram a ser ressignificados em seu conjunto como uma classe.” (WELCH, MALAGODI, CAVALCANTI & WANDERLEY, 2009 p.23)²

A partir desse momento os estudos se voltaram para entender quem eram esses camponeses, onde como e onde produziam e se reproduziam. Para ilustrar o debate desse momento citaremos apenas alguns desses trabalhos tidos como clássicos dos camponeses no Brasil.

A primeira obra a ser destacada é o artigo de Maria Isaura Pereira de Queiroz (1963) intitulado “Uma categoria rural esquecida” onde a autora traz para o debate a questão dos trabalhadores da agricultura que vivem em uma economia fechada, ou seja, produzem para comer. Chamando atenção para a pertinência desse “gênero de vida” num país em plena industrialização, Queiroz destaca que não é um caso

² As discussões que seguem sobre o campesinato brasileiro estão baseadas no livro “Diversidade do campesinato: expressões e categorias” volumes I e II. Os autores estão citados com a data original conforme mencionados nesse livro.

específico de uma área isolada, mas uma situação que existe em vários locais. Esse grupo de camponeses estaria presente, tanto nas regiões mais “atrasadas” do país, como grandes áreas do Nordeste como também próximo a grandes metrópoles como São Paulo.

O segundo trabalho que mencionaremos é o do antropólogo Otávio Velho (1969) que faz um esforço teórico para conceituar o camponês brasileiro. Estudando uma área de fronteira (sul do estado do Pará), ele observou que a ocupação dessa zona começou por conta da extração da castanha. Os indivíduos migrantes que vinham trabalhar na extração ganhavam a posse da terra, o que significava que ele e seus descendentes eram donos dessa terra mas que estavam impossibilitados de vendê-la. Assim procurava-se garantir a permanência desses indivíduos na terra como agricultores. Mas o que se observou é que poucos se dedicavam exclusivamente à atividade agrícola, na época da safra trabalhavam como “assalariados” nos castanhais. Assumiam dois papéis sociais: o de agricultor e o de apanhador de castanha. Ou seja, foi uma maneira desses camponeses se adaptarem a uma situação que dada.

É assim, portanto que se apresenta o campesinato brasileiro, com suas particularidades, principalmente no que diz respeito a forma de acesso à terra. Os trabalhadores da cana-de-açúcar no Nordeste têm uma maneira própria de se adaptar às condições de camponês e de assalariado (PALMEIRA, 1977), ou os colonos no sul do Brasil se organizam de maneiras diferentes para assegurar sua reprodução social como camponeses (DAVATZ, 1858).

O que podemos perceber até então é que os estudos sobre campesinato tentavam mapear esses novos atores (os camponeses), seus modos de vida, suas lutas políticas para dar visibilidade a uma categoria que estava esquecida e alijada da sociedade nacional. Mais ainda, esses trabalhos contribuíram para reconhecer esses indivíduos dentro de uma *classe* que adquiriu dois sentidos no âmbito político e profissional. O termo *camponês* passou a ser utilizado para se remeter ao indivíduo como ser político que mora no campo, enquanto que o termo *agricultor* passou a ser o termo profissional do indivíduo que mora no campo e trabalha a terra.

1.1 O reconhecimento de uma diversidade no campesinato brasileiro

A partir dos anos 1980, uma nova onda de estudos começa a contemplar análises das sociedades camponesas partindo da ideia de que “é necessário compreender as formas de organização econômica, social e cultural do campesinato considerando diversos espaços sociais e contextos históricos” (GODOI, MENEZES & MARIN, 2009, p. 23).

Um trabalho importante desse período é do antropólogo Alfredo Wagner Berno de Almeida que fez uma reflexão sobre o sistema de uso comum de terras como estratégia de reprodução do campesinato. Almeida define uso comum como um sistema onde:

o controle dos recursos básicos não é exercido livre e de maneira individual por um determinado grupo doméstico, mas o uso se dá por meio de normas específicas instituídas e acatadas consensualmente pelos grupos familiares que compõem essa unidade social. (ALMEIDA, 2009, p.133)

O uso comum de terras³ era tido como forma residual de sobrevivência de uma estrutura feudal e que estava fada a desaparecer com a expansão do capitalismo no campo. Porém essa forma de posse da terra não desapareceu, ao contrário foi se consolidando à medida que o capitalismo avançou no campo. Por quê? Porque o uso comum de terras vem do processo de desagregação das *plantations* algodoeiras e de cana-de-açúcar. Os proprietários dos grandes latifúndios açucareiros e de algodão ao decretar falência, doaram as terras formalmente aos que nelas trabalhavam ou simplesmente as abandonaram.

O processo de territorialização dessas áreas deve ser compreendido de acordo com a construção política do território e da forma de apropriação da terra. Almeida utiliza algumas categorias que exemplificam esse processo de apropriação. São as **terras de santo, terras de índio, terras de herança, terras soltas e terras de preto.**

As terras de santo são terras que fazem parte da desagregação de antigos domínios pertencentes à Igreja Católica que foram abandonados pelos missionários jesuítas ou foram entregues à moradores da região que já cultivavam nas terras. O

³ Essa discussão de uso comum de terras está baseada nos trabalho de ALMEIDA (1985 e 2008).

nome do santo padroeiro foi incorporado a essas terras para conferir a unidade territorial.

Terras de índio são terras que foram doadas aos grupos familiares indígenas que estavam num processo de destribalização e que foram perdendo gradativamente sua identidade de pertencimento a um grupo étnico, passando a uma situação de acampesamento.

As terras de herança são domínios de terra titulados que permanecem até hoje sem ser partilhada pelos herdeiros, muitas vezes sem divisões nem cercamentos.

Terras soltas são grandes propriedades que não tem cerca e onde há o uso comum na criação de gado ou pequenos animais e que seus donos são desconhecidos.

E por fim as terras de preto que são domínios de terra que foram doados à famílias de ex-escravos. Terras doadas pelo Estado aos escravos que prestaram serviço guerreiro para a nação ajudando o Exército. Terras isoladas ou em áreas de difícil acesso que foram locais em que escravos se refugiaram formando os redutos quilombolas.

Essas são, como salienta o autor, “resultados de uma multiplicidade de soluções engendradas historicamente por diferentes segmentos camponeses para assegurar o acesso à terra, notadamente em situação de conflito aberto” (ALMEIDA, 2008, p. 139). E representam também atores diversos que emergiram nos últimos anos reivindicando direitos de regularização fundiária, acesso à terra, reconhecimento de suas identidades específicas. Podemos observar isso com as crescentes lutas por reconhecimento que algumas comunidades autodenominadas “quilombolas” têm travado com a justiça e o Estado a fim de terem suas terras oficialmente reconhecidas e regularizadas. Isso tem gerado um debate muito forte nas Ciências Sociais, e particularmente na Antropologia, quanto a inclusão de uma nova categoria de análise nos estudos sobre campesinato.

Atentando para o que Almeida chama de “terras de preto”, podemos observar que os estudos de um campesinato negro já era tema antes dos anos 1980. Os

primeiros estudos foram realizados principalmente na Escola de Geografia da USP que considerava algumas comunidades negras como “bairros negros rurais”. Essa linha de pesquisa enfatizava a questão da discriminação racial, muito influenciada pelas discussões do Movimento Negro urbano.

Ainda na década de 1970, já numa discussão Antropológica sobre campesinato negro, Cavalcanti (1975) estudou a comunidade do Talhado, no estado da Paraíba, uma comunidade negra que vivia em condições de semi-isolamento, tendo como principal atividade a confecção de cerâmica.

Outros trabalhos também tentaram dar conta de compreender o campesinato negro no Brasil, principalmente partindo da vertente da escravidão. Não só no Brasil, mas em grande parte da América Latina, o regime de escravidão promoveu relações de trabalho entre os *senhores* e os escravos que propiciaram a formação de um campesinato negro. Alguns autores falam de uma “brecha camponesa” no sistema escravista (Cardoso, 1987). A “brecha camponesa” cunhada por Tadeusz Lepkowski (1968) é usada para categorizar as atividades realizadas pelos escravos que não faziam parte da *plantation*. Ou seja, as atividades realizadas pelos escravos para sua subsistência e/ou nos lotes de terra que eram doados para seu trabalho na fazenda. Como observa Cardoso:

[há] duas modalidades de tal brecha camponesa: 1) a economia independente de subsistência que os quilombolas organizavam em seus quilombos; 2) os pequenos lotes de terra concedidos em usufruto nas fazendas, aos escravos não-domésticos... (1987, p.54)

A “brecha camponesa”, como a própria expressão supõe, abre um espaço para o desenvolvimento de um campesinato negro dentro do sistema escravista. Isso nos remete as “terras de preto” de Almeida, pois como já apresentado anteriormente, foi com a decadência das *plantations* que muitas terras onde os escravos já trabalhavam tornaram-se “tradicionalmente ocupadas” por eles.

1.2 A categoria “quilombola” nos estudos sobre campesinato

Apesar de muitos considerarem com algo novo, as comunidades quilombolas sempre existiram. Esses novos atores nada mais são do que velhos conhecidos, indivíduos que sempre viveram em situação marginalizadas, com escassez de recursos naturais e em terras que nunca lhe foram conferidas oficialmente.

A categoria quilombola abarca hoje uma gama de significados. Quando se fala em quilombola se está falando em “antigas categorias de autodenominação como *pretos*, *moradores de terras de preto*, de *terras de santo*, de *terras de índio*, ressaltando o seu fundamento étnico, para a de *quilombolas* simplesmente” (ANDRADE, 2009, p. 04).

A discussão mais intensa do que seriam as “comunidades de remanescentes de quilombos” ou simplesmente “comunidades quilombolas” partiu principalmente a partir da Constituição Federal de 1988, quando da inclusão do termo no Artigo 68, do Ato das Disposições Constitucionais Transitórias (ADCT):

“Aos remanescentes das comunidades dos quilombos que estejam ocupando suas terras é reconhecida a propriedade definitiva, devendo o Estado emitir-lhes os títulos respectivos.”

Todo o entrave da discussão girava em torno de definir quem eram os remanescentes das comunidades e como o Estado conferiria o direito de suas terras a partir do seu reconhecimento. O debate colocou em evidência o problema da questão fundiária no Brasil, mas acrescentou um agravante: o problema fundiário de um campesinato negro.

Ora, a questão da diversidade do campesinato brasileiro, inclusive de um campesinato negro, já estava sendo discutida no âmbito acadêmico, trabalhos importantes destacavam os modos de vida e ocupação da terra dessas comunidades negras. Porém, com o artigo 68, esses sujeitos entraram para o debate político do país, o que sugere reconhecimento, legitimidade e concessão de direitos.

É no debate político que a Antropologia vai contribuir para o consenso de como definir quem são os *quilombolas*, tendo em vista, acredito, dois motivos

especiais. Primeiro, porque já era do conhecimento antropológico os estudos sobre quilombos e comunidades negras, tanto do ponto de vista racial como agrário. Segundo, porque era preciso fundamentar o conceito de quilombo para que os interesses políticos em disputa, tanto das comunidades quilombolas como da bancada ruralista representando os grandes latifundiários contrários a qualquer reconhecimento dessas comunidades, não limitassem o alcance do conceito incluído na constituição.

É importante frisar aqui que os menos interessados na concessão dos direitos políticos às comunidades quilombolas e que contribuíram para a marginalização desses grupos fazem parte de uma “elite agrária”. Por isso, a tentativa logo foi de tentar apresentar um conceito limitado, como se as “comunidades de remanescentes de quilombos” se tratasse de um grupo estático na história, totalmente ligados a um passado de escravos fugidos do regime escravocrata. Uma visão colonial do termo quilombo que se referia a escravos fugidos que habitavam lugares de difícil acesso como matas e sertões, lugares ermos para não serem capturados pelos fazendeiros. Neste local eles construiriam seus redutos, saqueando os mercados locais para sobreviver (ANDRADE NETO, 2009).

Contrapondo-se a esse argumento, Almeida (1996) apresenta, baseado no que tivera desenvolvido a respeito das terras tradicionalmente ocupadas, a ideia de que as comunidades quilombolas não são o resquício congelado dos quilombos de escravos fugidos mas sim uma população que historicamente se desenvolveu não só em redutos escondidos mas dentro das próprias fazendas, não como marginais nos processos de mercado, mas como participantes das trocas comerciais, não habitando uma “terra de ninguém” mas ocupando terras que por inúmeros motivos lhes foram conferidas. Segundo, Almeida:

O conceito de quilombo não pode ser territorial apenas ou fixado num único lugar geograficamente definido, historicamente “documentado” e arqueologicamente “escavado”. Ele designa um processo de trabalho autônomo, livre da submissão dos grandes proprietários. Neste sentido, não importa se está isolado ou próximo das casas-grandes. Há uma transição econômica do escravo ao camponês livre que só indiretamente passa pelo quilombo no caso do Frechal (ALMEIDA, 1996, p.18).

Novas interpretações podem ser feitas a partir do novo sentido que Almeida sugere para quilombo, o que ele chama de *ressemantizar* o termo, ou seja, quilombos atualmente está mais ligados a populações camponesas que, sob formas diversas, se desenvolveram seus modos de vida em um determinado espaço, conseguindo produzir e se reproduzir social, econômica, política e culturalmente.

Como já mencionado anteriormente, a Antropologia dialogou bastante para referendar esse processo *ressemantizador*, utilizando o termo de Almeida. A ABA- Associação Brasileira de Antropologia, em Grupo de Discussão criado para discutir questões sobre as Comunidades Negras Rurais, apresentou sua posição em relação ao conceito de quilombo:

Contemporaneamente, portanto, o termo quilombo não se refere a resíduos ou resquícios arqueológicos de ocupação temporal ou de comprovação biológica. Também não se trata de grupos isolados ou de uma população estritamente homogênea. Da mesma forma, nem sempre foram constituídos a partir de movimentos insurrecionais ou rebelados, mas, sobretudo, consistem em grupos que desenvolveram práticas cotidianas de resistência na manutenção e reprodução de seus modos de vida característicos e na consolidação de um território próprio. [...] No que diz respeito à territorialidade desses grupos, a ocupação da terra não é feita em termos de lotes individuais, predominando seu uso comum. A utilização dessas áreas obedece à sazonalização das atividades, sejam agrícolas, extrativistas ou outras, caracterizando diferentes formas de uso e ocupação dos elementos essenciais ao ecossistema, que tomam por base laços de parentesco e vizinhança, assentados em relações de solidariedade e reciprocidade (ABA, 1996, p.12).

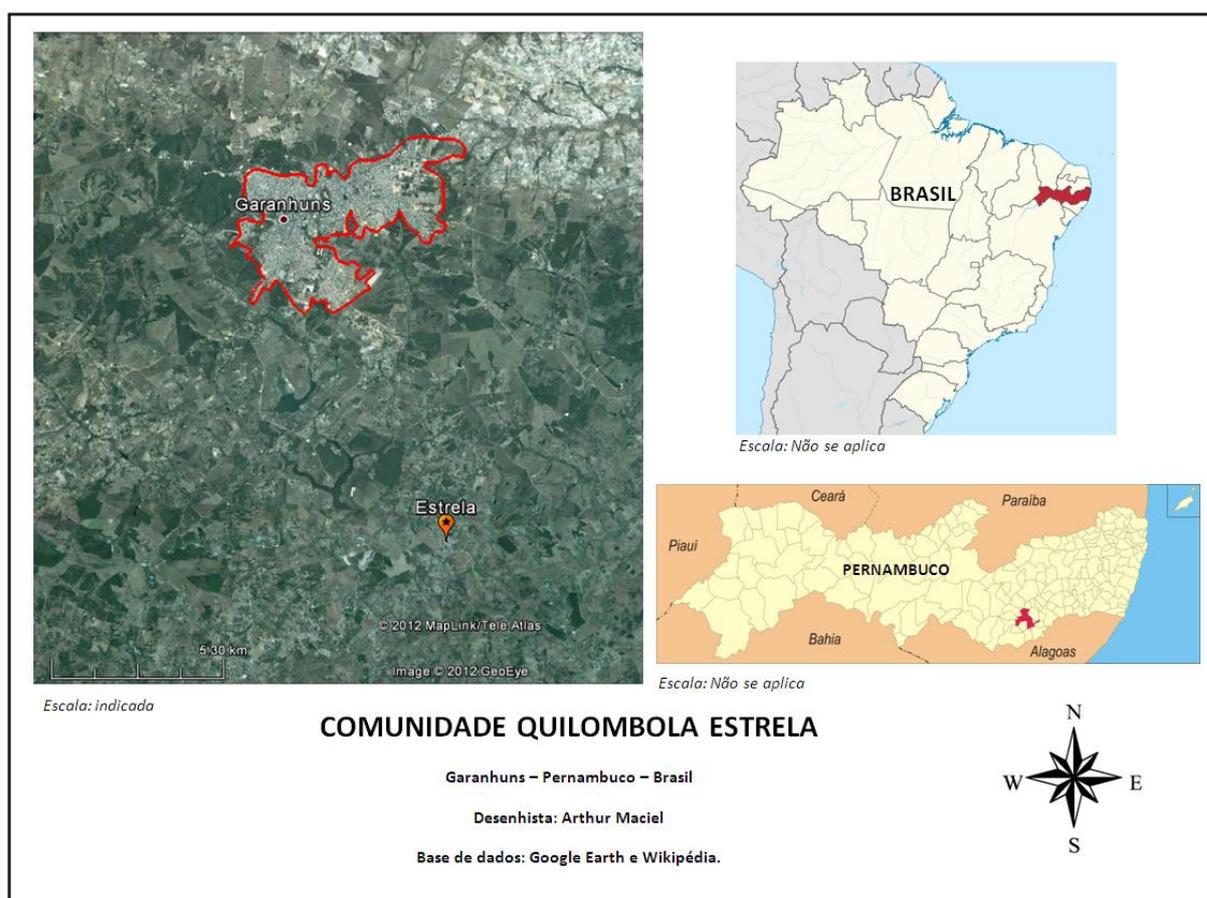
Neste sentido, inúmeros trabalhos antropológicos, vieram a incorporar esse reconhecimento feito pela ABA e deram início aos estudos sobre comunidades quilombolas no Brasil. Em todas as regiões brasileiras foram encontradas e estudadas comunidades negras rurais que reivindicavam seu reconhecimento como comunidade remanescente de quilombo. Trabalhos expressivos vêm sendo desenvolvidos no Maranhão, por Almeida (2006) e Andrade (2003), estes tem tido mais visibilidade porque as comunidades estudadas, além de todo contexto político, estão envolvidas em processos de disputa com grandes empreendimentos estatais, como o caso das comunidades em torno de Alcântara.

Em Pernambuco, Souza (2000) desenvolveu o trabalho sobre a Conceição das Crioulas, em Salgueiro, primeira comunidade quilombola a ser reconhecida no estado. A mesma autora também desenvolveu o relatório de identificação da comunidade de Castainho, em Garanhuns, passo importante para o seu reconhecimento.

Incorporando essas contribuições, este trabalho pretende contribuir aos estudos das comunidades quilombolas em Pernambuco. Partindo dos pressupostos teóricos aqui mencionados, entendo a comunidade de Estrela como fazendo parte desse universo de conflitos políticos, de luta por reconhecimento, mas um exemplo também, dentre tantos no Brasil, de resistência camponesa negra.

CAPÍTULO 2 - ESTRELA: SITUANDO A COMUNIDADE

A comunidade quilombola Estrela está localizada na zona rural do município de Garanhuns, região Agreste do estado de Pernambuco. Na divisão geopolítica do estado, a cidade de Garanhuns pertence ao Agreste Meridional, parte sudeste de Pernambuco, fazendo limite com o estado de Alagoas. Esta região, de grandes planaltos, tem muita variação de pluviosidade e temperatura, propiciando atividades agrícolas (ANDRADE, 1963, p. 33). De abril à agosto chove bastante; no resto do ano a quantidade de chuvas é relativamente menor. É conhecida como a bacia leiteira do Estado tendo como principal base econômica a pecuária leiteira, com produção de leite e derivados, e, portanto inúmeras fazendas de criação de gado como também pequenos estabelecimentos familiares.



Mapa 01 – Comunidade Quilombola Estrela.

A comunidade Estrela, assim como as outras cinco comunidades quilombolas de Garanhuns (Caluête, Castainho, Estivas, Tigre e Timbó) fica à alguns quilômetros

da área urbana do município. Há três caminhos para se chegar à comunidade, distante 14 km da cidade. Um é pela “rota das comunidades quilombolas” que é uma estrada comum que dá acesso às 5 comunidades. Saindo de Garanhuns no sentido sudeste, pelo bairro Cohab II, segue-se pela Rua Zumbi. A primeira comunidade quilombola é Castainho, em seguida está Estivas, depois Tigre, Estrela e a última é Timbó. O percurso é de aproximadamente 30 minutos. Essa é a via mais usada pelos moradores de Estrela para ir à cidade durante o verão, pois devido às condições da estrada no inverno é praticamente impossível transitar por ela.

Um outro caminho é pela PE-208, que Garanhuns à cidade de Brejão. Indo por esta rodovia, no km 14, segue-se à esquerda por uma estrada que passa por alguns sítios e vai até Estrela. É o percurso mais rápido, cerca de 20 minutos. Esta via foi interrompida devido à recente Barragem, inaugurada pela Companhia Pernambucana de Saneamento – COMPESA no início do ano de 2012, que inundou parte da estrada prejudicando a muitos moradores. A COMPESA comprometeu-se com os moradores da área em construir uma ponte para facilitar o acesso à PE-208 o que até junho de 2012 não havia sido realizado, apesar do apelo feito pelos quilombolas à instituição.

A terceira forma de acesso à comunidade é seguindo pela BR- 424 no sentido à cidade de Correntes. No povoado de saquinho, no km 8 da rodovia, segue-se pela esquerda a estrada que até a comunidade. Esse caminho é utilizado no inverno, quando o primeiro está interrompido.

A comunidade Estrela é formada por três sítios: Estrela, Gejuíba e Imbaúba. O sítio Estrela, que deu nome ao território da comunidade quilombola, é o mais populoso e é onde estão localizadas a escola, a igreja, a casa de farinha, o ponto de apoio do posto de saúde e o único telefone público da região.

A relação das pessoas do sítio Estrela com as dos outros sítios da comunidade é de companheirismo, mas também de certo distanciamento. “Todos somos parentes” afirma Dona Inez “mas eles são mais galegos, não querem se juntar muito com a gente não”. Para os moradores do sítio Estrela, eles são conhecidos por serem negros. Outra observação importante é quanto aos nomes dos sítios. O sítio Gejuíba é conhecido assim pelos moradores de Estrela e

Imbaúba, mas os moradores desse sítio dizem que moram em Estrela também. Os moradores do sítio Estrela dizem que tudo lá é Estrela, mas tem a “Estrela verdadeira” que é como consideram a área do sítio onde vivem os descendentes das famílias Alexandre e Vieira. Já os moradores de Gejuíba dizem que moram em Estrela também mas que havia uma árvore chamada de Gejuíba e então as pessoas dos outros sítios chamam eles assim. Uma nomenclatura nova veio com a chegada da energia elétrica na região, por volta de 1989. A CELPE, instituição responsável pela eletrificação no estado, nomeou na documentação de Gejuíba como “Estrela 2”, como diz uma moradora:

Eles chamam a gente de Gejuíba, não é? Mas a gente mora em Estrela. Desde pequena que eu sei que aqui é Estrela. Agora dizem que tinha um pé de pau aqui que chamava de Gejuíba... mas pode olhar nos documentos da CELPE. É Estrela dois.

Podemos perceber que o sítio Estrela ocupa uma posição privilegiada em relação aos outros sítios. Provavelmente pela quantidade de pessoas, já que é o mais populoso, também por ter sido ele que deu o nome a comunidade quilombola. Esses argumentos são confirmados pela moradora de Imbaúda quando comenta a respeito das discussões para a certificação da comunidade:

(A questão)do quilombo Estrela não foi pelo (sítio) Estrela, foi pela nossa comunidade que é pouca, aí a gente teve que concordar e fazer parte do quilombo Estrela. Estrela e Imbaúba ser uma coisa só. Embora que no mapa é Imabúba e Estrela, mas no nosso quilombo, que hoje está registrado no mundo inteiro, é uma coisa só.

A questão que a informante aborda em “ter que concordar” se refere ao processo de certificação e reconhecimento quilombola da comunidade, em que membros do INCRA, realizaram reuniões na comunidade para explicarem e como seriam as etapas do processo de reconhecimento e se os moradores concordavam com o que estava sendo proposto. O nome da comunidade quilombola é Estrela e no processo registrado para a titulação no INCRA a comunidade é formada pelos de três sítios.

A população total da comunidade é de 469 pessoas. Todas as casas são em alvenaria. Há 10 anos atrás não existia essa quantidade de casas e a maioria delas eram de taipa e não possuíam banheiro.

COMUNIDADE QUILOMBOLA ESTRELA		
Sítios	Famílias	Quantidade total de pessoas
Imbaúba	23	95
Gejuíba	72	101
Estrela	62	273
Total	157	469

Tabela 01 - Quantidade de famílias e pessoas da Comunidade Quilombola Estrela.

Fonte: trabalho de campo (2011-2012).

Em 2003, a comunidade foi contemplada com um projeto de habitação para populações rurais com a construção de cerca de 70 casas, distribuídas entre os três sítios. Muitas casas foram construídas, inclusive para substituir as casas de taipa, seguindo um padrão de sala, dois quartos, cozinha e banheiro. Atualmente não há casas de taipa na comunidade. Todas as casas possuem luz elétrica. A água utilizada para consumo e demais atividades domésticas vem das cacimbas. Algumas casas possuem sistema de encanamento que trazem a água da cacimba para as casas, outras não têm esse sistema e os moradores precisam, como primeira atividade diária, pegar água na cacimba e trazer nos baldes para casa.

O principal fator de diferença entre os três sítios parece ser a quantidade de pessoas, o que justifica, para os próprios moradores, os serviços básicos de saúde e educação se situarem em Estrela, a mais populosa.



Mapa 02 – Sítios que compõem a Comunidade Quilombola Estrela.

2.1 Um pouco da história do lugar

A história de toda a região do Agreste Meridional faz referência às populações negras que habitaram as terras pernambucanas fugindo da escravidão. Acredita-se que a vizinhança com a região onde se formou o Quilombo dos Palmares tenha contribuído para a migração de descendentes desse quilombo para a região sul do agreste pernambucano. De acordo com Cavalcanti (1968), o povoamento do município de Garanhuns inicia no século XVII quando negros fugidos que habitaram os brejos. A presença de *quilombolas* na formação da cidade é contada de modo à

justificar o afastamento e a invisibilidade dessas populações. Diz-se que em 1658 André Vidal de Negreiros, governador da capitania de Pernambuco, doou 20 léguas de terra ao mestre-de-campo Nicolau Aranha Pacheco. Pacheco fundou a fazenda Sítio do Garcia, onde hoje é a sede do município. Esta fazenda e muitas outras eram constantemente saqueadas pelos negros fugidos “em busca de gêneros e armas e à preta de mulheres ou ‘negras’ com as quais pudessem amaciar-se nos seus feudos e redutos” (CAVALCANTI, 1968, p. 13).

A fazenda Garcia estava em pleno desenvolvimento quando em 1670 foi destruída pelos quilombolas dos mocambos de Curica Zumbi e Alto do Magano. Em 1694, com a invasão do Quilombo dos Palmares, houve o massacre da “cidadela negra” de Palmares, onde “foram impiedosamente massacrados cerca de 500 pretos” (CAVALCANTI, 1968, p.19).

Essa é a versão oficial da história do município de Garanhuns. Uma versão que põe os *quilombolas* e as populações negras em geral como vilões do progresso da região e como saqueadores de fazendas. As comunidades negras de Garanhuns apenas contam com a oralidade como forma de contar a sua versão da história, o que os colocam a margem do discurso hegemônico. Podemos perceber com isso a dificuldade dessas populações em se afirmarem como negros e quilombolas na sociedade.

Portanto, no caso de Estrela, não há registro de história oficial sobre as origens da comunidade. Buscamos a narrativa da memória da população sobre o surgimento da comunidade e a dissertação o trabalho de Branco (1985). A história da comunidade está ligada a uma memória muito recente de como os seus parentes chegaram ao lugar. De acordo com os moradores mais antigos, não se sabe de onde vieram os primeiros habitantes, sabe-se que os 34 hectares de terra que pertenciam a comunidade no início dos anos 1900 foram doados a uma velha moradora de Estrela pelo dono de uma fazenda da vizinhança em reconhecimento ao serviço que ela e sua família prestaram a ele durante boa parte da vida. Descendentes das pessoas que doaram a terra vivem atualmente na cidade de Venturosa, próxima à Garanhuns. O nome Estrela também não tem uma origem definida. Muitos acreditam que na versão de D. Joanhina, uma senhora já falecida que contava que o nome da comunidade era devido ao fato de naquelas áreas nascia

um capim que tinham as folhas em formato de estrela. Há outra versão, menos conhecida, de que o antigo dono das terras chamava aquele lugar de “Minha Estrela”. Mas nenhuma das versões é tida como a verdadeira já que mesmo os membros mais velhos da comunidade comentam que quando nasceram o nome já era Estrela.

Os grupos familiares que vivem na comunidade atualmente são descendentes de três troncos familiares: Alexandre, Vieira e Mariano.

2.2 Os laços de parentesco

O parentesco em Estrela está estritamente ligado ao sentimento de pertencimento no grupo e sua identificação como quilombola. Atualmente todos os moradores da comunidade, que vem dos principais troncos das famílias acima mencionadas, se consideram quilombolas. A identificação dos moradores parte de argumentos diferentes, ou seja, todos se reconhecem como quilombolas, mas para fundamentar essa identidade eles utilizam argumentos diferentes que se encaixem na situação dele perante o grupo. Os argumentos mais utilizados tem haver com questões pontuais no debate sobre comunidades quilombolas na Antropologia, já mencionados no capítulo 1, que são referentes à: descendência de escravos e cor negra, parentesco, ocupação tradicional da terra.

Para os moradores do sítio Estrela, a identificação se dá pela cor da pele negra e por acreditarem ser descendentes de escravos que viveram naquela região. É partindo disso que Sr. Pedro, pessoa mais velha da comunidade, explica porque eles são quilombolas.

Alice: Quando começou essa história de quilombolas aqui?

Sr. Pedro: Olhe, começou com a raiz...meus pais eram todos negros. Tudinho aqui era negro. Depois veio Adelia e fez as pesquisas por aqui. E por quilombolas nós estamos...somos todos negros.

Alice: E por que vocês são quilombolas?

Sr. Pedro: Por que somos todos cativos...

O mesmo argumento serve de base para D. Sônia, moradora do sítio Imbaúba, que é negra e tem parentesco com pessoas de Estrela.

Nós éramos descendentes de quilombos por causa das nossas famílias que eram de quilombos, que foram massacrados. Meus avós sempre comentavam. Sempre comentavam que eram massacrados não eram respeitados, muitas passavam e cuspiam. Entendes? Mas não era nada definitivo não. Só depois do Quilombo dos Palmares que reconheceram pra lá e foram reconhecendo os outros.

Para os moradores do sítio Gejuíba, que não vêm dos troncos familiares principais e não são negros a identificação se dá pela ligação com a terra, a ocupação tradicional dos seus ancestrais, como confirma um Sr. Waldemar, morador desse sítio: “Nós somos quilombolas porque foi tudo nascido e criado aqui. A família da gente nunca saiu daqui não”.

Dito isto, poderemos entender melhor a ocupação da comunidade Estrela atualmente a partir da disposição dos “núcleos” familiares em cada sítio. Lembrando que as famílias descendem também um ancestral comum, então todos são parentes, mas não foi possível identificar quem era o ancestral. Todos sabem que são parentes, muitos Alexandre’s casaram com Vieira’s e com Mariano’s, por outro lado, eles delimitam bem a qual família pertencem.

2.2.1 Sítio Estrela

Os moradores do sítio Estrela são em sua maioria descendentes de três troncos familiares: Alexandre, Vieira e Félix. Os moradores que não são descendentes dessas famílias moram há mais de 40 anos na comunidade. São famílias que compraram ou herdaram a terra ou trabalhadores que vieram de outros lugares para trabalhar nas fazendas ao redor e tiveram como indenização aquela parte de terra.

2.2.1.a Família Alexandre

A família Alexandre descende do Sr. Balbino Alexandre. Sr. Balbino casou-se com a senhora Maria Ana e teve nove filhos. Dos nove, dois filhos saíram da comunidade ainda jovens. Os sete restantes, Calmo, Pedro, Manoel, Sebastião, Luiza, Maria e Inês viveram e ainda vivem na comunidade. Dois já morreram, mas seus descendentes vivem na área correspondente aos seus pais. A área de terra deixada por Sr. Balbino para os filhos foi dividida em partes para cada um. Cada

filho possui uma “parte”⁴ em que construíram suas casas e os seus descendentes podem construir também.

O filho Calmo teve cinco filhos, 4 mulheres e um homem, todos estão casados. As três filhas mulheres moram em casas construídas próxima a dele, o filho mora perto da casa dos sogros, também na comunidade. Logo após a de Sr. Calmo está a casa de Dona Inês. Ela casou e teve quatro filhos, dois homens e duas mulheres, apenas um é casado. Todos, inclusive o casado com sua família, moram com ela na mesma casa. Ao lado da casa de Dona Inês, está a casa de Dona Maria, que não casou, sempre morou com os pais, mas criou a filha de um primo e mora com ela e seus dois filhos. Depois da casa de Dona Maria há a parte do Sr. Manoel, já falecido, mas que teve seis filhos, cinco filhas e um filho, todos casados. O outro filho, Sr. Sebastião, teve sete filhos, cinco filhas e dois filhos. Cinco são casados, quatro moram na comunidade e um em São Paulo. A última parte é a do Sr. Pedro, que teve sete filhos, todos casados morando na comunidade. A filha de Sr Balbino, Luiza, já falecida, não casou mas criou um filho que mora em São Paulo.

2.2.1.b Família Vieira

A família Vieira Outro grupo familiar é o descendente da Senhora Maria Vieira, que casou-se com o Sr. Joaquim Félix e teve oito filhos, sete filhas e um filho. Dos oito, duas casaram-se e ainda vivem na comunidade. Os outros foram para outras cidades. Das duas filhas que ficaram na comunidade, uma é Dona Ciliu, casada com Sr. Pedro filho de Sr Balbino, a outra já falecida é Dona Turreco que teve onze filhos.

2.2.1.c Família Mariano

A família Mariano é a menor em Estrela. Os moradores são descendentes de D. Joanhina que casou-se com o Sr. João Mariano e Tiveram apenas uma filha. Esta filha, D. Téta, casou-se com Sr. Miguel. Eles tiveram seis filhos, cinco mulheres e um

⁴ Os habitantes de Estrela usam o termo “parte” para designar a área de terra deixada pelo pai de herança para cada filho. É na parte de cada um que seus descendentes podem construir as casas e fazer algum roçado.

homem. Três filhas vivem em São Paulo, os outros três são casados e moram na comunidade.

Como mencionado anteriormente, cada descendente das famílias vivem na “parte” deixada por seus pais. Atualmente com o crescimento da população essa regra não está sendo rigorosamente seguida tendo em vista que não há espaço suficiente para a construção de casas. A maioria dos moradores só possui o espaço da sua casa e o terreiro. No desenho abaixo é possível visualizar as casas dos descendentes de cada família.



Mapa 03 – Disposição das casas de acordo com as “partes” de cada família.

2.2.2 Sítios Imbaúba e Gejuíba

No sítio Imbaúba vive a família Nogueira. Os Nogueiras tem parentesco com as famílias Vieira e Alexandre de Estrela. São poucos os descendentes que vivem no sítio atualmente, apenas o Sr. João Nogueira e seus filhos e alguns dos seus sobrinhos filhos de sua irmã já falecida. Os outros moradores de Imbaúba são, do mesmo modo que em Estrela, pessoas que compraram a terra. A família de D. Luzinete, por exemplo, veio trabalhar nas fazendas e receberam a terra que vivem do fazendeiro para o qual trabalhavam.

O mesmo acontece no sítio Gejuíba. Há uma família mais numerosa que veio do estado de Alagoas e se estabeleceu naquele sítio. Há também outras pessoas que chegaram recentemente por conta da compra de terras ou indenizações que receberam de fazendeiros para quem trabalhavam.

É importante frisar que quando menciono o fato de algumas famílias que moram nos sítios não serem do tronco familiar de Estrela ou terem vindo de outros lugares e se estabelecido na comunidade, seja por compra de terras ou indenizações recebidas, não quero dizer que são moradores novatos, pois esse processo de novos moradores aconteceu há no mínimo quarenta anos.

As famílias de Estrela são formadas geralmente por pai, mãe e filhos pequenos ou adultos e solteiros como a família do Sr. Tião que mora com a esposa e duas filhas. Outras famílias são formadas por mães e filhos como a de Ivanilda e D. Sônia que não são casadas e moram com seus filhos. E há as famílias composta por pai, mãe, filhos solteiros e casados, noras e/ ou genros e netos, como o caso de D. Inez que mora com o esposo, três filhos solteiros, um filho casado, sua esposa e sua filha.

O número de casas aumentou muito nos últimos anos e a comunidade não tem mais espaço para construir as casas pelo que se observa o aumento no número de famílias extensas, ou seja, os filhos se casam e continuam morando com os pais. Geralmente é a mulher que vai morar na casa da família do marido, como alguns casos de mulheres da comunidade que casaram com membros de outras

comunidades, e foram morar lá, como também de pessoas de outras comunidades que vieram morar com na casa das famílias dos seus maridos em Estrela.

2.3 Trabalho e Sociabilidade

Na comunidade se encontram instituições que oferecem serviços básicos como saúde e educação. Há um ponto de apoio do posto de saúde, mantido pela Secretaria Municipal de Saúde, no qual quinzenalmente vai um médico e uma enfermeira para atender a população tanto da comunidade Estrela como de sítios vizinhos. Essa unidade de saúde também é responsável pela distribuição de medicamentos e pela vacinação.



Figura 01 – Ponto de apoio do Posto de saúde. Foto: a autora.

Próximo ao posto de saúde se encontra a casa de farinha, lugar onde é feita a farinha da mandioca, principal atividade econômica da comunidade. A casa de farinha é antiga, nem os mais velhos lembram ao certo quando foi construída, por

outro lado, recordam com saudosismo as tardes e noites de longas conversas enquanto estavam no processo de cevção da mandioca. Outros guardam a lembrança da casa de farinha como iniciação ao trabalho, ainda na infância, como nos conta Sr. Joãzinho:

(a gente) fazia farinha para vender para fazer a feira...era...não era essa não era duas pessoas puxando e uma mulher cevando. Eu pequeninho, olha, eu achava tão ruim, eu pequeno para puxar a mandioca. Pai dizia 'vamos pra casa de farinha', minha mão chega criava calo, eu achava tão ruim (risos). Era mesmo...eu pequeno, aí dizia 'a gente vai fazer farinha amanhã', aí minha irmã ia cevar. Eita, era sufoco, eu pequeno (risos). E quando era para mexer no rodo? Ficava com a mão cheia de calo...era treze pessoas em casa para dar de comer.

A dificuldade que relata Sr. Joãzinho remete também a épocas de muito trabalho na casa de farinha e a maior produção de mandioca. A mandioca foi durante muito tempo a principal fonte de renda para as famílias que viviam da agricultura em Garanhuns, como observou Monteiro (1985, p. 45) em Castainho. Revela ainda um esquema de divisão de trabalho em que cabia aos homens puxar a peneira e às mulheres, cevar.

No governo de Miguel Arraes, quando chegou luz elétrica, a casa de farinha foi reformada, sendo modernizado todo o maquinário necessário à produção de farinha. A prensa manual foi trocada por uma elétrica prensa elétrica, o forno também foi reformado. Isso facilitou bastante o trabalho, pois atualmente não se faz "calos" nas mãos, como acontecia com Sr. Joãzinho, por outro lado, o espaço da casa de farinha não é tão frequentado como antigamente. Não há mais espaço para as conversas, os vizinhos não varam a noite no processo de cevção. Normalmente a casa de farinha fica fechada. A chave fica na casa de uma família que mora próximo a casa de farinha. Como o processo de produção de farinha ficou mais rápido, não necessita de muitas pessoas para o trabalho. A produção da farinha é feita apenas pela pessoa ou família que leva a mandioca já raspada.



Figura 02 – Casa de farinha. Foto: a autora.

Em Estrela existe uma escola: a Escola Municipal Francino Albino da Silva. O espaço é formado por cinco salas de aula, uma sala da administração e uma biblioteca. A escola oferece o ensino infantil até o quinto ano do ensino fundamental e funciona nos dois turnos, manhã e tarde. São três professoras para atender três turmas em cada turno. Duas professoras moram na comunidade e a outra mora em um sítio vizinho. Às vezes a prefeitura envia estagiárias para dar apoio às professoras efetivas.

O Programa Brasil Quilombola tem quatro possui quatro linhas de ação voltadas para educação quilombola, através da Secretaria de Educação Continuada Alfabetização e Diversidade, conforme Arruti (2009, p.15). Nesse contexto, a nível estadual, é desenvolvido na escola no turno da noite um projeto chamado Saberes da Terra. Esse projeto, executado pelo Governo do Estado, oferece aulas de educação básica e complementar a pessoas de 16 a 29 anos, tanto de Estrela quanto de sítio vizinhos, que não concluíram os estudos. São 15 alunos que estudam de segunda a sexta-feira e que deveriam ganhar uma bolsa no valor de R\$150,00 por estar participando das aulas, mas até agora ninguém recebeu. Participam deste projeto quatro professores. Três professoras da cidade de Garanhuns e um professor que mora na comunidade quilombola Estivas. As

professoras são responsáveis pelas disciplinas: Matemática, Ciências Naturais, História, Geografia, Português e Espanhol. O professor ensina a disciplina de Ciências Agrárias. A escola também é um espaço onde acontecem outras atividades da comunidade como as reuniões mensais da associação quilombola, mini-cursos e oficinas oferecidas durante a festa da comunidade e demais eventos que necessitem do espaço.

Os estudantes que cursam do sexto ano ao ensino médio têm duas possibilidades para estudar já que a comunidade escola da comunidade não oferece as séries mencionadas. Ou estudam em Iratama, distrito de Garanhuns que fica à 10 km de Estrela ou na própria cidade de Garanhuns. Para o distrito de Iratama sai todos os dias, pela manhã e à tarde, um ônibus escolar da prefeitura pegando os alunos de vários sítios, passando inclusive por toda comunidade. Para a cidade, há um caminhão que faz o transporte dos estudantes, apenas de Estrela, nos três turnos.

Perto da escola, há um campo de futebol. Há jogos geralmente aos domingos, à tarde, entre pessoas de Estrela e de outros lugares. Há cerca de quatro anos atrás as atividades esportivas eram bem mais animadas e frequentes. Praticamente todas as tardes havia jogos de futebol. Havia também o que se chama “racha” que são jogos entre times de outros lugares que participam da competição. O principal articulador desses jogos, Sr. Antônio, que mora próximo ao campo, é dono de uma pequena venda que funciona ao lado de sua casa. A venda era o ponto de encontro dos participantes para conversarem, marcarem os jogos, trazer mercadorias e comprar castanhas de caju, uma das principais fontes de renda local. Muita gente de fora frequentava a venda tanto para jogar como para assistirem aos jogos. Certa tarde houve um assalto à venda do Sr. Antônio, no qual ele e sua família foram feitas reféns. Os assaltantes estavam a procura do dinheiro das vendas das castanhas e sabiam do movimento na localidade por causa dos jogos.

Depois desse acontecimento, Sr. Antônio, fechou a venda e os jogos foram encerrados. As pessoas ficaram assustadas e não frequentavam mais o campo, com receio que acontecesse algo mais uma vez. Aos poucos Sr. Antônio reabriu a venda e os jogos estão começando a acontecer vagarosamente, geralmente no domingo.

O que podemos observar é que os espaços de sociabilidade em Estrela estão sendo extintos, acontece com os jogos quase o mesmo processo que houve com a casa de farinha. O grande evento de lazer que é esperado por todos é a Festa Quilombola de Estrela. Essa festa acontece nas cinco comunidades quilombolas de Garanhuns em meses diferentes. A festa acontece na sexta-feira, sábado e domingo e tem apoio financeiro da prefeitura do município. Durante a semana é promovida na comunidade oficinas, mini-cursos de capacitação profissional e debates em torno da questão quilombola. Na sexta-feira tem início a parte festiva do evento. É montado um palco, doado pela prefeitura, onde são apresentadas as atrações musicais. Muitas barracas de lanche e bebidas também são armadas em torno do palco. A partir das 19 horas inicia-se a programação cultural. Há apresentação de grupos de dança e teatro, artistas locais das próprias comunidades e, no final de cada noite, uma banda musical de sucesso na região se apresenta.

A festa é o momento muito aguardado pela população de Estrela. Tanto pelo espírito festivo das pessoas como também é uma possibilidade de encontrarem parentes que vem de outras cidades para visitá-los. É também um momento da comunidade apreciar as apresentações dos grupos culturais de Estrela e de outras comunidades.

Há três grupos culturais em Estrela, dois grupos de dança e percussão, um formado por crianças e outro por adolescentes, e outro de teatro. Os grupos de dança fazem apresentações tanto na festa de Estrela como em festas das outras comunidades. Eles apresentam um espetáculo que mescla ritmos africanos, que aprenderam em oficinas, com passos de coco que foram ensinados pelos membros mais antigos da comunidade, pois há em Estrela a tradição de dançar o chamado “coco de parelha trocada”.

O grupo de teatro também se apresenta nas festividades das comunidades e também em eventos maiores como o Festival de Inverno de Garanhuns. O espetáculo que apresentam, criado e montado por eles mesmos, conta a história do possível surgimento da comunidade, numa mistura de rituais afro-brasileiros e católicos que tem como principais personagens as pessoas da comunidade. Isto será discutido no capítulo 4.



Figura 03 – Escola. Foto: a autora.

A população de Estrela é, em sua maioria, católica. A Igreja Católica é uma instituição importante na comunidade. Além de católicos são muito devotos do Padre Cícero. Durante o ano organizam, junto com pessoas de outros sítios, viagens ao Juazeiro do Norte. Eles viajam em romaria, principalmente em quatro meses do ano: fevereiro, que é a festa de Nossa Senhora das Candeias; em julho, que é aniversário de morte do Padre Cícero; setembro, para a festa de Nossa Senhora das Dores; e novembro para o dia de finados. O mês preferido para ir ao Juazeiro é julho, quando celebra-se a morte do Padre Cícero, no dia 20. Mesmo os que não seguem em romaria comemoram e respeitam o dia como se estivessem em Juazeiro. Neste dia em Estrela, nas primeiras horas da manhã há uma salva de fogos em vários pontos da comunidade para que todos possam ouvir. O dia 20 é considerado dia santo, então não se pode comer carne e derivados, muito menos trabalhar.

A tradição católica e o desejo de que houvesse missas na comunidade fizeram com que os moradores unissem forças e recursos para construir, em 2003, uma capela. A igreja tem como santa homenageada Nossa Senhora Aparecida, a padroeira do Brasil, e padroeira deles por motivos que parecem ser óbvios, pois é a “santa preta”. As missas não são regulares, a igreja recebe vez em quando a visita

do padre que avisa alguns dias antes que irá celebrar na comunidade. Os rituais ficam por conta dos próprios moradores que organizam terços e novenas.



Figura 04 – Igreja. Foto: a autora.

As novenas⁵ são práticas religiosas comuns nas comunidades rurais, inclusive em outras comunidades quilombolas. Em Estrela, a prática de novenas é muito antiga. A pessoa responsável por organizar as novenas era D. Joanhina, já falecida. Naquele tempo em Estrela ainda não havia a capela. As novenas eram realizadas nas casas das pessoas. D. Joanhina fazia as rezas e levava o oratório, instrumento

⁵ Novena é a reunião de um grupo em que são feitas orações baseadas na crença católica realizadas em nove dias. A novena teve origem com a reunião entre Maria, mãe de Jesus, e os apóstolos que durante nove dias se reuniram para fazer orações pela vinda do Espírito Santo, segundo consta narrado na bíblia e é ensinado aos católicos. Fonte: <http://www.a12.com/blog/devotosmirins/vamos-aprender-mais-sobre-o-que-e-novena>.

importante na realização da novena. O oratório é um objeto de madeira em forma semelhante à uma torre de igreja, com uma pequena porta com vidro. Dentro ficam guardadas imagens de santos. A história do oratório é bem interessante. Acreditam que ele tenha mais de 200 anos. Vem sendo passado de geração em geração e está atualmente com a neta de D. Joaquina, filha de D. Téta. Ela conta que sua mãe prezava muito o oratório e que pediu antes de morrer que ela cuidasse bem dele. Inclusive que D. Joaquina teria pedido em sonho que mantivessem o oratório no mesmo lugar que ela deixou.

Todo ciúme de mãe tava nesse oratório...ela disse antes de morrer...ela disse 'olhe, façam de tudo mas zelem minhas imagens e cuidado em meu oratório. Aí eu levei ele lá pra casa porque aqui a casa estava em reforma. Aí eu fiz um quartinho lá e disse vamos deixar esse oratório aqui que tenho mais cuidado. Aí ficou. Quando foi um dia a menina sonhou com mãe dizendo que queria o oratório no lugar que ela deixou.

A prática da novena e o uso do oratório é comum em outras comunidades quilombolas como revela Arcanjo (2008) ao estudar a comunidade quilombola Negro do Osso, em Pesqueira. O autor identifica a novena como uma celebração religiosa importante para o encontro da comunidade e um momento de consolidação dos laços de compadrio. Observa ainda questão do aprendizado religioso nas novenas e a liderança de uma figura feminina, como D. Joaquina em Estrela, à frente do cerimonial.

É importante frisar a questão da liderança das novenas porque elas eram realizadas sem a presença de algum líder religioso da Igreja. O responsável por fazer a novena tinha que ser reconhecido na comunidade como tendo conhecimento espiritual elevado, capaz de conduzir o ritual. E esse era o mérito de D. Joaquina. Sr. Pedro, que conviveu com D. Joaquina e participava das novenas, conta que “Joaquina era uma mulher sabida”. No teor da minha conversa com Sr. Pedro o termo sabida é usado pra explicar uma autoridade religiosa que D. Joaquina exercia na comunidade. Ela era vista como uma mulher que tinha “poderes” espirituais, como no episódio narrado a seguir.

Sr. Pedro: (na época) tinha inspetor e comissário da polícia. Chegaram na casa de Joana e disseram 'Ô Joana, chegou um delegado em Garanhuns e não quer ver no

meu quarteirão um cachorro', estavam matando tudinho, vinha o cachimbo de Inspetor.

Alice: O que era o cachimbo de Inspetor?

Sr. Pedro: Era um bocado de gente que vinha na época matar os cachorros. Aí ela disse 'e foi?' ele disse 'foi, o delegado não quer ver nenhum cachorro no meu quarteirão' aí ela passou por ele foi onde estava o cachorro, ninguém sabia o que era, e voltou. Chegou cá disse 'olha, o cachorro tá aí, mata'. Ele atirou. Tá! Nada. Tá! Nada. Tá! Nada. Aí ele foi embora e o cachorro ficou. Ele matou o cachorro de todo mundo e o de Joaquina não. A negra velha era sabida, viu! Os negros velhos do outro tempo, tudinho era sabido. Os quilombolas velhos...

Falando da “sabedoria” de D. Joaquina e de pessoas do passado, Sr. Pedro revela outras nuances das tradições religiosas da comunidade ligadas a religiões afro-brasileiras. Antes de continuar, faço a observação de que essa questão religiosa na comunidade é muito delicada. Nas primeiras visitas, nas primeiras entrevistas todos se declaravam católicos e não faziam nenhuma menção à outras religiões. No entanto, no decorrer da pesquisa de campo, quando passei a conviver com eles e consegui atingir certo nível de confiança, foi possível conversar sobre esses assuntos tranquilamente. Percebi que há um receio por parte deles em dizer abertamente que frequentam terreiros de candomblé, por exemplo. E isso tem muito a ver com o preconceito que havia e ainda há, tanto dentro como fora da comunidade.

Algumas pessoas da comunidade frequentam terreiros de candomblé em Garanhuns. Não há registro de que houve algum terreiro em Estrela. A aproximação com essa prática religiosa se deu a partir de ensinamentos de pessoas mais velhas que moravam na comunidade ou pessoas de Garanhuns. Conforme Queiroz (1985) relata, em Castainho a iniciação da pessoa responsável por criar o terreiro dentro da comunidade se deu por um chefe de terreiro da cidade de Garanhuns. Ele a orientou em como deveria proceder nos cumprimentos das obrigações. Com Sr. Pedro, aconteceu um caso semelhante. Ele conta que quando era menino um homem de Garanhuns que tinha um terreiro falou com o pai dele para inicia-lo na religião e torna-lo mestre porque ele tinha corrente. Para isso o pai dele teria que pagar os custos dessa iniciação. Como não tinham como pagar, Sr. Pedro não fez a iniciação, mas ficou participando do terreiro, como o faz até hoje.

Nesse tempo, havia muita repressão policial nos terreiros. Essa repressão era temida pelas pessoas, que tentavam esconder que eram “mestres” e recebiam “guias” espirituais. Isso também contribuiu para o ensinamento religioso não ser repassado para as gerações seguintes, pois “onde a polícia soubesse que tinha um cara que sabia rezar, apanhava. Ia preso” diz Sr. Pedro.

O medo de repressão e o preconceito que sofreram por frequentar os terreiros fizeram com que a prática fosse marginalizada e escondida. Os descendentes de Sr. Balbino, pai de Sr. Pedro, até hoje frequentam terreiros de candomblé na cidade de Garanhuns. De vez em quando a chefe do terreiro que eles frequentam vem à Estrela para realizar cerimônias de toque para orixás. Mas isso não é frequente. Ainda mais por ser uma prática mal vista por outras pessoas da comunidade como é o caso de uma parte da família Vieira que recrimina tal prática. Esse foi o motivo pelo qual a festa Quilombola de Estrela foi deslocada para outra parte da comunidade. Pois tal festa acontecia junto com as festividades católicas da padroeira, perto da igreja que fica próximo as casas da família Vieira. Durante a festa quilombola são apresentadas danças típicas do candomblé e isso gerou conflitos entre as famílias Vieira e Alexandre. O que alterou o calendário e a localização da festa. Vale ressaltar que o conflito não é identitário. A família Vieira se identifica e participa da festa quilombola mas recrimina o culto aos orixás que são representados em algumas danças apresentadas durante a festa quilombola.

O que podemos perceber é que há uma disputa por liderança na comunidade dentro das próprias famílias. A questão da festa é só um dos conflitos. E essa disputa gira em torno principalmente da associação, principal instituição de poder político na comunidade.

2.4 A Associação Quilombola do Sítio Estrela

A atual gestão da associação é composta pelo presidente, a vice-presidente, a secretária e o tesoureiro. Os três primeiros moram no sítio Estrela e o último no sítio Gejuíba.

A associação não tem sede própria e suas atividades são realizadas nos prédios da escola ou do ponto de apoio do posto de saúde. A reunião acontece mensalmente, sempre no primeiro domingo de cada mês, pela manhã, no prédio da escola. Há cerca de cento e vinte famílias associadas que participaram ativamente na construção do Estatuto da associação e contribuem mensalmente com a taxa de 4 reais. É através da associação que os moradores recebem alguns benefícios como cesta básica, sementes, serviços de aração de terra etc.

As cestas básicas são enviadas através da Fundação Cultural Palmares para todas as comunidades quilombolas de Garanhuns. Não é uma ajuda regular. É distribuída geralmente de três em três meses. O total de cestas na maioria das vezes é insuficiente para a quantidade de famílias da comunidade, então assim que chega à Estrela a gestão da associação faz uma divisão na quantidade de mantimentos da feira para que sejam distribuídas por igual para as cento e vinte famílias. Para ter direito a receber as cestas básicas a família precisa estar em dia com o pagamento da taxa mensal, participar regularmente das reuniões e pagar mais uma taxa de 6 reais para as despesas do transporte, pois as cestas são trazidas até a comunidade Castainho no caminhão pago pela Fundação Palmares, mas de Castainho para as outras comunidades é necessário pagar outro transporte para levar as cestas.

As sementes e os serviços de aração da terra são feitos pelo Instituto Agrônomo de Pernambuco – IPA. É um auxílio dado aos agricultores familiares e quilombolas, como também a Assistência Técnica e Extensão Rural voltada para a comunidade, que será discutida no capítulo 3.

Outro benefício é em relação às questões de aposentadoria e salário maternidade. Antes de a Associação ser “quilombola” as pessoas, para se aposentarem ou receberem o salário maternidade, precisavam se conseguir que algum fazendeiro assinasse um documento que comprovasse que aquele indivíduo era trabalhador rural ou então que o INCRA emitisse uma declaração, o que era aproveitado por algumas pessoas que tinha mais conhecimento do processo e cobravam para conseguir a declaração. Atualmente, qualquer pessoa de Estrela que precise entrar junto ao INSS com o pedido de aposentadoria ou salário maternidade,

elas levam uma cópia do certificado quilombola dado pela Fundação Palmares e cedido pela associação quilombola que o INSS inicia o processo requerido.

O presidente da associação tem um grande poder de chefiar a comunidade. Ele é o responsável por buscar junto à prefeitura de Garanhuns o patrocínio para a realização festa quilombola, por receber as correspondências na sede dos correios e trazer para os moradores de Estrela. Os sítios de Imbaúba e Gejuíba também têm lideranças que auxiliam o presidente em cada sítio, na distribuição de correspondências e documentos, na mobilização das pessoas para participar das reuniões.

A atividade econômica de Estrela é basicamente a agricultura. Cerca de 80% da população vive apenas do trabalho na agricultura, seja em seus pequenos roçados, em terras arrendadas de sítios da região, ou na terra de alguma fazenda. Os outros 20% da população tem alguma tipo de trabalho na cidade como pedreiros, professoras, merendeiras ou empregadas domésticas.

A comunidade está situada geograficamente em torno de grandes fazendas de criação de gado. Segundo os moradores mais antigos a área correspondente à comunidade era maior, dando para cada família ter um roçado razoável. No decorrer dos anos as fazendas foram passando cercas cada vez mais próximas da comunidade e de metro em metro Estrela foi perdendo terras para os fazendeiros.

O crescimento populacional, e conseqüentemente o aumento de casas, fez com que os espaços para a roça diminuíssem.



Figura 05 – Sr. Pedro, desenhando no chão como se encontra hoje dividida a comunidade. Foto: a autora.



Mapa 04 – Fazendas próximas a Estrela.

A produção no roçado é, na maioria dos casos, para o autoconsumo. Eles produzem feijão, milho, hortaliças e frutas. Algumas mulheres da comunidade vendem uma parte da produção de feijão na feira da cidade, no sábado. Quando a produção de hortaliças é maior, também as levam para vender.

A maior produção é a de mandioca por conta da farinha que é produzida para consumo e também vendida na feira. A mandioca pode ser plantada e colhida o ano inteiro. Da semeadura até a colheita são aproximadamente seis meses. Então, é plantada e colhida duas vezes por ano.

Todos os membros da família trabalham na colheita da mandioca e no processo de produção da farinha. Geralmente é no final da tarde que pai mãe e filhos vão para a roça “arrancar” a mandioca, que é ensacada e armazenada num local coberto e protegido de qualquer umidade, pois se a mandioca estiver úmida renderá pouca farinha.

No dia seguinte, logo cedo, a família também se reúne para fazer a raspa da mandioca e em seguida levar para a casa de farinha e num processo de aproximadamente 4 horas esta pronta a farinha. Depois de pronta a farinha é ensacada.



Figura 06 - Família de Estrela raspando a mandioca para produção de farinha. Foto: a autora.

Parte é guardada para o consumo familiar, e outra parte é separada para a venda na feira. O quilo de farinha estava custando em julho de 2011 R\$1,50. Se a safra da mandioca for muito boa é possível produzir setenta quilos de farinha.

Uma análise mais detalhada do modo de produção agrícola da comunidade será feita no capítulo 3.

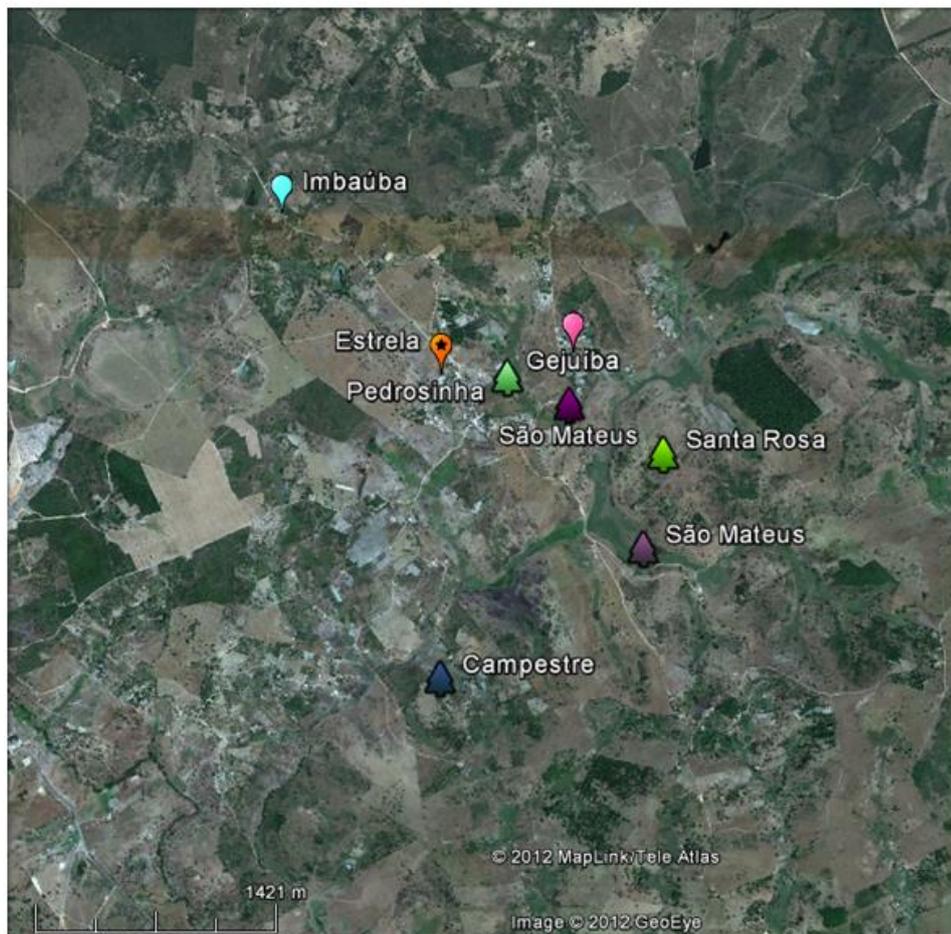
CAPÍTULO 3 – DO TEMPO DO CAFÉ E DA ROÇA

A região do Agreste Meridional Pernambucano foi durante muito tempo produtora de café no Brasil. O café já estava consolidado no sul, com altos preços no mercado internacional, servindo tanto para abastecer o consumo interno quanto para exportação.

A implantação do café no Nordeste se deu, primordialmente, em três estados: Ceará, Bahia e Pernambuco. Estes três estados apresentaram resultado satisfatório em relação a produção para consumo interno e quanto a qualidade dos pés (KASPRZYKOWSKI, 1973, p.18).

Em Pernambuco a área de concentração do cultivo do café foi no Agreste Meridional, nas cidades de Garanhuns, Brejão, Santa Teresinha, Saloá e Bom Conselho. Isso por volta de 1930.

Em Garanhuns a concentração de plantações de café se localizava nas grandes fazendas que rodeiam as comunidades quilombolas. Estrela, como se localiza entre várias fazendas, tinha grande parte de sua população trabalhando nas plantações de café dessas fazendas. As principais fazendas em que as pessoas de Estrela trabalhavam eram: a Fazenda dos Guerra, a São Mateus, Pedrosinha, Campestre e a Santa Rosa.



Escala: indicada

FAZENDAS DE CAFÉ

Desenhista: Arthur Maciel

Base de dados: Google Earth.



Mapa 05 – Fazendas de Café.

O trabalho nos cafezais era feito por homens e mulheres. Os homens trabalhavam plantando e capinando as plantações de café. Cabia às mulheres fazer a colheita e tirar os talos do café para sua renovação. Lima (1985) relata bem a rígida divisão de trabalho que havia nos cafezais quando diz que

Farmers did not accept anyone to perform certain tasks that they thought were inappropriate for that sex. Men did some tasks such as planting and weeding better than the women, while the latter performed lighter tasks such as harvesting better. (LIMA, 1985, p.61)

Tanto homens quanto mulheres começavam a trabalhar cedo nos cafezais. A exclusividade feminina na colheita do café atraía as jovens mulheres que começavam ainda na adolescência a trabalhar na colheita. Como comenta D. Inez:

quando eu fui ficando maior, aí eu disse agora eu vou trabalhar também pra ganhar o meu porque Maria (irmã) trabalhava para comprar a minha roupa e a dela. Aí quando eu fui ficando maior eu fiz 'não eu também vou porque eu já ajudo ela'. Aí a gente começou a trabalhar juntas, trabalhava no café (de) Manoel Manso, fazendeiro dele aqui, trabalhava lá junto de Iratama, no Campestre...

O trabalho das meninas muito cedo no cafezal interrompeu o estudo de muitas delas. Elas, hoje senhoras, relatam que saíam de casa por volta das 4 horas da manhã para as fazendas e voltavam perto das 18 horas. A escola funcionava à noite e, como elas já chegavam tarde, só lavavam os pés e iam para escola. Isso fez com que muitas se desmotivassem a estudar. O trabalho não poderia ser deixado de lado já que todos tinham que trabalhar para ajudar da renda familiar.

A dificuldade para conciliar o trabalho e o estudo também é percebida nos depoimentos masculinos. Muitos homens de Estrela se queixam de serem analfabetos por não puderem estudar para trabalhar.

Olhe, eu não aprendi a ler porque meu pai não tinha condições de botar nós na escola, nem tinha escola. Eu tinha muita vontade (de ler) não aprendi. Que eu acho que a vontade que eu tinha de aprender a ler se eu tivesse ido para uma escola eu aprendia...mas pai não tinha condições, tudo trabalhando 'puxando cobra pros pés' pra poder comer.(Sr. Pedro)

Outra dificuldade que a população de Estrela enfrentava para frequentar a escola era devido ao calendário escolar incongruente ao ciclo agrícola do café. A relação de Estrela com o café era muito forte. A população que trabalhava e

dependia dos cafezais tinha a vida atrelada ao próprio ciclo do café que iniciava em março com a plantação. Durante esse tempo o trabalho no cafezal era apenas masculino. Depois de plantar o café os homens ainda faziam a capinação duas vezes ao ano, em julho e dezembro. Nos outros meses que não estavam trabalhando com o café eles faziam outras atividades (LIMA, 1985, p.61). As mulheres iniciavam a colheita entre o final de agosto e início de setembro. O período de colheita se estendia até o mês de dezembro.

Como pudemos perceber o período de trabalho mais longo no cafezal era o das mulheres, pois a colheita exigia um tempo maior. Apesar disso as mulheres recebiam como pagamento metade do que era pago aos homens para os serviços de plantação e capinação. Mesmo o salário sendo menor, era importante o trabalho das mulheres no período da colheita para garantirem a renda familiar, sobretudo quando as atividades masculinas no café se esgotavam com a capinação. Era então o trabalho das mulheres que garantia o sustento da família nesse tempo (LIMA, 1985, p.62).

O ambiente do cafezal também desenvolvia sociabilidade. As mulheres, em sua maioria jovens, passavam o dia trabalhando e conversando sobre assuntos de “moça” como namorados, casamentos e festas. Também era um espaço para desenvolver amizades com jovens de outros sítios que trabalhavam no mesmo cafezal. Além disso, para o dia passar mais rápido, elas ficavam cantarolando enquanto apanhavam o café. Era um momento prazeroso para essas mulheres, pois o trabalho não as impedia de desenvolver outras atividades criativas, como a música. Diferente do que temos observado atualmente, no trabalho das mulheres no Vale do São Francisco, por exemplo, em que fiscais controlam o trabalho e impedem que elas desenvolvam outras atividades de sociabilidade (CAVALCANTI, 2006).

As músicas cantadas pelas mulheres de Estrela nos cafezais eram as mais diversas. Cantavam tanto músicas conhecidas, que tocavam no rádio, quanto as que elas mesmas inventavam de improviso. Era uma forma de passar o tempo e de brincar com as outras companheiras de trabalho. Como comenta D. Inez sobre essas músicas:

a gente cantava tanta coisa no mundo, de tudo o que vinha na mente a gente cantava. Você sabe moça como é, não é? E juntas

trabalhando (risos)...aí o que vinha na cabeça a gente cantava. A gente cantava: *ei Zé, Zé meu amor...ai Zé, foi embora e me deixou...*aí já outra ia tirava um verso (risos)

Quando terminava a temporada de colheita do café, as mulheres recebiam o restante do pagamento e alguns fazendeiros faziam uma festa para comemorar o fim da colheita. Um episódio interessante aconteceu num desses finais de colheita.

Foi numa dessas fazendas, perto do distrito de Iratama, chamada Campestre, que aconteceu o ocorrido. O ano eles não sabem ao certo. Segundo os relatos de D. Inez, sua irmã D. Maria e sua prima D. Dorico que trabalhavam neste cafezal, a música *Apanhadeira de Café*, conhecida e interpretada pelo cantor caruaruense Azulão, foi composta por elas no cafezal da Fazenda Campestre.

BOX Nº 01

O CAFÉ DE JOSUÉ

A história contada por elas é que trabalhavam a colheita inteira de café nesta fazenda. O dono desta plantação de café era um homem chamado Josué que, em comemoração ao término da colheita e para dar um “agrado” pelo trabalho das mulheres, prometeu no último dia da colheita realizar uma festa para elas.

Conforme havia prometido no último dia de trabalho, o fazendeiro preparou uma festa na casa da fazenda com muito forró e comida. As mulheres, já sabendo do festejo, como de costume, saíram cedo de casa para o último dia de trabalho. Ainda no cafezal, colhendo os últimos frutos do café elas, muito animadas com a possibilidade da festa, começaram a cantarolar. No meio das músicas, que estavam cantando começaram a inventar uma música sobre aquele dia, sobre a festa que iria acontecer. Finalizado o trabalho, elas seguiram do cafezal para a sede da fazenda para a festa. No caminho elas foram cantando a música que compuseram horas antes no cafezal. A música falava daquele momento, importante para elas, em que finalizado o trabalho de colheita do café, o fazendeiro e dono do cafezal, satisfeito pelo trabalho realizado, prometeu fazer uma festa com músicos, comida e bebida. A que dizem ser delas e foi gravada por Azulão se chama “Apanhadeira de café”:

*O café de Josué, a apanhadeira apanhou
Josué de satisfeito um festejo ele inventou
Deu comida a todo mundo, cachaça ao tocador
Sanfoneiro animou, puxou o fole com fé
Todo mundo arrasta o pé porque o forró começou*

*Adeus minha rosa, adeus meu amor
Até para o ano se nós vivo for
Adeus minha rosa, adeus meu amor
Até para o ano se nós vivo for*

Durante a festa elas cantaram várias vezes a música e como havia pessoas de outros lugares que foram convidadas para o festejo, D. Inez e D. Maria acreditam que foram essas pessoas que gravaram e passaram para Azulão cantar. Elas só vieram se dá conta que a música tinha sido gravada muitos anos depois, como relatam:

um tempo a gente ouviu no rádio mas passou-se. Com um tempo Ciço (seu esposo) comprou um cd, quando chegou em casa que botou, eu digo: eita, olha a música da gente, de lá de Josué, mas ninguém tinha como provar que era a gente...mas que a música foi a gente que fez. (D. Inez)

Outro impedimento para reconhecimento dos seus diretos autorais é devido ao fato da composição da música ter sido coletiva e muitas das mulheres que estavam no dia da composição trabalhando no cafezal já são falecidas, nem tendo como comprovar que foram elas mesmas as compositoras.

Assim como as mulheres, os homens que trabalhavam juntos, também no cafezal, tem outras histórias para contar sobre músicas e danças. É comum na área rural de Garanhuns se ouvir falar em samba de coco.

O samba de coco era uma dança muito conhecida nessa região. É uma dança onde homens e mulheres dançam soltos batendo com força no chão um dos pés. Eles se movimentam em várias direções, rodeando o lugar onde estão dançando e batendo o pé no chão de um lado e em seguida do outro.

Esse tipo de dança está ligado às formas de construção das casas de barro, conhecidas como taipa, muito comuns no passado. As casas de barro eram construídas por eles mesmos, com a ajuda da família e dos vizinhos. A parte final da construção da casa era chamada de “bater o chão”, ou seja, como a casa era de barro, era preciso socar bem o piso, também de barro, para que este ficasse bem firme. É nesse momento que entravam em cena o samba de coco. Como no coco as batidas com o pé no chão são fortes, era comum todos dançarem o coco dentro da casa recém-construída para deixar o chão bem firme. Monteiro (1985) identificou essa prática em Castainho onde era motivo de festa, com muita dança e bebida, o ato de “bater o chão” das casas (MONTEIRO, 1985, p. 25).

Em Estrela as festas de “bater o chão” também eram muito comuns. A batida começava de dia com o coco e durava até a noite. Quando terminavam de fazer o piso da casa já era noite, então todos saíam para o terreiro e continuavam dançando o samba. Mas não era só nos festejos de construção de casas que se dançava e cantava o samba de coco. Em qualquer outro festejo, o samba era tocado e dançado, junto com outros ritmos como forró e mazurca que também eram muito apreciados por eles.

Outra dança típica da região e muito praticada em Estrela era o samba de coco de parelha trocada. Essa é uma variação do samba de coco. Segue o mesmo estilo deste, com os pés batendo firmes no chão. Mas essa dança tem que se dançar acompanhado, pois a parelha é importante para dar sentido a dança. No coco de parelha trocada o homem, ao dançar, joga a mulher para um lado e para o outro. Sempre um vai para o lado contrário do outro. Ambos mantêm durante a dança as mãos no ombro do outros. Em certo momento da dança, os casais começam a trocar os pares.

Como o samba de coco é cantado e dançado muitos dos homens que também trabalhavam nos cafezais cantavam os sambas que depois seriam dançados nas festividades. Quando estavam capinando as plantas de café, eles costumavam cantar os cocos, como também rojões e toadas. Era o ambiente do cafezal que proporcionava esses momentos de diversão.

Como visto, o trabalho no café é lembrado com certo saudosismo por todos que trabalharam nos cafezais. O café foi durante muito tempo o que sustentou a economia local de Estrela.

Outras atividades também eram desenvolvidas no tempo do café. Dentre essas atividades estavam os roçados, próprios de uma agricultura de subsistência, a produção de carvão, a colheita e o beneficiamento da castanha, e a venda de produtos na feira.

O trabalho na roça era o que garantia a subsistência das famílias. Na roça plantavam feijão, milho, mandioca e fava. O roçado era familiar e todos os membros da família trabalhavam nele. Essas roças eram em terras de fazendas vizinhas, quando era acordado com o dono da fazenda ceder um espaço de terra para fazerem um roçado. Geralmente, os fazendeiros consentiam em liberar uma área para plantarem suas roças. Muitas dessas fazendas eram as mesmas onde trabalhavam na plantação de café. Assim era vantajoso para os fazendeiros que os trabalhadores plantassem nas suas terras, principalmente se fosse feijão, pois esse grão fornece nitrogênio para o solo o que beneficiava as plantações de café (LIMA, 1985, p. 55).

“Botar” um roçado era tarefa que envolvia toda a família e exigia um trabalho preliminar na terra. Primeiro se “brocava” a roça. Esse era o processo inicial de limpeza da área que seria plantada, removendo com enxadas toda a vegetação e deixando somente o solo. A segunda etapa era fazer a “coivara”, que era onde iria queimar a madeira proveniente da “broca”. Em seguida, era feita a plantação de batata, feijão, milho, fava e mandioca. Com o tempo, nascia vegetação ao redor das plantações, então era o período de “chachar”, ou seja, capinar, retirar o mato que cresceu, em média a cada três meses. O trabalho na roça era diário. Não havia uma rígida de divisão de trabalho no roçado. Homens e mulheres participavam de todas as etapas, “broca”, plantação, limpeza e colheita. Podemos perceber esse fato na fala do Sr. Joãozinho quando diz “se você visse, a enxada lá em casa, eram 13 enxadas. Nove irmãos eu tinha e era tudo na enxada, todo mundo”.

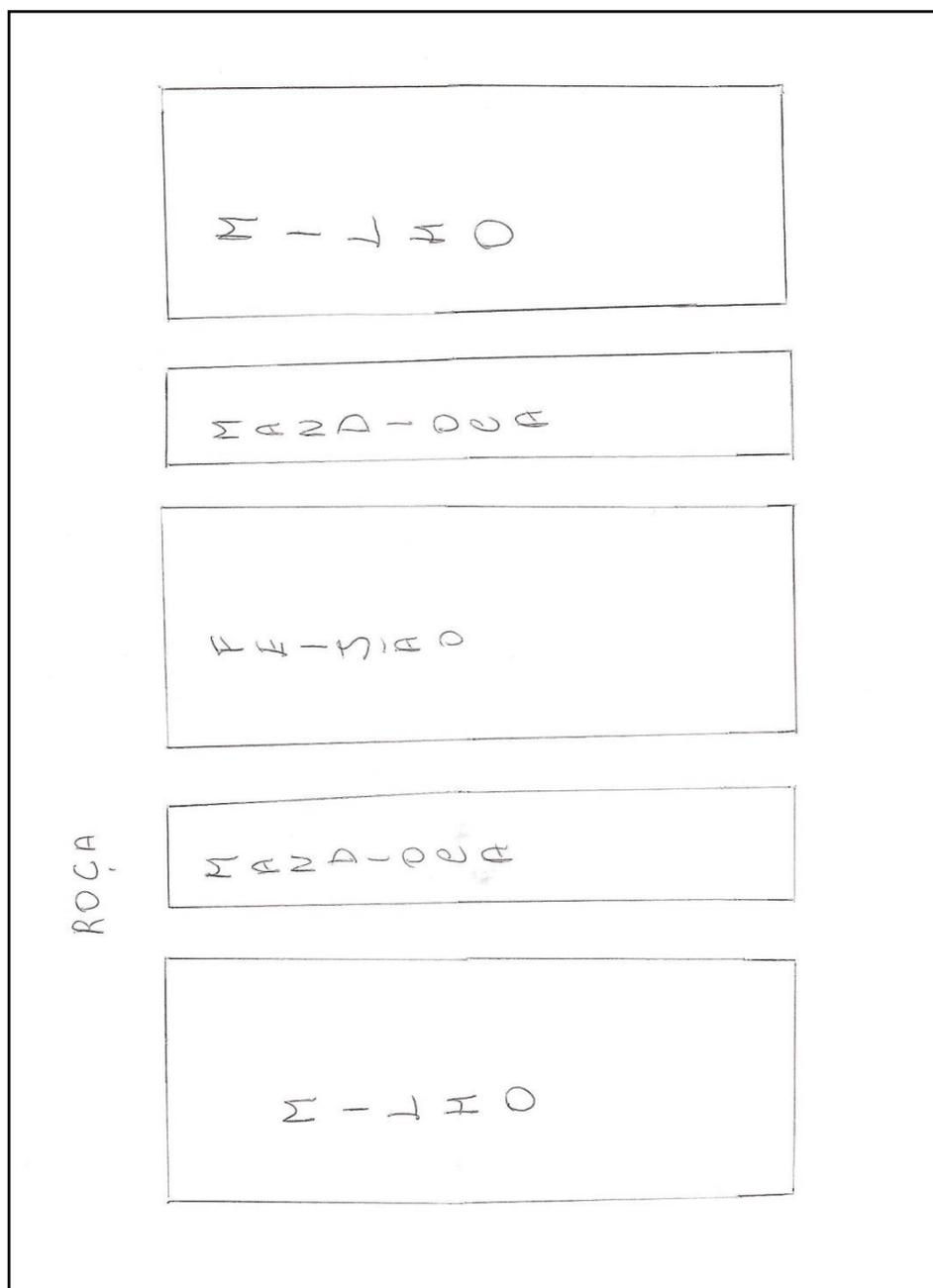


Figura 07 - Modelo de roça.

Fonte: trabalho de campo.

3.1 Entre a roça e o capim

A roça durava dois anos na terra da fazenda. Depois dos dois anos, era tirada a roça e a família dona do roçado era responsável por plantar em seu lugar capim, conforme acertavam com o fazendeiro. Plantado o capim naquela área de terra, a

mesma família ia iniciar todo o processo de preparação de outra área de terra, na mesma fazenda ou em outra, para “botar” um novo roçado.

Os alimentos da roça eram em sua maioria para consumo da família. Outra parte como a mandioca, por exemplo, era para fazer a farinha e vendê-la nas feiras. Para feira era levado também frutas e castanhas. Essas eram mais duas atividades típicas de Estrela. A plantação de árvores frutíferas era em grande parte feita nos terreiros e nas áreas de plantação de café das fazendas. Os frutos eram especialmente a manga e o caju. Pois além de serem árvores que se adaptavam bem ao clima local, produziam muitos frutos e protegiam com suas folhagens as plantas de café do sol intenso (LIMA, 1985, p.57). Além do mais, do caju ainda se retirava a castanha que era juntamente comercializada nas feiras com um bom valor de mercado.

Outra atividade presente em Estrela era a fabricação de carvão. Esta não era uma atividade para todos porque demandava um alto custo para a família. Para produzir o carvão, era necessário ter grande quantidade de madeira para queimar. Essa madeira era proveniente de matas que se localizadas no entorno. Havia grandes áreas de mata rodeando Estrela, mas essas áreas de mata pertenciam a fazendeiros que vendiam a madeira das “matas” para a produção do carvão. A família de Sr. Joãozinho comprou uma área dessas, como ele relata:

Sr. Joãozinho: Pai comprou mata pra fazer carvão pra vender.

Alice: E onde eram essas matas?

Sr. Joãozinho: Era aí nas fazendas desses homens, aí embaixo. Comprava a lenha e trazia e fazia a caieira.

Alice: E como era que comprava a lenha? Comprava com a mata?

Sr. Joãozinho: Sim. Comprava e ia buscar a lenha. Nós cortávamos a lenha, trazia, cavava a caieira, queimava e fazia o carvão.

Alice: E vendia isso?

Sr. Joãozinho: Oxe, a gente levava carrada de trinta sacos pra rua, eu e meu irmão, pra vender pra fazer a feira. Era mesmo! (risos)

Como comentei anteriormente, essa atividade de produzir carvão não era comum a todas às famílias, dado o custo de comprar uma área de mata e também

de não ser uma atividade possível de realizar com muita frequência, como observa LIMA:

the charcoal was made and sold around February, the end of the dry season when the householdes' need for cash was great. As wood was not abundant all the times and as the deforestation of plots was not going on constantly, charcoal making was not as reliable as the other activities. (LIMA, 1985, p.58)

O trabalho na roça, na fabricação de carvão e a venda de frutas na feira eram um complemento importante para a subsistência das famílias de Estrela. Mas o trabalho no cafezal era a atividade mais importante para a população local e a que garantia maior rentabilidade, tendo em vista a sua duração. Para os homens o café fornecia trabalho em março, julho e dezembro, com a plantação e limpeza, respectivamente. Para as mulheres, o trabalho de colheita iniciava em agosto e se estendia até dezembro. Essa dinâmica permitia a homens e mulheres exercerem alternadamente outras funções. Quando os homens estavam no café, as mulheres cuidavam da roça, da colheita dos frutos para venda na feira. Quando eram as mulheres que estavam no café, os homens faziam as outras atividades.

Essa complementariedade entre a agricultura e a comercialização de produtos foi também analisada por Cavalcanti (1975) sobre as relações entre a agricultura e a cerâmica no Talhado.

3.2 A erradicação do café

No início dos anos 1960 o mercado do café no Brasil iniciava um processo de desaceleração. Isto porque para manter a competitividade do café brasileiro no mercado internacional, o governo, através do Instituto Brasileiro do Café - IBC, entidade responsável pelas políticas agrícolas para o café no Brasil, comprava, por um preço muito acima do que era praticado no mercado, toda a produção dos cafeicultores locais, mesmo o produto sendo de baixa qualidade (BROGGIO, DROULERS, GRANDJEAN, 1999, p. 05). Isto mantinha a competitividade do café

brasileiro no mercado internacional, mas estava trazendo grandes prejuízos para o governo.

A fim de diminuir a oferta do produto para aumentar o preço, o IBC lançou em 1962 o Programa de Erradicação do Café. Este programa visava não só o mencionado acima, mas também eliminar as plantações mais velhas de café que estavam tendo baixa produtividade. O programa se baseava em pagar bônus aos cafeicultores para destruírem suas plantações de café.

Na região do Agreste de Pernambuco, muitos fazendeiros aderiram ao Programa de Erradicação e destruíram seus cafezais. As fazendas de café onde a população de Estrela trabalhava tiveram toda sua plantação de café exterminada. Isso causou grande impacto na condição socioeconômica da comunidade que, até momento, tinha seu sustento garantido pelo trabalho na monocultura do café.

As plantações de café foram queimadas e sem seu lugar foi incentivado por parte do governo plantação de pasto para a criação de gado. Questiono Sr. Pedro sobre o processo de extermínio do café:

Alice: E como foi que acabou o café?

Sr. Pedro: Foi aquele (pausa) Castelo Branco que mandou arrancar. Pagou aos fazendeiros para arrancar. Foi Castelo Branco.

Alice: E o senhor sabe por quê?

Sr. Pedro: Para matar o povo de fome!

Alice: E vocês ficaram sem trabalhar no café?

Sr. Pedro: Acabou-se. Nós ficamos parados sem terra para trabalhar.

Alice: E no lugar do café?

Sr. Pedro: Capim. Plantaram capim.

A iniciativa para plantar capim e criar gado foi parte de um discurso do governo para diversificar a produção das áreas que antes eram monoculturas do café. O que aconteceu em Garanhuns não foi uma diversificação, mas a substituição do café pela criação de gado, que não necessitava de mão-de-obra equivalente ao

café, implicando na redução das oportunidades de trabalho para os atuais quilombolas.

A população de Estrela ficou sem ter em que trabalhar. Com a criação de gado, um ou outro trabalhador era contratado para trabalhar nas fazendas. As áreas de terra antes cedidas pelos fazendeiros para as famílias “botarem” roça, já não estavam mais disponíveis. E foram tomadas pelo pasto.

Com a plantação do capim, muitas áreas de mata foram devastadas para dar lugar ao pasto. Isto contribuiu para eliminar a possibilidade da compra de lenha para a fabricação do carvão, excluindo assim uma atividade importante para a comunidade.

Outra atividade prejudicada foi à comercialização de frutas. Com a retirada dos pés de café as árvores frutíferas, como mangueiras e cajueiros, que antes protegiam o cafezal do sol, também foram arrancadas, já que para a plantação de capim não era necessário essas árvores (LIMA, 1985, p.64).

O tempo da erradicação do café é lembrado por todos os de Estrela pela falta de trabalho nas fazendas e pela extrema pobreza que assolou a comunidade. A principal referência de dificuldade daquele momento, para eles é quanto à alimentação.

Comer um quilo de carne, ninguém comia não. Era aquele sanguinho, de boi. Agora ninguém quer mais saber de sangue... (Cida)

Olhe, nós comemos sangue de boi, couro de porco, comemos bofe, nós comemos folha de quiabo, caroço de jaca cozinhado. Quando não dava a gente comia o couro da jaca... Foi... passamos muito mal. (Sr. Pedro)

A alimentação precária da época da erradicação do café contrasta com o tipo de alimentação diária anterior à essa condição, composta pelo que eles plantavam na roça, como: feijão, fava, milho, macaxeira; a farinha que faziam com a mandioca que também plantavam na roça; as frutas que colhiam, como manga, jaca e caju; e a carne (*mistura*) que era comprada na feira. Diante dessa situação de extrema pobreza e ao serem apartados de sua condição tradicional de trabalho e vida, a saída foi migrar para áreas onde tivessem melhores condições de trabalhar e viver.

As migrações no sentido rural-urbano foi um movimento que se intensificou no Brasil nos anos de 1970 a partir de mudanças produzidas no trabalho agrícola, principalmente pela “modernização forçada no campo e o desenvolvimento tendencioso e excludente” (MARTINS, 2001, p.32). Por situações diversas, grande massa rural deixou o campo e instalou-se nas cidades. Em Estrela, a desagregação e falência da monocultura do café favoreceu esse deslocamento.

As migrações em Estrela seguiram dois sentidos: uma migração sazonal para áreas mais próximas e a migração definitiva para o estado de São Paulo. Parte da população migrante seguiu para áreas do estado de Alagoas, regiões próximas de Garanhuns, para trabalharem em monoculturas como a da cana de açúcar ou na pecuária em fazendas deste estado. Essa migração era sazonal, porque os migrantes, geralmente homens, passavam um determinado tempo trabalhando e depois voltavam para Estrela. Esse movimento para áreas próximas não foi tão expressivo quanto à migração para São Paulo.

D. Maria chega a deduzir que “tem outra Estrela em São Paulo. É muita gente daqui que vive por lá” ao falar dos parentes que foram morar em São Paulo. Em busca de trabalho, boa parte da população de Estrela mudou-se para o referido estado. O deslocamento tinha início com os homens. Os casados viajavam sozinhos, deixando esposa e os filhos em Estrela. Quando estavam já com algum emprego e condições suficientes de manter a família por lá, mandavam o dinheiro para que a esposa e os filhos fossem embora. Outros, que eram solteiros, mandavam buscar os pais ou irmãos. E aos poucos muita gente mudou-se para São Paulo.

Criou-se entre esses migrantes de Estrela uma rede de solidariedade em que um ajudava o outro a conseguir emprego e se estabelecer numa moradia. Assim boa parte dos que migraram para São Paulo conseguiram se fixar na cidade de Ibaté. Lá constituíram família, construíram suas casas e vivem até hoje. Situações semelhantes foram analisadas por Menezes (2009) em relação aos migrantes do Nordeste para São Paulo.

Outros, que também migraram para São Paulo, não tiveram a mesma experiência exitosa e voltaram para Estrela. Para estes, a lembrança da vida em

São Paulo é de penúria e discriminação. D. Inez é uma das pessoas que voltaram de São Paulo. Ela conta que o marido foi na frente para conseguir um emprego. Quando ele já estava empregado, ela e os três filhos mudaram-se também. De início ficaram na casa de uma cunhada, depois se mudaram uma casa alugada. Mas a dificuldade de conseguir alimento, por exemplo, era muito grande. O dinheiro mal dava para pagar as contas e comprar comida. O clima da cidade também contou muito para a volta da família, pois o calor era intenso no verão e o frio perene no inverno. Essas dificuldades encontradas em terras paulistas despertou certa repulsa naqueles que por lá passaram, como se percebe na fala de D. Inez:

Dizem que quando a pessoa morre a alma vai aos lugares que a pessoa passou. Se minha alma tiver vergonha ela não passa nem perto de São Paulo (risos). Eu não gostei não. Goste quem gostar, eu não dou valor a São Paulo

O medo de morar em São Paulo ou que alguém da família tenha que se mudar ainda hoje assusta quem nunca quis sair de Estrela. Ainda mais quando assistem a programas de televisão, como aqueles em que uma família, geralmente nordestina, que vive em situação de miséria em São Paulo, escreve uma carta para o programa pedindo ajuda para voltar à sua terra natal. Esse tipo de exemplo só reforça a imagem de desolação que é ter que mudar-se para São Paulo.

Durante a pesquisa presenciei uma situação que explicita bem esse processo migratório e o medo característico. Por falta de emprego, um jovem estava decidido a ir embora para São Paulo. Já teria entrado em contato com um primo que mora lá e que teria dito que conseguiria um emprego para ele. Seu avô, muito preocupado com a possibilidade de ele ir embora, disse que faria qualquer coisa para que ele ficasse. Como o jovem tem um sonho de ser baterista, disse que só não iria para São Paulo se ganhasse uma bateria e assim pudesse começar uma carreira de músico na própria cidade. Assim, seu avô, que recebe uma aposentadoria de um salário mínimo, fez um empréstimo no banco e comprou a bateria para que o neto não viajasse.

Esse exemplo pode nos revelar o quão sofrido é o processo de migração, tanto para os que migram quanto para os que ficam. Também remonta ao fato de, na memória das pessoas de Estrela, o momento de decidir migrar para São Paulo os

faz lembrar outros momentos difíceis vividos no passado. Ou seja, volta à memória o período do fim do café.

3.3 As relações de trabalho hoje

Atualmente, o sustento de grande parte das famílias da comunidade ainda é garantido pelo trabalho agrícola. Muitas pessoas vivem da aposentadoria e de programas sociais, como o Bolsa Família. Outras trabalham em atividades não agrícolas. O trabalho na agricultura que vem se desenvolvendo é baseado praticamente no roçado em terras cedidas e no trabalho assalariado em fazendas vizinhas.

Para entender o primeiro caso, tomemos o exemplo de Sr. Joãozinho. Ele é casado com D. Neném, tem cinco filhos adolescentes, sendo quatro mulheres e um homem. Sr. Joãozinho tem um roçado numa propriedade próxima a Estrela. Segundo ele, há mais de trinta anos ele trabalha nas terras desse proprietário. Ele começou trabalhando com o dono da fazenda “botando” **roça** nas terras dele. Nesse roçado, cultiva milho, feijão, mandioca, entre outros gêneros. Todos os dias, ele e sua esposa saem às 6 horas da manhã para trabalhar na roça. O filho trabalha como assalariado numa fazenda próxima, enquanto as filhas apenas estudam e cuidam do trabalho doméstico. A produção oriunda da plantação é para o consumo da família. Da mandioca Sr. Joãozinho produz farinha que comercializa na feira. A renda é complementada com R\$172,00 que recebe do programa Bolsa Família, do Governo Federal.

É interessante perceber que o trabalho do Sr. Joãozinho nessa terra do fazendeiro é característico de um sistema de relação de trabalho já inexistente na região. O sistema de “botar” roça nas fazendas, que era comum no passado, quase não existe. Pois é mais vantajoso para o fazendeiro ter em toda a sua fazenda plantação de capim. Sr. Joãozinho aponta as mudanças ocorridas no decorrer dos anos e reconhece que é um dos poucos a gozar dessa relação de trabalho:

É assim, as terras são assim: o fazendeiro comprava as terras e foi ficando difícil. Ali mesmo onde nós trabalhávamos, em Pedrosinha. O cabeça (o

dono) morreu aí chegou um e comprou (*uma parte da fazenda*), chegou outro e comprou e não queria que ninguém trabalhasse em roça. É só capim mesmo e pronto. A minha sorte é que eu tenho aquele sítio do menino que eu trabalho lá que eu planto as coisinhas pra mim. Olhe , tem um menino mesmo (...) que disse que nem tem mandioca nova, nem tem onde plantar nada e não tem nada o coitado. Aí ele depende mesmo do dinheiro do cartão (*Bolsa Família*)...quem tem uma terrinha que nem a gente (*para trabalhar*) aí planta uma coisa e outra, tudo bem.

A estrutura econômica da família distingue-se daquelas em que o trabalhador “bota” roça na terra do fazendeiro. É do que se tem na roça que a família de Sr. Joãozinho pode contar para a alimentação e o que irão vender. Quando ele que conhece alguém que “*não tem mandioca nova, nem tem onde plantar*” quer dizer que essa pessoa não tem a previsão de colher a mandioca para fazer a farinha, importante componente na alimentação e uma fonte de renda para a venda, e por isso não tem alternativa de sustento familiar.

A questão de ter uma terra para trabalhar também está ligada a ter fartura o ano todo. A roça garante que a família tenha a variedade de alimentos de acordo com o tempo de safra de cada um. Por exemplo, nos meses de janeiro a março é o período de estar preparando a terra para plantar o milho e o feijão verde. Quando chegam as primeiras chuvas no mês de março é o período de iniciar a plantação. Em junho o milho já está maduro para colher e em julho, já se pode colher o feijão. Até o final do mês de agosto se tem milho e feijão verde para colher e é tempo também de plantar o feijão de corda e o feijão guandu. A partir de setembro, quando a umidade diminui, o feijão verde começa a secar. Nesse mesmo mês o feijão de corda está maduro e começa a ser colhido. O feijão de corda é colhido até outubro e em outubro mesmo, quando a temperatura já aumentou e não há mais chuvas é o tempo de colher o feijão guandu, que pode ser colhido até janeiro, em pleno verão. O feijão guandu é muito importante na dieta alimentar das famílias de Estrela.

Há um significado quase religioso em torno do feijão. Ele é conhecido como “o feijão do pobre”. Essa espécie de feijão é própria para áreas secas, pois sua forma arbustiva não necessita de muita água para brotar (ao contrário dos feijões verdes que crescem em ramas e dependem de muita irrigação) por isso pode ser colhido no verão. Em Estrela conta-se que o Padre Cícero batizou o feijão guandu como “o

feijão do pobre” e dizia que todo pobre plantasse esse tipo de feijão, pois quando acabasse as chuvas não iria lhes faltar o que comer.

Já a mandioca, precisa de um tempo maior para chegar ao ponto de colher. Ela é plantada também nos meses de março a abril, mas só será colhida cerca de um ano a um ano e meio depois. Se passar de um ano e meio para colher, a mandioca não presta mais. É por isso que se tem que plantar mandioca todos os anos e assim garantir ter mandioca nova para ser colhida sempre. Esse ciclo anual da roça é válido apenas para as famílias que tem um espaço de terra para fazer o roçado.

Outro exemplo que podemos citar das relações de trabalho atuais é o **trabalho assalariado** nas fazendas que ficam no entorno de Estrela. Atualmente, um grupo de homens trabalha na Fazenda Santa Rosa, no corte da cana de açúcar, dentre eles o filho do Sr. Joãozinho. S. Antônio Gabitú, morador de Estrela é o responsável por fazer a contratação dos trabalhadores. Ele também trabalha junto com o pessoal contratado. O dia de serviço pago a esses trabalhadores está em torno de R\$ 20,00. Mas não é um trabalho regular. Quando acabar o trabalho na Fazenda Santa Rosa, todos estão desempregados. Quem tem uma roça familiar volta a trabalhar com a família e espera até que apareça outro serviço.

Sr. Antonio que também trabalha na fazenda, conseguiu junto com sua esposa, D. Cida, comprar uma parte de terra de herdeiros de uma fazenda próxima. Lá eles têm uma horta orgânica, onde plantam hortaliças, legumes e frutas. D. Cida argumenta que atualmente o trabalho na horta é só para o sustento da família. Ela diferencia o trabalho em grandes roças, como antigamente, que era o que gerava uma renda maior para eles:

Quando eu trabalhava, a coisa era outra pra mim. Quando eu falo em trabalho é trabalhar no campo, na terra você bater e arrancar quatro carradas ou cinco de fava de R\$200,00 o saco. Porque tem uma fava que é R\$200,00 viu? Plantei lá no Guerra (fazenda do Guerra), naquele tempo tinha terra pra trabalhar (...) trabalhei lá no Guerra, eu sozinha e Deus. O marido lá no alugado pra arrumar mais uma coisinha. Aí eu comprei uma carradinha de terra...

Podemos perceber que D. Cida associa o trabalho à quando podia ter um roçado grande que garantisse boa colheita. Atualmente, na terra que ela conseguiu

comprar, ela cultiva uma horta. O trabalho na horta é intenso, pois precisa de cuidados diários. Todos os dias ela sai às 4 horas da manhã para “vagem”, como chama a horta, e volta para casa por volta das 10 horas. À tarde vai novamente e volta depois das 4 horas da tarde. É um trabalho diário, mas o que rende é muito pouco, pois a produção de D. Cida é voltada para a **comercialização na feira** de Garanhuns. A filha dela, Gildete, vende parte da produção na feira da quinta-feira. Outra parte é vendida na feira do sábado.

Gildete conta que tem semanas de voltar para casa com apenas R\$20,00 de tudo o que vendeu na feira, o que paga apenas o transporte da mercadoria. Outra dificuldade na horta apontada pelo marido de D. Cida é questão da produção ser orgânica. Para Sr. Antônio, falta incentivo e políticas públicas que apoiem a produção de orgânicos na região. Manter a horta orgânica é muito dispendioso e o retorno é muito pouco, já que na feira o produto não recebe um reconhecimento maior por seu modo de produção e o valor fica praticamente o mesmo do que o produto de uma horta convencional.

Uma fonte de trabalho que se iniciou na comunidade foi à confecção cerâmica de tijolos implantada na fazenda de Pedrosinha. Um dos herdeiros dessa fazenda construiu uma fábrica de tijolos e tem empregado boa parte da população de Estrela. Tanto homens como mulheres trabalham na **fabricação de tijolos**. É um trabalho também para complementação da renda, pois não é regular. Há tempos em que muita gente está trabalhando. Em seguida, quando a produção não é em grande escala, alguns são dispensados. Esses que são dispensados geralmente trabalham em outras atividades, seja no roçado de alguém ou então na **colheita da castanha de caju**, outra atividade de fundamental importância na região.

Há também os que trabalham fora como alguns **pedreiros** que geralmente trabalham nas construções em Garanhuns e entorno. E também os funcionários públicos como Ivanilda por exemplo. Ela trabalha como **merendeira** numa escola municipal localizada na comunidade quilombola Tigre. Ivanilda é solteira e mãe de três filhos pequenos. Mesmo trabalhando fora ela mantém, junto com suas irmãs, uma horta onde cultivam verduras e hortaliças e comercializam na feira do sábado em Garanhuns.

Como pudemos observar, as relações de trabalho em Estrela sofreram mudanças profundas desde a erradicação da produção de café. A relação com os fazendeiros já não é a mesma. Não há mais espaço para os roçados. O trabalho nas fazendas foi continuamente reduzido. Ainda assim, o trabalho na agricultura ainda é a principal fonte de renda de muitas famílias e mesmo aquelas que exercem outra atividade, complementam sua renda com as atividades agrícolas.

No final dos anos 1990, a partir da discussão da existência das comunidades quilombolas na região e da extrema pobreza dessas populações, projetos governamentais de apoio às comunidades começaram a ser implantados nesses locais. Um deles foi a Frente de Emergência, um projeto que visava abastecer de água populações rurais que estavam à mercê de uma seca na região.

Para o projeto foram recrutados pessoas da comunidade para trabalharem na construção de pequenas barragens que armazenassem água. O trabalho era em terras de Estrela ou vizinhança que tivessem olhos d'água. As pessoas trabalhavam cavando os buracos que formariam as barragens e acumulariam água. Também havia formação de mutirão para ajudar nas roças uns dos outros. D. Sonia, uma das que trabalharam nesse projeto, comenta como era o trabalho:

A gente cavava, fazia barragem, assim, poços, nas terras onde tinham minação, que não tinham condições de fazer um poço para alimentação do pessoal e dos bichos. A gente trabalhava de enxada, era a semana todinha (...) tinha um cartãozinho que já vinham destacado que a gente recebia a feira mensal. Na época a gente começou recebendo R\$40,00 reais por mês, depois passou para R\$60,00. Aí a gente trabalhava. Dependendo do trabalho, se fosse mais pesado, para cavar buraco assim, a gente trabalhava três dias. Ali ia pra cartilha, mostrava e riscava o 'xiszinho', era a cartilha de frequência. Hoje eu ainda tenho ela guardada (...) E quem trabalhava assim, ajudando uns aos outros, por exemplo, você tinha uma roça eu também tinha uma, eu ia com aquela turma limpar sua roça. Quando nós terminávamos de limpar sua roça, se a minha já tivesse limpa, nós já íamos pra roça de outro. Era...o trabalho era assim.

Esses trabalhos a que D. Sonia se refere foram implementados na comunidade a partir das políticas públicas voltadas para populações rurais que estavam em condições de extrema pobreza. Era uma alternativa também de manter a população trabalhando em esquema de mutirão para manter os roçados familiares.

Com a discussão em torno de Estrela como comunidade quilombola, outros projetos foram sendo implantados na comunidade, como o da habitação rural, por exemplo, em que foram construídas mais de 70 casas populares para a população de Estrela o que empregou na construção dessas casas a mão de obra local. Esses projetos fazem parte de políticas diferenciadas voltadas para essa população que além de fazerem parte de uma realidade rural diversa, por suas relações de trabalho, também reivindicam agora uma identidade própria que os diferencia de outras populações rurais locais. O capítulo seguinte aprofunda a análise desse processo.

CAPÍTULO 4 – DA INVISIBILIDADE AO RECONHECIMENTO: AS POLÍTICAS PÚBLICAS PARA COMUNIDADES QUILOMBOLAS

A questão de políticas públicas voltadas para comunidades quilombolas no Brasil tem tomado dimensão relevante nos últimos anos. Isso se deve por vários fatores que vão desde a articulação de movimentos sociais em busca dessas políticas a ações do governo voltadas a responder uma demanda cada vez maior de programas sociais.

As comunidades quilombolas certificadas pela Fundação Palmares atualmente somam mais de 1.500. Por sua própria condição *quilombola* e uma trajetória de discriminação, encontram-se geralmente localizadas em áreas onde os serviços públicos são precários e falta infraestrutura básica (BRANDÃO, DALT, GOUVEIA, 2010, p.07).

A partir da publicação em 2003 do decreto presidencial nº 4.887, que regulamenta o procedimento para identificação, reconhecimento, delimitação, demarcação e titulação das terras ocupadas por remanescentes de quilombos, outras iniciativas em termos de políticas públicas começaram a ganhar destaque na pauta do governo federal.

O grande programa criado foi o Brasil Quilombola, lançado em 2004. O programa se baseava num conjunto de ações integradas envolvendo vários ministérios a fim de formular políticas voltadas aos temas básicos como educação, saúde, moradia, alimentação e terra, dentre outros, para essas populações. Neste sentido, observa Arruti (2009, p. 4) há uma mudança na postura do Estado brasileiro diante das comunidades quilombolas, estas não são vistas apenas pelo seu aspecto cultural, mas passam a ser percebidas em sua dinâmica social mais ampla.

O Ministério do Desenvolvimento Social e Combate a Fome, por exemplo, incluiu as populações quilombolas na Política Nacional de Assistência, onde desenvolveu estudos sobre segurança alimentar nas comunidades, implantou as cozinhas comunitárias, distribuiu kit's de equipamentos para a geração de renda (BRANDÃO, DALT, GOUVEIA, 2010, p.12).

As iniciativas do Ministério da Educação foram no sentido de promover capacitações para professores que atuem na educação quilombola, distribuição de material didático, construção e reforma de escolas em comunidades quilombolas.

Outro eixo do programa, voltado para as atividades agrícolas, se concentrou em torno da promoção da agroecologia, ou seja, incentivar nas comunidades quilombolas o uso dos recursos naturais de forma sustentável, oferecendo apoio técnico para envolver essas comunidades numa rede produtiva e mercadológica que pudesse gerar ocupação de trabalho e renda. Dentro das políticas públicas agrárias voltadas para inclusão produtiva dessas comunidades estava a Assistência Técnica e Extensão Rural - ATER, desenvolvida e gerenciada pelo Ministério do Desenvolvimento Agrário.

Todas essas políticas voltadas para as comunidades quilombolas provocaram mudanças internas dos órgãos públicos para atender a essa demanda. A própria lógica de proposição das políticas teve que ser reformulada, como no caso da ATER, um serviço antigo no Brasil, mas que até 2003 seguia um modelo padrão de assistência às populações do campo.

4.1 Um pouco da história da ATER no Brasil

A Assistência Técnica e Extensão Rural (ATER) no Brasil teve início no final da década de 1940 com a difusão da Revolução Verde e com as políticas governamentais da época que objetivavam implantar a modernização agrícola no país a partir da ideia desenvolvimentista do pós-guerra, a fim de melhorar as condições de vida da população rural. O “pacote” tecnológico era imposto aos agricultores com a finalidade de aumentar a produção agrícola fazendo uso de fertilizantes e agrotóxicos, além de incentivar a mecanização no campo. Essa medida foi extremamente excludente. Primeiro por aplicar um modelo de produção agrícola que só beneficiava os grandes fazendeiros, pois eram eles quem lucravam com a alta produtividade da plantação, enquanto os pequenos agricultores familiares, não teriam condições de arcar com as despesas da implantação desse modelo. Em segundo lugar, com o incentivo a mecanização, a oferta de emprego para os trabalhadores agrícolas diminuiu aumentando a pobreza no campo. E em terceiro lugar, por incentivar uma ATER homogeneizante e concentradora, que

impunha o “saber científico” dos técnicos sem considerar as especificidades da população local.

Inicialmente a ATER foi implantada como um serviço privado apoiado pelo Estado, mas a agricultura familiar do país sofreu quedas acentuadas em sua produção visto que a industrialização continuava a todo vapor e os pequenos agricultores, que não tinham condições de pagar por um serviço de ATER, ficavam à margem do processo de modernização da agricultura. Só em meados dos anos 1970 o governo de Ernesto Geisel tornou público o serviço de ATER e implantou o Sistema Brasileiro de Assistência Técnica e Extensão Rural - SIBRATER que seria executado no plano nacional pela EMBRATER em todos os estados brasileiros através das empresas estaduais de assistência técnica, as EMATERs.

O modelo de extensão rural adotado no Brasil foi o chamado modelo “clássico” de ATER, que seguia parâmetros de técnicas de produção agrícola universais, conforme praticas desenvolvidas em outros países. Mais tarde, o modelo “clássico” é substituído pelo modelo “difusionista” que diferia do “clássico” por apresentar a novidade de utilizar técnicas mais apropriadas para a realidade da agricultura brasileira. No entanto, a essência dos dois modelos era a mesma: repassar um conhecimento técnico já pronto e condicionar o camponês a adquirir máquinas e insumos estrangeiros. O extensionista “deveria envolver os agricultores com o padrão de produção e consumo hegemônicos, altamente dependentes de insumos externos” (KREUTZ, PINHEIRO & CAZELLA, 2005, p.04).

No governo Collor de Melo a EMBRATER foi extinta, enfraquecendo as EMATERs que ficaram sendo coordenadas pelos governos estaduais. O serviço de ATER no país ficou comprometido porque nem todos os estados tinham capacidade técnica e administrativa de gerir a EMATER. Em Pernambuco, este órgão foi extinto e suas atividades foram incorporadas pelo Instituto de Pesquisas Agropecuárias – IPA que é atualmente responsável por prestar o serviço de ATER pública no Estado.

Nos anos 1990, com o crescimento do agronegócio e com a agricultura familiar enfraquecida, os movimentos sociais do campo começaram reivindicar que o Estado implantasse um serviço de ATER público e de qualidade, que estivesse voltado para a um público diferenciado e diverso que habitava o meio rural brasileiro.

Foi a partir dessas pressões e negociações que em 2003 o Ministério do Desenvolvimento Agrário criou em parceria com as universidades, técnicos,

agricultores e movimentos sociais a Política Nacional de Assistência Técnica e Extensão Rural (PNATER), que inovou as bases da assistência técnica para a agricultura familiar e se contrapondo aos modelos “clássico” e “difusionista”. Nessa Política, comprometida com um desenvolvimento rural sustentável, aparece pela primeira vez na ATER brasileira a preocupação com a inclusão de temas como gênero, geração, etnia, território e agroecologia, além da adoção de uma metodologia participativa do agente de extensão rural com o agricultor, promovendo a construção do conhecimento coletivo no campo (PNATER, 2008 p. 07).

Com a nova Política Nacional as comunidades, antes esquecidas e negligenciadas, ganharam visibilidade na pauta das políticas públicas do governo brasileiro. Projetos como o “Cultivando Saberes”, do Governo Federal, estimulam a Assistência Técnica e Extensão Rural para “comunidades remanescentes de quilombo” e comunidades indígenas.

A construção da PNATER veio ao encontro das metas propostas pelo Programa Brasil Quilombola. Os serviços de ATER Quilombola passaram a ser oferecidos considerando as especificidades de cada comunidade. É o caso do Projeto de ATER desenvolvido em Estrela no ano de 2008. O projeto partiu da instituição estadual que presta o serviço de ATER pública em Pernambuco, o Instituto Agrônomo de Pernambuco - IPA, e teve como objetivo principal fortalecer a economia familiar dos moradores de Estrela.

Podemos perceber que essa mudança na lógica das políticas públicas vem se contrapondo a uma lógica anterior conservadora das políticas. Ao observarmos o universo de Estrela, vimos até aqui que a comunidade foi totalmente afetada por uma política agrícola, a da erradicação do café. Por outro lado vemos agora uma política que, de certa forma, tenta reparar os danos causados pela anterior. Ou seja, a mesma economia familiar que foi drasticamente abalada anos atrás com o fim do café é agora retomada como unidade potencial de fortalecimento econômico local.

4.2 O projeto “Produção Agrícola de vegetais e consumo sustentável: uma contribuição para a Segurança Alimentar e Nutricional e a Economia familiar”

O projeto desenvolvido em Estrela derivou-se de um projeto maior chamado Produção Agrícola de Vegetais e Consumo Sustentável: uma contribuição para a segurança alimentar e nutricional e o orçamento doméstico em povoados do interior de Pernambuco. Esse projeto foi criado pelo IPA para cumprir uma proposta de edital lançada pelo Ministério do Desenvolvimento Agrário em parceria com o Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico - CNPq que visava apoiar projeto de Extensão Rural e Tecnológica para a agricultura familiar.

O projeto geral foi desenvolvido em vários municípios pernambucanos, já que o IPA conta com uma estrutura de um escritório por município. Cada grupo profissional de extensão municipal escolheu que tipo de público iria trabalhar com o projeto. Em Pesqueira o projeto foi desenvolvido com indígenas da aldeia Guarda; em Tabira, trabalhou-se com um grupo de mulheres; e em Garanhuns com a comunidade quilombola Estrela. O objetivo do projeto era incentivar o auto-consumo da produção agrícola familiar para a segurança alimentar e nutricional, melhorando o orçamento doméstico e despertando para uma consciência crítica sobre o consumo sustentável. Independente de saber qual o grupo seria trabalhado, o projeto já apresentava uma proposta de atividades a serem realizadas, tais como: realização de oficinas sobre educação ambiental, consumo sustentável e cidadania, orçamento familiar; aproveitamento total de vegetais, plantio de árvores frutíferas; produzir um vídeo educativo, propor intercâmbio de experiências entre os grupos participantes; realizar plantio de mudas de árvores frutíferas na propriedade dos/as agricultores/as participantes do projeto; realizar seminário sobre o consumo consciente/sustentável e segurança alimentar para produtores e consumidores.

Em Garanhuns, a proposta do grupo de extensionistas locais foi trabalhar com quilombolas. O IPA Garanhuns já desenvolve trabalhos voltados para a Extensão Rural com as comunidades quilombolas do município e isso motivou a escolha do grupo a receber o projeto, como comentou um dos técnicos extensionista *“a gente já tem um conhecimento nas comunidades, com os presidentes das associações. Eles estão sempre por aqui.”*

Decidido o público que o projeto iria alcançar em Garanhuns, faltava escolher qual comunidade quilombola. A relação do presidente da associação com os técnicos do IPA contou muito para a decisão, pois havia, segundo o técnico,

interesse do presidente da associação em buscar projetos para a comunidade. Outro fator importante foi a característica da comunidade quilombola Estrela. A comunidade é menor em relação às outras, cercadas por fazendas e com espaço mínimo para de terra para o cultivo. Isso já indicava que era importante trabalhar a questão da segurança alimentar com este grupo, visto a estreita área de terra para produzir alimentos para o seu próprio consumo, as famílias só tinham os terreiros, os quintais.

O projeto foi então iniciado em 2008 na comunidade quilombola Estrela e se estendeu por 18 meses. Cerca de 25 pessoas dos três sítios: Estrela, Gejuíba e Imbaúba participaram. Não pretendo fazer aqui uma análise exaustiva de todas as atividades desenvolvidas durante a realização do projeto, mas concentrarei a análise em três pontos que considero principais para entender a relação da política pública com organização sócio, econômica, política e cultural da comunidade. As três atividades realizadas durante o projeto que considero relevante neste aspecto e que irei abordar analiticamente são: o plantio de árvores frutíferas, a realização do vídeo educativo e a realização do seminário sobre identidade.

Um das atividades propostas no projeto foi o plantio de mudas de árvores frutíferas nos quintais das residências com o objetivo de que as famílias incorporassem na alimentação as frutas presentes em seus quintais. Como vimos no capítulo anterior, havia em Estrela grande quantidade de árvores frutíferas devido às plantações de café e que eram utilizadas pela população para a alimentação. Com a erradicação do café essas árvores também foram exterminadas o que agravou ainda mais a qualidade alimentar das famílias. É interessante perceber como o projeto acontece praticamente como uma política de reparação desse dano causado na comunidade. Faço a ressalva de nem os proponentes do projeto (coordenação de Extensão Rural do IPA) nem os técnicos executores (extensionistas do IPA Garanhuns) tinham conhecimento desse episódio ocorrido em Estrela. Obviamente, os extensionistas conhecem a dinâmica produtiva que existiu na região, com a monocultura do café, porém constatei que não conheciam a dimensão do problema ocorrido em Estrela.

A plantação de muda de árvores foi realizada pelas próprias famílias em seus quintais com a participação e supervisão dos extensionistas. Cada família escolheu

o tipo de fruta que queria plantar, dentre as mudas oferecidas. As mudas mais pedidas foram as de laranja (mimo, Bahia e pokan), manga tommy e mamão. Essas frutas além de serem adaptáveis ao solo e clima da região, oferecem elementos nutricionais importantes para inclusão na dieta familiar.



Figura 08 - Plantação de uma muda em um quintal. Foto: IPA.

O resultado dessas mudas é visto atualmente, com as árvores já crescidas nos quintais. No quintal de D. Sonia, por exemplo, há duas variedades de árvores provenientes do projeto: manga e laranja. Como ela comenta: *“eu tenho aí um pé de manga Tommy. Tá até com manga. E o pé de laranja mimo já ‘botou’ vinte laranjas, desse tamanhinho (gestos) mas chega pendurou, que é desse projeto.”*

A proposta da plantação das árvores era também para que parte das frutas servisse também para a comercialização. Assim além de incluírem na alimentação as famílias poderiam ter uma renda a partir da venda das frutas. Neste aspecto, a população acredita que seria necessária a duração maior do projeto e presença da equipe técnica do IPA na comunidade. Também esperavam o apoio do IPA para a inserção das famílias participantes no projeto no mercado. Uma forma interessante para incluir essas famílias seria em eventos como a Feira da Agricultura Familiar, que acontece no município de Garanhuns e é promovida pelo Conselho Municipal de Desenvolvimento Rural Sustentável, com o apoio da Secretaria de Agricultura. Essa feira tem o objetivo canalizar a produção de agricultores familiares e quilombolas no mercado local. Essa parece ser uma alternativa viável para famílias de Estrela que participaram do projeto, mas para isso teriam que ter dado continuidade com as atividades, como comenta D. Sonia:

Se tivesse continuado com o projeto das plantas, eu acho que hoje já tinha gente que tinha um partidão de fruta já (...) como a gente ganhou, a partir agora de janeiro parece que ia ser assinado para ficar para cada mês a gente ter duas feiras (da agricultura familiar). Aí a gente tá aguardando.

Por outro lado, a equipe de extensionistas do IPA acredita que a proposta para a continuação do projeto teria que ter partido da própria comunidade, o que, segundo eles, não aconteceu. Outra dificuldade para manter uma assistência mais intensiva aos quilombolas é devido à infraestrutura que o IPA possui para os serviços de ATER. São dois extensionistas para a área de Garanhuns e outros municípios, já que o IPA de Garanhuns é uma unidade regional, o que dificulta a assistência constante à população de Estrela.

Outra atividade importante para a análise desenvolvida pelo projeto foi a produção do vídeo educacional. A proposta de vídeo era voltada para atender os jovens da comunidade. Esses jovens participariam de uma oficina de audiovisual

para que eles mesmos produzirem um vídeo a respeito do desenvolvimento do projeto na comunidade. Em Estrela, a oficina de audiovisual foi ministrada por um professor de Garanhuns. Os jovens participaram das oficinas e iniciaram o processo de gravação do vídeo. O roteiro do vídeo foi baseado em demonstrar as atividades que foram desenvolvidas na comunidade com o projeto, principalmente quanto à plantação das mudas. O roteiro também incluía contar histórias a respeito da comunidade⁶. Para isso os jovens entrevistaram as pessoas mais velhas para que cada um contasse um fato importante sobre a comunidade. Dentre esses fatos narrados no vídeo estão, por exemplo, a história da “banca” da casa de D. Maria, que foi de seu pai. É um banco de madeira, aparentado ter sido construído artesanalmente. O grande mistério dessa “banca”, como chamam, é saber ao certo quando e por quem foi construída. Como diz D. Maria *“essa banca foi de pai e quando a gente perguntava da banca, pai dizia que o pai dele dizia que o avô não sabia quem tinha feito”*. Essas histórias foram reunidas no vídeo, como também as entrevistas nos quintais das residências a respeito das mudas que foram plantadas.



Figura 09 – Jovem de Estrela fazendo o vídeo. Foto: IPA

⁶ Proposta semelhante acontece com o projeto Vídeo nas Aldeias, desenvolvido pela ONG de mesmo nome, que oferece formação audiovisual para povos indígenas, além de incentivar a produção de vídeos produzidos pelos próprios índios a respeito do modo de vida de sua etnia.

Depois de gravado e editado pelos jovens e pelo professor da oficina, o vídeo foi finalizado e foi intitulado “Um pé de muda, meu pé de meia”, referência que logo se associou ao projeto geral desenvolvido, tendo em vista a possibilidade da produção de frutas ser uma fonte de renda para as famílias.

O vídeo foi gravado em formato DVD, distribuído entre as famílias participantes do projeto e mostrado num seminário que realizado na sede do IPA para quilombolas de Garanhuns. O material tornou-se um referencial importante na comunidade, por duas razões principais: foi o primeiro material produzido sobre a comunidade Estrela⁷ e também porque foi produzido por eles.

Podemos observar que há outras questões envolvidas na tomada desse vídeo como um referencial. A primeira questão que destaco é quanto à visibilidade. Quando questionados sobre a importância do vídeo, eles apontam a invisibilidade da comunidade, como comenta Nicinha “ *antes ninguém conhecia Estrela, só falavam de Castainho*”. Essa fala, mediante a questão do vídeo, demonstra que o vídeo foi uma maneira da comunidade apresentar-se diante da sociedade envolta, no caso Garanhuns que já conhecia Castainho devido à proximidade com o centro urbano e também pelo pioneirismo de Castainho quanto à organização política em torno da questão quilombola.

A segunda questão é quanto à perspectiva de a comunidade ter sua história contada por ela mesma. Como acontece com outras comunidades quilombolas, a oralidade é a única ferramenta disponível para que o grupo possa contar sua versão da história. Souza (2012) em seu trabalho no Quilombo de Quadra, no Rio Grande do Sul, analisando a performance da oralidade para esta comunidade, destaca a oralidade como uma forma “de trazer de volta à comunidade, seu sentido de pertença e de origem, suas narrativas fundacionais, sua história enquanto grupo social” (p.32). Podemos trazer o mesmo raciocínio para o caso de Estrela.

A história oficial e escrita de Garanhuns retrata os quilombolas como pessoas violentas e perigosas que saqueavam as fazendas (CAVALCANTI, 1968, p. 13). Torna-se interessante, portanto, essas comunidades quilombolas de Garanhuns

⁷ Há a dissertação de mestrado de Adélia de Melo Branco sobre Estrela. Como mencionado na parte introdutória desse trabalho, até a ida de Adélia à comunidade em julho de 2011, não se sabia da existência deste trabalho.

terem um espaço para contar sua história. Foi através do discurso oral no vídeo que a comunidade Estrela conseguiu trazer elementos importantes do seu passado como também contar a história do grupo a partir das vivências deles mesmos.

O terceiro e último ponto que quero comentar em relação ao projeto desenvolvido em Estrela é quanto à realização do seminário sobre diversidade. Dentro das metas do projeto geral estava a realização de seminários nas comunidades que seriam beneficiadas. Porém os seminários seriam voltados para as áreas de segurança alimentar, educação ambiental e agroecologia. No entanto, o seminário realizado pelo projeto em Estrela abordou o tema identidade. Segundo a equipe técnica do IPA, a decisão de realizar o seminário sobre identidade partiu da necessidade de contribuir com a discussão em torno da identidade quilombola, como comenta uma das técnicas responsáveis:

Lá também trouxeram essa discussão forte sobre quilombola. Eles já tinham essa discussão política e tal, até que eles são bem definidos, bem separados ali. Aí a gente trouxe também um pouquinho dessa discussão, até para discutir as condições deles. Mais para contribuir. Teve o seminário em Garanhuns que a gente trouxe as lideranças quilombolas. Isso já foi promovido pelo projeto, essa discussão a nível de uma identidade quilombola geral. E a gente até convidou representantes do INCRA para ir para lá. A discussão foi muito boa também, em relação a essa questão sobre identidade. Porque o projeto já previa seminários, para tratar de segurança alimentar e tal, só que Pedro (*o extensionista local*) pediu para mudar, nessa questão lá. Não teve esse (sobre segurança alimentar), teve o seminário sobre a identidade mesmo.

O seminário foi um espaço para se discutir a questão da identidade quilombola não só de Estrela, como também das outras cinco comunidades quilombolas de Garanhuns. Foi um momento também de apresentar as atividades que foram desenvolvidas no projeto, como o vídeo, por exemplo, e de fazer uma reflexão sobre os projetos agrícolas voltados para quilombolas.

Todas as etapas propostas no projeto geral foram executadas na comunidade, mas também foram realizadas modificações importantes no sentido de propor atividades que dialogassem com a diversidade do grupo trabalhado, que na verdade já fazia parte do discurso de ATER Quilombola imbricado na metodologia do projeto.

No projeto desenvolvido em Estrela, a metodologia utilizada já estava baseada nas premissas inovadoras da nova política nacional de ATER, mas foi preciso desenvolver outras atividades práticas que contemplassem a demanda que o grupo apresentava, como a realização do seminário sobre a Identidade Quilombola. Podemos perceber essa preocupação em inserir nas atividades do projeto as propostas de metodologias participativas apresentadas na nova Política de ATER. O extensionista do projeto revela que foi utilizado as bases da nova política, mas que não foi seguido um rigor metodológico visto que a ATER Quilombola está num processo de construção. Ele aponta que o que caracterizou a metodologia foi o conjunto de práticas desenvolvidas nas atividades do projeto.

Podemos visualizar isso também quanto a outras propostas de ATER, como a ATER Indígena. Araújo (2010, p. 56) comenta dificuldade em desenvolver uma proposição construída quanto a ATER Indígena. O autor destaca que na ATER Indígena o que se tem de discutir são mais as experiências práticas que tem sido desenvolvidas do que questões teóricas e conceituais.

Essas experiências de políticas públicas concebidas como diferenciadas para uma população diversa seguem num processo de aplicação em que ambos, Estado e população, tentam negociar as estratégias mais adequadas para que se cumpram os objetivos de cada um.

O projeto voltado para segurança alimentar e organização produtiva das famílias foi a base para outros projetos desenvolvidos em Estrela na área cultural. Durante as entrevistas realizadas pelos jovens com os membros mais velhos da comunidade, dentre as histórias contadas, se falou bastante sobre o samba de coco de parelha trocada, dança típica dos festejos da região e que atualmente não é conhecida pela população mais jovem. O professor responsável pela oficina de audiovisual, Jorge, interessou-se em desenvolver um trabalho a respeito desta dança.

Terminado o projeto do IPA, Jorge, procurou a professora da Universidade de Pernambuco, campus Garanhuns, Denize Aquino, e juntos propuseram um projeto de Extensão à universidade a fim de pesquisar a dança na comunidade e resgatar essa dança para que os jovens conhecessem.

O projeto de pesquisa do samba de coco foi aprovado pela UPE e começou a ser desenvolvido em 2010. A proposta do projeto, além de ser realizar a pesquisa sobre a dança, também era de fazer os jovens contarem a história da dança e da comunidade em uma linguagem artística⁸.

4.3 O “Samba de Coco de Parelha trocada e o Tic Tac do Tempo”

O teatro foi a linguagem artística escolhida para que os jovens participantes do projeto contassem, a partir das experiências dos mais velhos, a história da comunidade e do samba de coco. De início foram realizadas oficinas de teatro para que os jovens se familiarizassem com a linguagem teatral. Nesse momento o professor Jorge, identificou elementos importantes nos discursos orais dos jovens que remetiam ao que eles sabiam da história de Estrela, como relata Jorge:

No primeiro momento eu ofereci uma oficina de teatro lá e dentro da oficina de teatro o que eu fiz? Eu fui resgatando falas da comunidade reproduzidas por eles (...) nas oficinas de teatro a gente conseguiu ouvir falas deles que eram falas da comunidade (...) não adiantava a gente levar nada nosso para eles e sim pegar o material que eles forneceram, de falas, de conhecimento da comunidade, de como viviam e transformar isso em uma peça de teatro e foi o que a gente fez.

Jorge ainda conta que durante as oficinas de teatro pedia aos jovens que conversassem com os pais e avós sobre como era a vida em Estrela, o que comiam, de que viviam, quais as crenças religiosas, quais as festas que aconteciam. A partir desses questionamentos, nas aulas seguintes, os jovens traziam as respostas e junto com o professor organizavam o roteiro e as falas da peça teatral que estava sendo montada. A principal fonte de informação para os jovens foi Sr. Pedro e sua esposa, D. Ciliu, pessoas mais velhas da comunidade. Inclusive, ambos são personagens da peça teatral.

O roteiro da peça seguiu uma linha histórica retratando personagens externos como Zumbi e alguns orixás; logo em seguida passa a história mais

⁸ Jorge é ator e professor de artes em escolas de Garanhuns e Venturosa, por isso lançou a proposta de utilizar a linguagem artística para incentivar os jovens a participarem do projeto.

recente retratando a questão da religião católica e as romarias para o juazeiro, o trabalho nas fazendas de café e o samba de coco de parelha trocada.

Os personagens foram divididos de acordo com o que cada jovem se identificava. Por exemplo, para fazer o papel de Sr. Pedro e D. Ciliu foram seus netos que se ofereceram para o papel. A dança dos orixás ficou a cargo de dois jovens que participam de terreiros de candomblé e já tem a vivência das danças na religião afro-brasileira.

A peça depois de montada recebeu o nome de “Samba de Coco de Parelha Trocada e o Tic Tac do Tempo” em referência ao tipo de dança presente na comunidade e a relação tempo/espço que se retrata na peça.

O cenário da peça é fixo. Rodeado por candeeiros acesos que iluminam ao centro uma réplica do oratório original existente na residência de D. Téta (já mencionado no capítulo 2) e uma réplica de um “tronco”, instrumento de tortura conhecido no Brasil por ser utilizado para chicotear os escravos. No mesmo cenário esta também os instrumentos de percussão utilizados para o toque das músicas dos orixás, as peneiras que são utilizadas para representar as mulheres na colheita do café e o pilão utilizado para triturar o café. O figurino dos personagens seguem as características narradas pelos mais velhos. As roupas são todas brancas de um tecido grosso que tenta parecer um saco, retratando as roupas utilizadas pelos mais velhos que eram feitas de saco de açúcar. As mulheres vestem saias e algumas têm um lenço na cabeça.

O espetáculo inicia com o personagem Zumbí, sendo torturado no tronco. Logo em seguida há a dança dos orixás, representando as religiões afrobrasileiras. Após esta cena, há o diálogo de dois personagens que gritam “Estrela, nasceu!” e em seguida se forma uma fila com todos os personagens como em uma romaria que seguem em direção ao oratório entoando cânticos católicos. Na peça é retratado também o trabalho das mulheres apanhando o café e cantando a música “O café de Josué”. Para finalizar, os personagens que representam Sr. Pedro e D. Ciliu, convidam todos para dançar o coco de parelha trocada. É neste momento que eles dançam o coco do mesmo jeito que aprenderam com os mais velhos.



Figura 10- Apresentação teatro de Estrela durante o FIG 2011. Foto: a autora.

O projeto do samba de coco durou 6 meses. Depois do projeto finalizado, o grupo de teatro foi convidado a apresentar o espetáculo por duas vezes na UPE, nos campi de Garanhuns e Recife. O grupo continuou se apresentando em outros eventos tanto em Garanhuns como em outras cidades. Os materiais cenográficos e os figurinos ficaram todos na comunidade. Ficam guardados na casa de D. Maria até que eles precisem para uma próxima apresentação.

Com o projeto, os jovens se motivaram a formar outros grupos culturais de percussão e dança.

4.4 Os grupos culturais e as políticas públicas

Em Estrela, além do grupo de teatro formado a partir do projeto do samba de coco da UPE, há também outros dois grupos: o de dança e o de percussão. O grupo de dança, chamado Afro Estrela, criou um estilo de apresentação a partir de danças africanas, como maculelê e afoxé. O grupo de percussão, que geralmente acompanha o de dança, também toca ritmos do afoxé como também do maracatu. O

grupo utiliza instrumentos como as alfaias, agogô, timbal, pandeiro, agbê, caixa e ganzá.

Os grupos culturais se formaram a partir de oficinas realizadas na comunidade de Castainho, durante o Festival de Inverno de Garanhuns.

O Festival de Inverno de Garanhuns – FIG é um evento promovido pelo Governo do Estado de Pernambuco, que acontece há 22 anos na cidade de Garanhuns nos mês de julho⁹. Durante o festival acontecem em diversos polos da cidade shows com artista nacionais e locais, apresentações teatrais, oficinas, palestras entre outras atividades. Os polos se localizam em diversos pontos do centro da cidade de Garanhuns. Um dos polos é o Polo Castainho, que fica localizado na comunidade quilombola de Castainho e tem suas atividades voltadas para as populações quilombolas.

No Polo Castainho são desenvolvidas atividades voltadas a formação de lideranças quilombolas, oficinas para mulheres, crianças e jovens. Nessas oficinas, patrocinadas pela Fundação do Patrimônio Histórico e Artístico de Pernambuco - FUNDARPE, muitos grupos culturais, pessoas do movimento negro e professores universitários participam como instrutores das oficinas. Foram nas oficinas de percussão e dança que os jovens de Estrela começaram a montar os grupos culturais da comunidade. As oficinas partem de uma política cultural de incentivo aos jovens utilizarem o que aprenderam para criar grupos culturais e resgatarem danças da região, como também afirmarem sua identidade negra.

No Brasil, esse tipo de política cultural tem sido fortemente implementada pelo Estado. De uma forma mais geral, observa-se que as políticas culturais voltadas para o incentivo da cultura popular tem obtido êxito através de ações do Ministério da Cultura, como a criação de prêmios voltados para manifestações artísticas e populares (PINHEIRO, 2012, p. 41). Os programas governamentais propõem cotas nos financiamentos de projetos culturais voltados para essas áreas que contemplem cultura popular e de populações tradicionais como quilombolas, por exemplo. Como é o caso do Festival de Inverno de Garanhuns, mencionado anteriormente, que direciona dentro da política de investimentos das manifestações

⁹ Fonte: <http://www.fig2012.com/o-festival/> consultado em 20/07/2012.

culturais do evento uma parcela para o Polo quilombola, incentivando a apresentação dos grupos culturais quilombolas da região.

Em nível local, a FUNDARPE também tem financiado projetos culturais para quilombolas. O Festival Pernambuco Nação Cultural, promovido por esta instituição junto com o Governo Estadual, é um exemplo de como essas políticas culturais tem envolvido as comunidades quilombolas. O evento tem as mesmas características do FIG, a mesma estrutura de shows com artistas nacionais e locais, cursos e oficinas só que acontece em várias regiões do estado, em datas diferentes. Esse Festival também tem editais abertos para grupos de cultura populares, quilombolas e indígenas, apresentarem algum espetáculo artístico.

Foi no Festival Pernambuco Nação da região do Agreste Setentrional, realizado na cidade de Passira que o grupo de teatro de Estrela se apresentou pela primeira vez num circuito profissional. A apresentação aconteceu a partir do convite da FUNDARPE em inserir o grupo teatral neste circuito. O grupo de teatro se apresentou na comunidade quilombola Chã de Negros, em Passira, no mês de agosto de 2011. Foi uma experiência interessante para os jovens do teatro conhecerem uma comunidade quilombola de outra região que não fosse Garanhuns. Muitos jovens quando volta à Estrela comentaram da pobreza da comunidade. Alguns diziam “é mais pobre do que aqui”, fazendo referência a situação econômica da comunidade quilombola visitada. Outra experiência observada nos jovens foi a empolgação em participar pela primeira vez numa apresentação profissional com direito a receber um pagamento por isso, o cachê. “Vai ser o nosso primeiro dinheirinho com o teatro” diziam uma das jovens. Outra comentava “é tanta coisa pra fazer com esse dinheiro que eu não sei nem o que fazer”.

Depois dessa apresentação, outros convites para apresentações surgiram para os jovens do teatro. A peça teatral apresenta, segundo os jovens, um diferencial. É um espetáculo que conta a história da comunidade deles a partir de aspectos religiosos, econômicos e artístico, principalmente porque há a dança de samba de coco de parelha trocada. Essa dança não é mais praticada na região e o grupo de teatro é o único do lugar que apresenta essa dança. Como comenta um dos jovens “o coco da gente é o único por aqui. Aí não tem outro grupo que faça esse tipo de apresentação”.

O samba de coco de parelha trocada tem sido um diferencial para o grupo de teatro de Estrela se inserir no cenário artístico da região. O estímulo trazer para o mercado cultural de grupos de coco tem sido observado nas políticas públicas culturais em geral. Pinheiro (2012), ao estudar o grupo Coco de Mestre Zé Zuca, da cidade de Queimadas, na Paraíba, percebe a inserção do grupo nesse processo de espetacularização da cultura popular. A autora observa ainda que

o grupo e as pessoas que o compõem passam a integrar uma rede dinâmica de sujeitos que circulam e se comunicam através das oportunidades geradas a partir dessas políticas valorativas.(p. 42)

As políticas que ora atribuem valor de mercado às manifestações artísticas geram uma quase uma “economia” dentro dos grupos culturais e das comunidades em que estão inseridos. Esses grupos se veem participando de um mercado onde produzir e reproduzir manifestações artísticas e culturais é importante para a geração de renda. Eles fazem parte de um ciclo onde quanto mais diferencial apresentarem em seus espetáculos mais participarão desse circuito cultural.

Essa situação me remete ao que se tem chamado de *economia da cultura* ou *economia criativa*, como preferem outros autores. O advento de uma indústria cultural o século XX, principalmente depois da Segunda Guerra Mundial, aproximou cada vez mais a participação de dimensões culturais para o processo econômico e produtivo. Nas Ciências Econômicas a economia da cultura se refere a “toda atividade econômica ligada a uma manifestação artística e criativa de uma sociedade (PORSSE, 2005 citado por LIMA, FRANCA & MATTA, 2006, p.05). O que observo tanto em Estrela, como em outras situações que envolvem os grupos culturais, é essa valorização econômica das manifestações artísticas desses grupos apoiados por políticas públicas.

Em Estrela, como já mencionei em páginas anteriores, além do grupo de teatro há mais dois grupos, o de dança e o de percussão¹⁰. Esses dois grupos também se apresentam em eventos locais. No mês de maio, do corrente ano, os grupos culturais de Estrela, com exceção do teatro, se apresentaram na feira da Boa

¹⁰ Há também uma formação recente de um grupo de forró chamado Estrela do Forró, mas esse não tem participado, ainda, desse circuito das políticas públicas culturais que estou tratando neste trabalho.

Vista, em Garanhuns, no projeto “Cultura Livre nas feiras”, realizado pela FUNDARPE. As apresentações começaram cedo e contaram com a participação de outros grupos culturais de comunidades quilombolas, como a apresentação do Coco Castelo Branco, da comunidade quilombola Castainho e do grupo de dança Afro Tigre, da comunidade quilombola Tigre.

A maioria das apresentações é remunerada através do cachê artístico para os grupos. Muitos dos cachês pagos não chegam a ser suficientes para dividir entre as pessoas do grupo, pois são utilizados para o pagamento do transporte. Mas mesmo as apresentações em que o grupo não recebe o cachê, são valorizadas como forma de visibilizar o grupo e garantir o convite para uma próxima apresentação. No decorrer da pesquisa observei um fato interessante na formação dos grupos culturais de Estrela. Mais especificamente no de dança. Quando iniciei a pesquisa de campo, em abril de 2011, o grupo de dança estava passando por um processo de esvaziamento. Muitas das meninas que dançavam saíram do grupo, alegando vários motivos, tais como tempo para fazer outras atividades, trabalho, desorganização do grupo e falta de ensaio. Outra situação que se observava era a proibição de alguns pais em deixar suas filhas participarem dos grupos culturais.

No decorrer da pesquisa de campo, fui observando que a medida que o número de apresentações dos grupos culturais aumentavam, o número de participantes aumentava. O grupo de dança, por exemplo, do final do ano de 2011 até maio de 2012, teve um aumento de participantes. Muitas das participantes que entraram no grupo são filhas de pais que antes não permitiam a participação delas nos grupos culturais. Isso pode estar relacionado ao fato de ter aumentado o número de apresentações remuneradas e, para os pais, a participação no grupo cultural agora representa uma fonte de renda para ajudar na economia familiar.

Os grupos culturais tem uma agenda de apresentações fixas garantidas para o ano inteiro nas festas quilombolas. As festas quilombolas são a principal meio de garantir a visibilidade dos grupos culturais quilombolas.

4.5 É tempo de festa: a Festa Quilombola de Estrela

As festas quilombolas acontecem em cinco, das seis comunidades quilombolas existentes em Garanhuns. Há um calendário anual das festas quilombolas. Em Castainho e Timbó as festas são mais antigas, existem há mais de 20 anos, na primeira acontece a festa da Mãe Preta no mês de maio, na segunda a de Nossa Senhora de Nazaré, em janeiro.

O calendário de festas segue assim: em Janeiro inicia o ciclo das festas quilombolas com a festa de Nossa Senhora de Nazaré, na comunidade quilombola do Timbó. Em março, acontece a Festa Quilombola de Estrela. No mês de maio há duas festas. A Festa da Mãe Preta é realizada no segundo final de semana de maio, na comunidade de Castainho. Já no último final de semana desse mesmo mês acontece na comunidade de Estivas a Festa Quilombola de Estivas. A última é a Festa Quilombola do Tigre que é realizada na comunidade quilombola Tigre no mês de setembro.

A festa quilombola do Timbó é antiga e acontece ao mesmo tempo em que a é realizada a festa da padroeira. São mais de dez dias de festas incluindo as novenas realizadas na igreja da comunidade. As outras festas não estão relacionadas às festas de padroeira. Na verdade houve uma tentativa em Estrela de se realizar a festa da comunidade na mesma época que é comemorada o dia de Nossa Senhora Aparecida, padroeira da comunidade, mas a experiência não foi bem sucedida devido, principalmente, as característica das festas quilombolas.

É importante observar que as festas quilombolas foram criadas nas comunidades, ou agregadas com a festa da padroeira como em Timbó, ou separadas como nas outras, por motivos específicos. As festas quilombolas são mais que espaços de sociabilidade e lazer. Elas celebram o momento de mobilização política pelo qual passa as comunidades quilombolas de Garanhuns. Servem de apoio para a manutenção dos grupos culturais quilombolas e estabelecem alianças importantes entres as lideranças quilombolas locais.

A estrutura das festas quilombolas de todas as comunidades é bem semelhante. As festas são organizadas e realizadas pelas associações. Particpei da festa de Estrela dos anos de 2011 e 2012, e da festa de Timbó em 2012.

A festa quilombola de Estrela foi criada em 2008. A primeira festa aconteceu próxima à igreja católica numa tentativa de juntar as celebrações das novenas da padroeira com a festa quilombola. Depois da primeira festa realizada foi decidido que a festa seria separada, pois houve atritos de parte da comunidade que não aceitou a realização conjunta das festas alegando que a festa quilombola era “mundana” e deveria ser separada da festa religiosa.

Atualmente a festa quilombola acontece separada da festa da padroeira. A data da festa foi decidida para acompanhar o calendário das festas quilombolas que já existiam e respeitando um calendário típico de festas camponesas. Em primeiro lugar, as festas são marcadas no verão que é considerado o tempo bom para fazer a festa, ao contrário do inverno que é um tempo ruim. O verão é o tempo bom porque não tem chuvas e por isso as estradas de acesso as comunidade estão trafegáveis; no verão também há trabalho nas fazendas para a população e também a renda da venda das castanhas. Já no inverno há muitas chuvas, é um tempo em que não há trabalho nas fazendas e não há renda de vendas de safra alguma. Podemos ver isso na fala do presidente da associação:

Nós começamos a pensar o calendário de festas que já tinham nas outras comunidades. A primeira festa nossa foi feita em fevereiro, porque a gente pensou na questão do clima, a terra tá enxuta, está estiado. A questão financeira que nessa época o pessoal lá, uma das grandes fontes de renda é a castanha, todo mundo tem recursos financeiros. Porque não adianta você ter uma festa e o pessoal não ter dinheiro para ir para a festa na porta da sua casa. Então a gente pensou na questão financeira.

Podemos ver essa mesma distinção entre os tempos de fazer as festas no trabalho de Prado (2007) a respeito das festas camponesas no Maranhão. Segundo a autora, para os moradores do povoado do Barroso, que festejam o padroeiro São Sebastião, há o tempo do verão e do inverno. Como ela destaca:

O verão é o tempo da seca, do dinheiro, do reavivamento dos contatos sociais, e das festas, portanto. O inverno, em contrapartida é o tempo das chuvas, da falta de dinheiro, da reclusão, de parcimônia de cerimoniais” (p. 45)

Ainda segundo a autora “os critérios que os levam (*os camponeses*) a distinguir o tempo, assim, de forma antagônica, são de ordem ecológica, econômica e social” (p.45). Neste sentido também tomo como referência Wolf (1970, p.20) quando fala dos *fundos cerimoniais*, excedentes produzidos pelas sociedades camponesas a fim de cobrir as despesas cerimoniais como casamentos, batizados e festas. Distinguido este tempo, é no verão que se marca as festas.

A festa de Estrela acontece em três noites: sexta-feira, sábado e domingo. A programação da festa é feita com antecedência. Junto com a programação é montando também um projeto da festa para ser encaminhado para a prefeitura. A prefeitura de Garanhuns, através da secretaria de cultura, destina um edital para financiar as festas quilombolas. Este edital segue as orientações já comentadas das políticas públicas culturais. Atualmente, todas as festas quilombolas recebem o financiamento deste edital da prefeitura. Os valores financiados pela prefeitura variam de acordo com o tamanho da festa. Em Estrela, a recurso disponibilizado pela prefeitura para a festa de 2012, foi de aproximadamente R\$10.000,00.

A captação de recursos para a festa é feita pela associação quilombola de Estrela. O repasse é feito para a conta da associação e é destinado ao pagamento dos cachês dos grupos culturais, das bandas de forró e dos eventuais gastos com alimentação, gastos com materiais em geral.

Voltando a programação da festa, as três noites são destinados às apresentações dos grupos culturais e banda de forró. Em alguns anos, quando há captação de recursos com outras instituições, como a FUNDARPE, por exemplo, acontece também as oficinas durante a semana da festa. As oficinas são voltadas para as crianças e jovens. São oferecidas oficinas de música, percussão e brincadeiras infantis. Na primeira noite de festa o grupo que participou das oficinas monta alguma apresentação para mostrar ao público o que foi aprendido durante a realização das oficinas.

Na sexta-feira, primeira noite da festa, as atrações são poucas, pois muita gente da comunidade trabalha na feira do sábado, por isso a festa não pode se estender até muito tarde, só chega, no máximo, até às 00:00 h. A programação inicia

por volta das 19:00 h com apresentações de grupos culturais quilombolas tanto de Estrela quanto das outras comunidades. Depois das apresentações, há uma banda de forró para fechar aquela noite de festa. No sábado, a programação se inicia à 16:00 h com a missa. Esse é o único momento em que a festa quilombola comporta um elemento religioso. A missa é celebrada por um padre de Garanhuns. O custo da celebração é de R\$100,00. Nesse momento da festa percebo semelhanças com as festas camponesas de padroeiro. Nessas festas é comum ter o *festeiro* ou o *dono da festa*. Essa pessoa é responsável por arcar com alguns custos da festa. Pode ser escolhida por membros da comunidade ou pode se oferecer para o posto, geralmente como forma de pagar uma promessa feita ao santo (PRADO, 2007, p. 57 e 58). No caso de Estrela, há, chamemos assim, o *dono da missa*. Esse posto é ocupado por alguém da comunidade que alguns meses antes da festa se oferece para pagar o custo relativo à celebração da missa. Essa prática não foi imposta ou propositadamente pensada pelos organizadores da festa, como confirma o presidente da associação:

A missa todos os anos uma pessoa se prontifica (*a pagar*). Desde a primeira. Não foi nem uma coisa que a gente colocou, assim, que a gente pediu. Na primeira missa quando a gente pensou, a gente pensou que nós da associação iríamos tirar do recuso da associação para fazer o pagamento. Mas aí, tio Pedro disse 'não, eu pago'. No outro ano Ranulfo disse 'eu pago' e assim está indo.

Terminada a celebração da missa, inicia-se a segunda noite de festa. O sábado é a apoteose da festa. É o dia que tem mais atrações e o maior público. A festa inicia às 19:00 h, com apresentações de outros grupos culturais quilombolas. Como a programação não tem hora para terminar, neste dia tem a maior quantidade de atrações. São cerca de seis apresentações de grupos quilombolas. Depois dos grupos culturais e a vez das bandas de forró se apresentarem. No sábado, geralmente, há mais de uma banda. As bandas são as últimas atrações da noite e terminam de tocar quando o dia já está amanhecendo. No sábado também é o dia de maior público de fora. Muita gente da cidade de Garanhuns e de outras cidades vem para festa de estrela no sábado.

No domingo e último dia de festa, a programação começa no mesmo horário e com menos atrações. No máximo se apresentam um grupo cultural e uma banda

de forró. Tendo em vista que o público é menor e que na segunda-feira as pessoas tem compromisso com trabalho e escola. Segue a mesma regra da sexta-feira, do encerramento da festa não passar das 00:00 h.

Durante as festas o espaço geográfico de Estrela recebe intervenções típicas das festas camponesas. É montado um palco, onde se apresentam as atrações. Ao redor do palco as pessoas montam barracas de jogos, comidas típicas de festa, como a maçã do amor e bebidas. Algumas dessas barracas são de pessoas da própria comunidade, mas há também barracas de pessoas de fora que todos os anos vão para Estrela comercializar seus produtos. O movimento nas barracas é intenso e os *barraqueiros* conseguem um bom faturamento com a festa.

A economia gerada em torno da festa não só segue em tono das vendas, mas também em torno dos cachês para as bandas locais e os grupos culturais. Há bandas que já são “clientes” das festas quilombolas. Estão presentes em todas as festas de todas as comunidades. Isso assegura também o sucesso das festas, pois dependendo do prestígio de uma banda que irá tocar numa festa, pessoas que não conhecem as festas quilombolas vão para comunidade por causa da banda que vai tocar.

Os grupos culturais são, na verdade, o principal objetivo de se ter o cachê para as festas. Essa lógica se insere no que comentei anteriormente quanto a “economia da cultura”. Um dos pilares que sustentam a ideia de ter a festa quilombola é o fato de poder ter espaço de apresentação para os grupos culturais quilombolas, e assim gerar recursos financeiros para manter as manifestações culturais locais, como podemos perceber nesta próxima fala:

A base das festas são os grupos culturais. Até porque a gente capta recursos para a festa por conta dos grupos culturais. Então, assim, tudo que acontece na festa tem uma ligação com o grupo cultural. Temos também a questão, por exemplo, das bandas porque na nossa região tem a tradição do forró. Então é uma coisa que a gente também não poderia deixar de lado. (Presidente da Associação de Estrela)

A negociação do cachê da apresentação nas festas é feita entre os presidentes das associações. Na verdade, o que fica para de dinheiro para o grupo cultural propriamente é muito pouco. Há uma dificuldade grande em conseguir

transportes para que esses grupos possam se apresentar nas festas das comunidades, principalmente porque o transporte tem que ser feito em carros grandes que caibam os membros do grupo e os instrumentos de música. Para garantir que todos os grupos das comunidades se apresentem em todas as festas, firmou-se um acordo entre as associações para que o pagamento referente ao cachê dos grupos seja remetido para os gastos com o transporte dos grupos para as comunidades.

Esse acordo entre as associações garante que os grupos se apresentem durante nas festas. Revela também uma aliança em torno de algo maior, que é o acesso às políticas públicas. Ora, se os recursos destinados às festas quilombolas são necessariamente para cobrir os gastos com os grupos culturais é então obrigação das associações, que administram os recursos, garantir que haja a apresentação desses grupos. Caso contrário, não terão acesso a outros recursos para o mesmo fim. Essa estratégia de aliança entre as associações quilombolas reflete uma demanda importante para os quilombolas de Garanhuns: se afirmar como um grupo política para garantir direitos.

4.6 As alianças entre as associações quilombolas e as políticas públicas

As associações desempenham um papel importante no universo ao qual os quilombolas estão inseridos. Elas são as representantes jurídicas legais das comunidades quilombolas para o processo de titulação e para o acesso às políticas assistenciais e públicas. Elas têm o apoio dos movimentos negros urbanos e da Comissão Quilombola na constituição do seu processo político organizativo (LEITE, 2008, p.974).

O associativismo tem sido o caminho encontrado não só pelas organizações quilombolas, mas também por outros movimentos da sociedade brasileira para mobilizar recursos para os diversos grupos sociais. Avritzer (1997) aponta um aumento expressivo do número de associações no Brasil e América Latina, a partir dos anos 1970. Esse processo que o autor chama de “novo associativismo” se baseia na concepção de associações que rompem com um padrão homogeneizante

de ação coletiva e desenvolvem capacidades para, mesmo com objetivos muito diferenciados, atuarem em conjunto com outras entidades para um fim maior, o aprofundamento da democracia (AVRITZER, 1997, p.152). O mesmo autor ainda afirma que:

Tais associações mostram que o processo da pluralização da ação coletiva envolve não apenas a constituição de formas de solidariedade a partir da identificação com certo espaço físico cultural mas também a construção de uma identidade a partir da identificação de uma condição comum (gênero) ou de um valor inegociável (direitos humanos ou ecologia). (AVRITZER, 1997, p.165)

Este é um dos sentidos das associações comunitárias quilombolas. A organização coletiva em torno de como o grupo se identifica no espaço físico, a relação com a terra que ocupam, e cultural, suas formas de organização social, econômica, política e cultural. O outro sentido que percebo na criação das associações quilombolas tem a ver com a necessidade de se criar um sujeito de direitos para o acesso as políticas públicas.

Podemos visualizar esse argumento a partir da própria experiência de constituição da Associação Quilombola do Sítio Estrela.

A Associação Comunitária do Sítio Estrela foi criada no início dos anos 1990 como forma política de organização dos moradores de Estrela. A associação comunitária surgiu do interesse do então presidente em organizar politicamente os moradores e principalmente em conseguir, através da associação, subsídios do governo para os agricultores. Esse presidente da associação era muito respeitado em Estrela e em sítios vizinhos porque era alfabetizado e participava ativamente de sindicatos de trabalhadores rurais e da Federação dos Trabalhadores em Agricultura de Pernambuco – FETAPE. Nessa condição passou cerca de dez anos na presidência da associação.

A discussão em torno da certificação de Estrela como quilombola iniciou ainda na sua gestão. Em reuniões sindicais com outros presidentes de associações e com funcionários da Fundação Palmares ficou acertado o cronograma de reuniões com os moradores. A associação convocava os sócios para as reuniões extras, nas quais participavam a equipe da Fundação Palmares. Nessas reuniões os moradores

prestavam informações sobre há quanto tempo viviam naquela região, como foi o processo de ocupação das terras pelas suas famílias, quais os laços de parentesco que havia entre eles e sobre a questão da cor negra da maioria da população daquele sítio. Depois desses questionamentos eram esclarecidos como se dava o processo da certificação da comunidade quilombola e como a população deveria dar prosseguimento ao processo de reconhecimento, caso quisessem, através do INCRA.

A resposta dos moradores quanto ao desejo de certificação foi positiva e assim foi preparado o relatório da comissão da Fundação Palmares em que foi expedido certificado de comunidade quilombola à Estrela.

Durante esse tempo, muitos agentes externos participaram do processo de certificação quilombola. Tanto outros presidentes de associações locais, quanto membros de sindicatos rurais e também pessoas ligadas à Comissão Pastoral da Terra – CPT.

A CPT tem uma história relevante na situação de certificação e reconhecimento das comunidades quilombolas no Brasil. Nos anos 1980 e 1990 ela atuava através das Comunidades Eclesiais de Base, da Comissão Pastoral da Terra, da Cáritas e das Dioceses locais. Essas organizações ligadas a Igreja Católica, tinham intensa atuação junto aos sindicatos de trabalhadores rurais. Em Garanhuns a CPT também atuou em conjunto com outros movimentos sociais nas comunidades rurais que estavam participando da certificação quilombola. A CPT era responsável por captar recursos do governo estadual para investir em projetos nas comunidades recém-certificadas como quilombolas. Segundo relatos dos moradores, a CPT apoiou um projeto da Cáritas para criação de pequenos animais. Através da associação, moradores que quisessem e tivessem espaço necessário poderiam participar do projeto em que escolheriam entre porco, ovelha e galinha para criarem. Outra forma de intervenção da CPT era através de palestras e cursos que ofereciam tanto da comunidade como na cidade de Garanhuns. Os cursos eram voltados para o artesanato e culinária. As palestras eram geralmente ministradas através de alguma secretária estadual, de saúde ou educação, e trabalhavam sobre questões de saúde da mulher, vacinação infantil e formação escolar e o que chamavam de “conscientização quilombola”.

Um dos grandes projetos conseguidos nesse período foi a construção de casas para comunidades quilombolas. O projeto habitacional previa a construção de casas populares para famílias que não possuíam casas ou que moravam em condições muito precárias, casas que a qualquer momento pudessem desabar. Nesse projeto financiado pelo Governo Federal, foram construídas cerca de 100 casas em Estrela e em outros sítios que não eram quilombolas, o que gerou descontentamento de alguns moradores que questionavam o porquê a construção dessas casas para não quilombolas.

A Associação Comunitária do Sítio Estrela atendia aos moradores de Estrela e aos moradores de sítios vizinhos, como o de Mata dos Caimbros e Urubu, lugares muito pobres que recorriam ao presidente da associação em busca de apoio. O problema é que alguns moradores de Estrela não ficaram satisfeitos com a construção das casas em outros sítios que nem eram quilombolas, já que o projeto beneficiava prioritariamente comunidades quilombolas. Outro fator importante para o descontentamento foi a situação de entrega das últimas casas, muitas delas foram entregues às famílias sem o acabamento ou sem portas e janelas. Diante do impasse entre o presidente da associação e alguns moradores foi requerida uma eleição, no ano de 2008.

A chapa da oposição era composta pelo próprio tesoureiro, que já estava participando de reuniões com movimentos sociais, de reuniões da Comissão Quilombola Estadual. Ele encabeçou a chapa de oposição que no fim, venceu as eleições.

Assim que a nova gestão assumiu a associação novas reuniões aconteceram com os moradores para definir pontos que seriam alterados na organização da associação. Segundo o presidente da nova gestão, e atual presidente, a gestão anterior não fez a prestação de contas do projeto de construção de casas e por isso a inscrição da associação na junta comercial estava apresentando dívidas que seriam impossíveis de serem salgadas pela contribuição que os moradores davam mensalmente para a associação. Ficou decidido então que se criaria outra associação. A nova associação teria que afirmar a condição “quilombola” da comunidade e, portanto, atenderia somente a população de Estrela (que compreendia os sítios de Imbaúba e Gejuíba). A nova associação foi criada no final

de 2008 como **Associação Quilombola do Sítio Estrela** e é a que permanece atualmente.

O que podemos observar com esse episódio é que há mudanças consideráveis na condução da associação; estas começam a acontecer encabeçados pela ampliação da discussão quilombola. Em primeiro lugar, a nova associação criada ratifica o termo “quilombola” expressando a importância da comunidade em se afirmar como tal para assumir uma identidade própria e se diferenciar dos outros sítios vizinhos. Em segundo lugar há uma sobreposição de poder das lideranças na comunidade.

Enquanto a gestão anterior era encabeçada pelo líder respeitado pela população, porque era alfabetizado, membro do sindicato rural e uma pessoa com experiência em questões burocráticas, a nova gestão eleita era formada por jovens. Esses jovens estavam participando de um debate recente a respeito das comunidades quilombolas. Eles interagiam com as lideranças das outras associações quilombolas de Garanhuns, participavam de encontros de formação da Comissão Quilombola Estadual e do centro de Cultura Luiz Freire. Ou seja, havia mais uma articulação política voltada para a nova gestão da associação consonante com o debate nacional em torno da questão quilombola.

O fato de haver outras lideranças nas comunidades é observado também em outras comunidades quilombolas de Garanhuns, com a de Timbó, por exemplo. Silva Júnior (2009, p 98) identificou três lideranças que representavam um possível faccionalismo na comunidade quilombola de Timbó, inclusive duas dessas lideranças eram presidentes de associações de moradores de outros sítios.

Até aqui pudemos perceber que a criação da Associação Quilombola do Sítio Estrela em lugar da anterior, que não dava ênfase a condição quilombola, vem ao encontro do que afirmei anteriormente quanto ao movimento associativista quilombola. A criação da nova associação se dá em face de discussão em torno do grupo se identificar e afirmar como um grupo específico, situado num espaço físico determinante para a sua condição e mantendo características sócio, econômicas, políticas e culturais próprias que os fazem ter o sentimento comum de pertencimento a este grupo.

Por outro lado, a associação tornou-se não só uma organização coletiva representante desse grupo, mas também uma pessoa jurídica legalmente constituída que garante ao grupo o acesso às políticas públicas. Os projetos para quilombolas que descendem dessas políticas só podem ser repassadas para as comunidades via associação. Torna-se comum até a criação de mais de uma associação dentro da mesma comunidade.

Souza (2003, p. 188) identifica o processo de participação das associações indígenas das etnias Xucuru, Kambiwá e Pipipã na articulação e controle de projetos para construção de banheiros, financiados pela FUNASA, e criação de caprinos, tendo como financiador o PRORURAL.

Um benefício importante conseguido em Estrela através da associação é em relação às aposentadorias e salário maternidade. Antes de a associação ser “quilombola” as pessoas, para se aposentarem ou receberem o salário maternidade, precisavam se conseguir que algum fazendeiro assinasse um documento que comprovasse que aquele indivíduo era trabalhador rural ou então que o INCRA emitisse uma declaração, o que era aproveitado por algumas pessoas que tinha mais conhecimento do processo e cobravam para conseguir a declaração. Atualmente, qualquer pessoa de Estrela que precise entrar junto ao INSS com o pedido de aposentadoria ou salário maternidade, elas levam uma cópia do certificado quilombola dado pela Fundação Palmares e cedido pela associação quilombola que o INSS inicia o processo requerido.

A partir desses exemplos, elucidado, portanto meu segundo ponto de vista em relação às associações quilombolas. Essas associações precisam existir para que a comunidade a qual pertencem possa ter acesso às políticas públicas.

Todavia, um problema apontado por Leite (2008, p. 973) é quanto a dependência das associações quilombolas ao assistencialismo público e a perda da autonomia para gerenciar os processos referentes às próprias políticas voltadas para o seu território.

Neste sentido, é possível perceber em Garanhuns um movimento interessante de articulação das comunidades quilombolas. Os presidentes das

associações, bem como as lideranças quilombolas¹¹, tem se articulado para conseguir unir as associações quilombolas em torno de interesses comuns. Segundo relatos de algumas lideranças, a amizade entre eles sempre existiu, principalmente porque se alguns se conhecem há algum tempo e com a participação nos movimentos quilombolas e à medida que mais uma comunidade ia sendo certificada, as lideranças estavam presentes no processo. Porém, a partir principalmente do ano de 2009, as lideranças começaram a se organizar politicamente a fim de conseguirem mais atenção do governo e terem visibilidade como populações diferenciadas.

Em Garanhuns, anos atrás, quando se falava em quilombolas só se remetia a Castainho, tanto por ser a comunidade mais próxima da cidade como por ter uma história de luta por quilombola reconhecimento há mais tempo. Então, segundo as lideranças, para Castainho era mais fácil conseguir recursos, atenção do poder público e até ser pesquisadas por diversas áreas do conhecimento.

As outras comunidades geralmente dependiam de um vereador que conhecesse a região, que soubesse das dificuldades de cada sítio. Mas essa ajuda só chegava em tempos de campanha eleitoral e cada comunidade buscava sozinha por melhorias. Até que os líderes de cada comunidade, além de serem amigos, começaram a criar parcerias. As parcerias se davam na participação nas reuniões de cada associação, onde geralmente os líderes quilombolas de uma outra comunidade participavam das reuniões das outras. Também nas festas, como já comentado, que acontecem em cada comunidade, através das associações começou-se a facilitar o transporte para que os moradores de uma comunidade pudessem ir para festa em outra comunidade. Uma liderança quilombola comenta a esse respeito:

A gente entende que uma associação representa o núcleo de moradores. Mas nós temos em Garanhuns seis comunidades quilombolas. Então se nós ficássemos cada uma correndo atrás das coisas individualmente, uma poderia conseguir a outra não. Então a gente passou a ver ao invés de uma brigar, as seis brigariam pelo mesmo objetivo. Então isso fortalece a luta, porque são mais de três mil pessoas que tem nessas comunidades. O peso é outro quando você chega para falar com o prefeito ou com alguém, não é?

¹¹ Podemos perceber essas lideranças como *lideranças carismáticas* apontadas por Weber (1967) as quais possuem um carisma que o faz ser reconhecido na comunidade como tal.

O líder de Estrela aponta um acontecimento importante em relação a essa parceria:

Nos tempos das eleições as comunidades eram muito divididas, cada uma apoiava um candidato diferente. Aí, na eleição para deputado, em 2010, decidimos que as lideranças quilombolas iriam apoiar um candidato só a deputado estadual. Fizemos o trabalho nas comunidades, levamos esse candidato em cada comunidade. Fizemos as contas de, entre os quilombolas, ele ter uns 300 votos. Para nossa surpresa, o que foi apurado nas urnas é que ele teve cerca de 700 votos.”

Esse fato é narrado com orgulho pelos líderes, pois representa a confiança que as comunidades depositaram neles. Então as parcerias entre as comunidades continuaram, principalmente no apoio que uma associação dá às outras. Um caso emblemático disso foi o que aconteceu e vem acontecendo recentemente em um projeto de habitação financiado pela Caixa Econômica Federal para quilombolas. O projeto previa a construção de casas populares construídas para famílias pertencentes às comunidades quilombolas. A associação seria a entidade responsável por elaborar o projeto e enviar para Caixa, como também em gerenciar os recursos financeiros para a construção das casas. Porém, cada associação deveria pagar alguns impostos para se credenciar e assumir tal posição e muitas associações quilombolas não dispunham de dinheiro em caixa para tais despesas.

A solução encontrada foi mais uma vez na parceria entre as comunidades. A associação que estava com o processo de credenciamento mais avançado era a da comunidade Estivas. Portanto, as outras associações se juntaram a de Estivas e fizeram um projeto conjunto que foi emitido pela associação de Estivas, mas que beneficiava todas as outras comunidades. O projeto foi aprovado com 75 casas divididas entre as comunidades de Estivas, Castainho Tigre e Estrela. As famílias que receberam a promessa de construção das casas participaram da cerimônia de assinatura do contrato que aconteceu na comunidade Estivas no dia 06 de janeiro de 2012. No primeiro semestre deste ano cerca de 25 casas já tinham sido construídas, duas delas em Estrelas. As casas aguardam a liberação da Caixa para ser entregues aos futuros moradores.



Figura 11 - Cerimônia de assinatura dos contratos para construção das casas na comunidade quilombola Estivas em janeiro de 2012. Foto: a autora.

Outra parceria importante aconteceu recentemente. Acompanhei apenas uma parte do processo, uma vez que o acontecimento coincidiu com o final da pesquisa de campo. Desde o final do ano de 2011, as lideranças quilombolas discutem um projeto político para as comunidades intitulado “Quilombolas 2012”. Trata-se da iniciativa de propor um candidato a vereador do município que represente as populações quilombolas de Garanhuns. Questiono uma liderança sobre como foi que essa articulação teve início, ao que ele responde:

Nós, de certa forma, fomos vendo que ou a gente se organizava politicamente, aí eu falo partidariamente também. Ou então a gente ia ficando a margem das políticas que vinham para as comunidades (...) Isso fortaleceu a gente para que agora a gente esteja lançando o nosso próprio candidato dentro das comunidades. A gente sabe que a briga vai ser difícil porque nós não temos recursos financeiros. O que nós temos para mostrar ao nosso povo é o trabalho que nós fizemos até agora e que são muitos.

A proposta de ter um candidato próprio para vereador já vinha sendo pensada desde as últimas eleições municipais. A decisão final foi tomada em 2011, depois de muitos encontros entre as lideranças quilombolas. Decidido que iriam lançar um

candidato a vereador que fosse quilombola, faltava decidir quem seria essa pessoa. Para isso, as lideranças fizeram uma enquete durante as reuniões da associação para saber, dentre as lideranças quilombolas, qual o nome mais conhecido e citado pelas pessoas. O nome mais citado foi o do presidente da associação quilombola de Estivas.

A estratégia das lideranças então foi começar a divulgar nas festas quilombolas esse projeto. Na primeira festa quilombola do ano de 2012, em Timbó, era acertado com os músicos das bandas que tocavam para dizer que entre os apoiadores da festa estava o apoio de “Quilombolas 2012”. Isso foi acontecendo em todas as festas quilombolas realizadas até o final da minha pesquisa de campo. E já tendo terminado a pesquisa, soube que o nome do presidente da associação de Estivas foi lançado como candidato a vereador pelo Partido dos Trabalhadores.

Podemos observar uma diversidade de estratégias mantidas pelas comunidades quilombolas em torno das associações. Uma vez que estas são instrumentos de poder para os quilombolas. É através das associações que as comunidades conseguem dialogar legalmente com outras instituições e garantir o acesso a políticas públicas, por exemplo. Vale ressaltar que esse diálogo acontece com instituições das mais diversas, como o Estado, as Fundações, ONG's, Universidades, outras associações quilombolas e todo o universo de relações. Essas relações posicionam as comunidades quilombolas num *campo*, entendido aqui como descrito por Bourdieu:

um campo de forças, cuja necessidade se impõe aos agentes que nele se encontram envolvidos, e como um campo de lutas, no interior do qual os agentes se enfrentam, com meios e fins diferenciados conforme sua posição na estrutura do campo de forças, contribuindo assim para a conservação ou a transformação de sua estrutura(1996, p.50).

É neste universo em que as comunidades quilombolas estão inseridas e nas relações que mantêm com outros sujeitos e instituições que garante a sua sobrevivência e que se configura nos *campos* de lutas em torno de seus interesses, buscando políticas e reconhecimento através das alianças e das associações.

O caso de Estrela nos oferece evidências claras dos embates que se dão no presente e refletem as suas lutas em momentos pontuais de sua história.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Tentar compreender a comunidade quilombola Estrela a partir das relações de trabalho estabelecidas em diferentes momentos históricos, relacionando-as às políticas públicas implantadas pelo Estado, foi um processo desafiador durante toda a pesquisa de campo. A cada etapa da pesquisa, novas faces do objeto de estudo me desafiavam a traçar o caminho que seria percorrido.

Neste trabalho a Antropologia já me oferecia arcabouço teórico e metodológico para os caminhos que eu poderia trilhar no sentido de compreender o meu objeto de estudo. Os trabalhos sobre campesinato desenvolvidos por antropólogos na década de 1980 já apontavam a especificidade de populações camponesas oriundas de processos territoriais diversos.

As categorias terras de santo, terras de índio, terras de herança, terras soltas e terras de preto utilizadas por Almeida (2009, p. 40) caracterizam as construções desses territórios em suas mais variadas formas de ocupação tradicional da terra. Muitas dessas apropriações vêm de processos de desagregação de *plantations*, grandes latifúndios que mantinham a monocultura do algodão ou do açúcar e no caso analisado, da monocultura do café. Com a falência de sua produção, as terras eram abandonadas ou doadas como forma de pagamento a trabalhadores locais.

Concentrando-se nas terras de preto, percebemos características importantes na formação desses agrupamentos. Histórias comuns unem essas comunidades negras rurais. Seja por sua descendência de escravos, por remanescerem de antigos quilombos, por sua relação com trabalho nas *plantations* ou pela relação de parentesco existente entre o grupo.

A partir da Constituição Federal de 1988, essas comunidades negras rurais foram incluídas no Artigo 68, do Ato das Disposições Constitucionais Transitórias (ADCT) como “remanescentes das comunidades dos quilombos”. Esses novos atores nada mais são que as comunidades antes tão estudadas na Antropologia como comunidade negras rurais. Porém, com o artigo constitucional esses grupos passaram ocupar um lugar no debate político que giram em torno de

reconhecimento e concessão de direitos. Sendo a titulação de suas terras o direito primordial para essas, agora, comunidades quilombolas.

Com o respaldo da literatura estudada, apresento pontos essenciais para uma possível conclusão da análise realizada.

Depois de 1988, a questão quilombola entrou no debate político do país. Essas comunidades precisavam ser reconhecidas e receberem os títulos das terras que ocupavam, para isso haveria de definir quem seriam essas comunidades a terem tal direito.

A Antropologia contribuiu nesse debate no sentido de dar outra conotação ao termo quilombola. O conceito de comunidades quilombolas estava limitado a um grupo estático na história, que eram ligados a um passado de escravidão. Contra esse argumento os trabalhos antropológicos se basearam no argumento de Almeida (1996, p.18) que rompe com essa visão colonial de quilombo e atribui um caráter atual a essas comunidades que desenvolveu processos próprios de reprodução social, econômica política e cultural.

As comunidades também se organizaram politicamente através da criação da Coordenação Nacional das Comunidades Negras Rurais Quilombolas, criada em 1996, com o principal objetivo de assegurar a organização política quilombola em torno das titulações de suas terras. Essas comunidades também recebem políticas públicas voltadas para quilombolas e continuam lutando por direitos e reconhecimento.

Longe de serem grupos homogêneos, cada comunidade quilombola tem uma história própria ligada ao universo social, econômico, político e cultural ao qual pertencem. Neste sentido, para compreender a comunidade quilombola Estrela, e esse universo no qual a comunidade está inserida, retomo aqui o que foi apresentado.

Estrela é uma das seis comunidades quilombolas existentes na cidade de Garanhuns. Formada por três sítios: Estrela, Gejuíba e Imbaúba. O sítio Estrela, que deu nome ao território da comunidade quilombola, é o mais populoso e é onde

estão localizadas a escola, a igreja, a casa de farinha, o ponto de apoio do posto de saúde e o único telefone público da região.

Os laços de parentescos são importantes para manutenção da identidade do grupo como quilombola. Todos se consideram parentes, mesmo pertencendo a outros troncos familiares.

A casa de farinha que se encontra atualmente na comunidade foi reformada quando chegou luz elétrica no lugar. Era um espaço de sociabilidade, onde as famílias iam fazer a farinha e lá ficavam a conversar. Com a modernização e a diminuição na produção de farinha, atualmente, não há mais espaços para essas conversas. Normalmente a casa de farinha fica fechada. A chave fica na casa de uma família que mora próxima à casa de farinha. Como o processo de produção de farinha ficou mais rápido, não necessita de muitas pessoas para o trabalho. A produção da farinha é feita apenas pela pessoa ou família que leva a mandioca já raspada.

Na escola da comunidade no turno da noite um projeto chamado Saberes da Terra. Esse projeto, executado pelo Governo do Estado, oferece aulas de educação básica e complementar a pessoas de 16 a 29 anos, tanto de Estrela quanto de sítio vizinhos, que não concluíram os estudos. Esse é um projeto da linha política de educação voltada para comunidades quilombolas.

A população de Estrela é, em sua maioria, católica. A igreja é uma instituição importante na comunidade. Além de católicos são muito devotos do Padre Cícero. Durante o ano organizam, junto com pessoas de outros sítios, viagens ao Juazeiro do Norte. Eles viajam em romaria, principalmente em quatro meses do ano: fevereiro, que é a festa de Nossa Senhora das Candeias; em julho, que é aniversário de morte do Padre Cícero; setembro, para a festa de Nossa Senhora das Dores; e novembro para o dia de finados. Há também pessoas da comunidade que frequentam terreiros de candomblé em Garanhuns. Não há registro de que houve algum terreiro em Estrela. A aproximação com essa prática religiosa se deu a partir de ensinamentos de pessoas mais velhas que moravam na comunidade ou pessoas de Garanhuns.

A atividade econômica de Estrela é basicamente a agricultura. Cerca de 80% da população vive apenas do trabalho na agricultura, seja em seus pequenos roçados, em terras arrendadas de sítios da região, ou na terra de alguma fazenda.

Foi a partir da descrição desses aspectos da comunidade que consegui perceber como esse grupo se organiza. Pude perceber que o parentesco é uma das bases argumentativas do grupo ao se identificar como quilombola, que os espaços como a casa de farinha e a escola desempenham funções fundamentais no interior da comunidade.

Ao observar como se organiza economicamente a comunidade atualmente, tive pistas importantes para conseguir compreender as relações de trabalhos estabelecidas na comunidade num passado recente.

A população de Estrela trabalhou por muito tempo em fazendas de café que rodeavam a comunidade. O trabalho no café era fonte importante de renda para e agregava os trabalhadores na lógica da fazenda. Era da monocultura do café que eles tiravam o salário pelo trabalho de plantação, limpeza e colheita, e também era das fazendas de café que eles conseguiam a terra num acordo com o fazendeiro para fazer a roça.

O espaço do cafezal também era usado para desenvolvimento de atividades de lazer como cantar e dançar. As mulheres trabalhavam na colheita cantando versos e música; os homens dançavam o samba de coco e cantavam rojões e toadas.

O ciclo econômico do café não excluía outras atividades produtivas da comunidade, como a fabricação de carvão, produção de farinha, colheita de caju produção das castanhas.

Nos anos 1960, o Estado lança uma política pública para diminuir a oferta do café no Brasil a assim aumentar o preço. Era o Programa de Erradicação do Café, que pagava aos cafeicultores para destruírem suas plantações de café.

Percebemos que a política lançada pelo Estado era homogeneizante. Ou seja, não considerava a diversidades de atores sociais envolvidos no ciclo do café. Para os fazendeiros a medida foi rentável, uma vez que receberam um pagamento

para eliminar as plantas de café e em seu lugar plantaram o capim e iniciaram a criação de gado.

Para os moradores de Estrela, a medida foi trágica, no sentido de causar uma grande crise socioeconômica na comunidade. As pessoas perderam o trabalho assalariado no café, como também as outras atividades que desenvolviam nas fazendas, como o espaço para “botar” roça, a fabricação de carvão e a colheita de frutas que eram vendidas nas feiras.

A condição que em que se encontrava a comunidade pode ser paralelamente analisada quanto ao que Almeida (2009, p. 49) comenta sobre a desagregação das *plantations* desativarem os mecanismos de repressão da força de trabalho. Ou seja, com a desagregação da monocultura do café em Estrela, houve a anulação da força de trabalho dos moradores, que ficaram sem ter com que trabalhar.

É interessante observar que naquele momento, a comunidade negra estava praticamente invisível e não houve sequer uma política pública voltada para essa população. O que podemos entender é que para o Estado, as fazendas de café eram unidades de produção única e exclusiva do fazendeiro. O Estado não considerava que havia uma população que fazia parte da *plantation*, dependendo dela para garantir sua reprodução social.

Isso parece mudar em Estrela a partir do momento em que a comunidade é certificada como quilombola. Ao mesmo tempo, numa análise macro, o Estado lança políticas públicas que consideram o caráter heterogêneo e diverso das populações rurais do Brasil. O grande diferencial agora são as políticas públicas voltadas às comunidades quilombolas, que começam a ser implantadas nas comunidades.

Em Estrela podemos tomar como exemplo o projeto “Produção Agrícola de vegetais e consumo sustentável: uma contribuição para a Segurança Alimentar e Nutricional e a Economia familiar”, desenvolvido pelo Instituto Agrônomo de Pernambuco, a fim de estimular a população local a melhorar a alimentação e aumentar a renda familiar, além de contribuir para o fortalecimento da identidade quilombola da comunidade.

O projeto foi construído baseado nas premissas da Política Nacional de Assistência Técnica e Extensão Rural, que considera as especificidades das populações indígenas, pesqueiras como também quilombolas. Neste sentido, percebemos que essas políticas, apesar de mencionada a diversidade, partem de uma ideia de diversidade dentro de uma lógica estatal de política compensatória, reparadora. Onde a diversidade é um elemento importante, porém deve seguir o modelo que o Estado considera como diverso.

Outra consideração a fazer quanto às políticas voltadas para quilombolas é que, mesmo com a implantação de políticas que estimulem a produção agrícola e organização produtiva, as políticas mais profícuas são as voltadas para a dimensão cultural das comunidades, no incentivo aos grupos culturais e artísticos. Isso comunga com uma ideia de colonial de quilombos, no sentido de representarem um resquício cultural das sociedades africanas. Por outro lado, são as políticas culturais que têm dinamizado a produção local numa esfera econômica, gerando uma *economia da cultura* dentro das comunidades, como visto em Estrela com os grupos culturais e a festa quilombola. Esse aspecto lúdico-cultural de política encontrou ressonância na história do grupo, com as músicas e o samba de coco.

A implantação das políticas públicas nas comunidades quilombolas está situada num campo de disputas, onde interesses de vários atores estão em jogo. Nesse *campo de lutas* (BOURDIEU, 1996, p. 50) os quilombolas precisam estar organizados numa esfera institucional para participar das negociações. Assim, as associações são as organizações legítimas para colocar os interesses das comunidades quilombolas no debate. Mostra-se imprescindível para as comunidades fazer alianças com outras associações e assim garantirem mais força política para continuarem participando desse jogo de interesses. Estrela faz parte deste universo, e vem se aliando a outras associações para elaborar estratégias de participação nas disputas inerentes a esse processo.

Há nesse universo em que as comunidades quilombolas estão inseridas, muitos elementos a serem analisados e que esse trabalho não contemplou. O foco deste estudo em que me concentrei continua aberto e dinâmico e pode ser explorado cientificamente sob outras perspectivas. Esta dissertação tentou contribuir numa dessas perspectivas possíveis. Espero que da contribuição aqui aportadas,

surjam outras perguntas para dar continuidade ao estudo desse tema tão amplo e com questões tão instigantes sobre como são as comunidades quilombolas no Brasil.

REFERÊNCIAS

ALMEIDA, Alfredo W. B de. **Terras de quilombos, terras indígenas, “babaçuais livres”, “castanhais do povo”, faxinais e fundos de pastos:** terras tradicionalmente ocupadas. Manaus: PCSCA/ UFAM, 2008.

ALMEIDA, Alfredo W. B de. "Quilombos: sematologia face a novas identidades", In SMDDH, C. C. N. (org.). **Frechal Terra de Preto:** Quilombo reconhecido como reserva extrativista. São Luís, 1996, pp. 11-19.

ALMEIDA, Alfredo Wagner Berno de. “Os Quilombos e as Novas Etnias”. Em: O’DWYER, Eliane Cantarino (org.). Quilombos: identidade étnica e territorialidade. Rio de Janeiro: Editora FGV, 2002. pp. 83-108.

ALVES, Maria de Fatima Paz. (1996)"E homem trabalha que nem a gente" um estudo sobre relações de gênero e trabalho feminino numa comunidade rural do agreste pernambucano. Dissertação de mestrado apresentada no Programa de Pós-graduação em Antropologia da Universidade Federal de Pernambuco

ANDRADE NETO, João Augusto de. **O tempo da greve:** o caso da comunidade quilombola Pitoró dos pretos. São Luís: UFMA, 2009. 152 f. Dissertação – Programa de Pós-Graduação em Ciências Sociais, Universidade Federal do Maranhão, São Luís, 2009.

ANDRADE, Manuel Correia de. **A terra e o homem no Nordeste.** São Paulo: Editora Brasiliense, 1963. 265 p.

ANDRADE, Maristela de Paula. **Mediação e conflitos agrários – uma reflexão sobre processos de mediação entre quilombolas e aparelhos de Estado,** 2009. Trabalho apresentado no 33º ENCONTRO Nacional da ANPOCS, Caxambú, 2009.

ANDRADE, Rosane de. **Fotografia e antropologia: olhares fora-dentro.** São Paulo: Estação Liberdade: EDUC, 2002.

ARAÚJO, André Luis de O. Contribuições a uma Assistência Técnica e Extensão Rural (ATER) Indigenista. In: **Experiências de Assistência Técnica e Extensão**

Rural junto aos Povos Indígenas: O Desafio da Interculturalidade. Brasília: MDA, 2010.

ARCANJO, Juscélio Alves. **“Terras de preto” em Pernambuco: Negros do Osso – etnogênese quilombola.** Salvador: UFBA, 2008. Dissertação- Programa de Pós-Graduação em Estudos Étnicos e Africanos da Universidade Federal da Bahia, Salvador, 2008. 159 p.

ARRUTI, J. M. Políticas públicas para quilombolas: terra, saúde e educação. In: **Caminhos Convergentes - Estado e sociedade na superação das desigualdades raciais no Brasil.** Edited by Marilene de Paula e Rosana Heringer. e ed 1. Vol. 1, 75-110. Rio de Janeiro: Fundação Henrich Boll, Action AID, 2009.

ARRUTI, José Maurício (2006). **Mocambo: antropologia e história do processo de formação quilombola.** Bauru: Edusc. 370 p.

AVRITZER, Leonardo. Um desafio institucional para o novo associativismo. **Lua Nova**, n.39 pp. 149-174, 1997.

BARTH, Fredrik. O guru, o iniciador e outras variações antropológicas. Rio de Janeiro: Contra Capa Livraria, 2000.

BOURDIEU, P. **Razões Práticas.** Campinas: Papirus, 1996. 224p.

BRANDÃO, André; DA DALT, Salete; GOUVEIA, Victor Hugo. **Comunidades quilombolas no Brasil: características socioeconômicas, processos de etnogênese e políticas sociais.** Niterói: EdUFF, 2010. 126 f.

BROGGIO, Céline; DROULLERS, Martine; GRANDJEAN, Pernette. A dinâmica territorial da Cafeicultura brasileira dois sistemas de produção em Minas Gerais. **Revista Território**, n. 6, jan/jun. 1999.

CARDOSO DE OLIVEIRA, R. **O trabalho do antropólogo.** São Paulo: UNESP, 1998. 220 p.

CARDOSO, Ciro Flamarion. **Escravo ou camponês? O protocampesinato negro nas Américas.** São Paulo: Editora Brasiliense, 1987.

CAVALCANTI, A. L. **História de Garanhuns.** Recife: CEPE, 1968.

CAVALCANTI, J. S. B. **Talhado um estudo de organização social e política**. Rio de Janeiro: UFRJ, 1975. Dissertação - Programa de Pós-Graduação em Antropologia Social, Universidade Federal do Rio de Janeiro, 1975.

_____. MOTA, Dalva Maria; SILVA, Pedro Carlos Gama, Novas dinâmicas global/local: trabalho e gênero nos novos espaços de fruticultura no Nordeste do Brasil, in: P.SCOTT & R. CORDEIRO (orgs.), **Agricultura Familiar e Gênero: Práticas, Movimentos e Políticas Públicas**, Recife, Editora Universitária da UFPE, 2006.

CHAYANOV, A. **La organización de la unidad económica campesina**. Buenos Aires: Nueva Vision, 1974. 342 p.

DAVATZ, T. O levante dos colonos contra seus opressores. IN: WELCH, Clifford A.; MALAGODI, Edgard; CAVALCANTI, Josefa S. Barbosa; WANDERLEY, Maria de Nazareth B. (Orgs.). **Camponeses brasileiros: leituras e interpretações clássicas**. V.1. São Paulo: Editora UNESP; Brasília, DF: Núcleo de Estudos Agrários e Desenvolvimento Rural, 2009. 335 p.

DIEGUES JÚNIOR, Manuel. Imigração, Urbanização e Industrialização. Rio de Janeiro: Ministério da Educação e Cultura, 1964.

GODOI, E.P.; MENEZES, M.; MARIN, R.A. **Diversidade do campesinato: expressões e categoria. v.II: estratégias de reprodução social**. São Paulo: UNESP, 2009. 332 p.

KASPRZYKOWSKI, J. W. A. Café, uma nova oportunidade agrícola no Nordeste. **Revista Econômica do Nordeste**, Fortaleza, v.5, n.17, p. 57-73, jul/set. 1973.

KREUTZ, Ivar José. PINHEIRO, Sergio Leite Guimarães. CAZELLA, Ademir Antonio. Políticas públicas e quilombolas: questões para debate e desafios à prática extensionista. **Revista de Extensão Rural, DEAER/CPGExR – CCR – UFSM, Ano XII, Jan – Dez de 2005**.

LEITE, Ilka Boaventura. O projeto político quilombola: desafios, conquistas e impasses atuais. **Revista Estudos Feministas**, v.16, n.3, pp. 965-977, 2008.

LIMA, A. M. B. de. **From proletariat to peasant: the impact of a coffee eradication program on households in a rural black community in Pernambuco, Brazil.** Dissertação – University of Georgia, Master of Arts, Athens, 1985.

LIMA, Carmem Lúcia Castro; FRANCA, César de Oliveira; MATTA, João Paulo Rodrigues. **Notas sobre economia da cultura.** Trabalho apresentado no 1º Encontro ULEPICC- Brasil, Niterói, 2006.

MARTINS, José de Souza. O futuro da Sociologia Rural e sua contribuição para a qualidade de vida rural. **Estudos Avançados**, n.43, 2001.

MENEZES, Marilda A. Migrações: uma experiência histórica do campesinato do Nordeste. In: GODOI, E.P.; MENEZES, M.; MARIN, R.A. **Diversidade do campesinato: expressões e categoria. v.II: estratégias de reprodução social.** São Paulo: UNESP, 2009. 332 p.

Monteiro, Anita Maria de Queiroz. **Castainho: etnografia de um bairro rural de negros.** Recife: Editora Massangana, 1985.

PALMEIRA, M. Casa e trabalho: nota sobre as relações sociais na plantation tradicional. In: WELCH, Clifford A.; MALAGODI, Edgard; CAVALCANTI, Josefa S. Barbosa; WANDERLEY, Maria de Nazareth B. (Orgs.). **Camponeses brasileiros: leituras e interpretações clássicas. V.1.** São Paulo: Editora UNESP; Brasília, DF: Núcleo de Estudos Agrários e Desenvolvimento Rural, 2009. 335 p.

PINHEIRO, Livia Lima. **Um mergulho no palco: Implicações da espetacularização da cultura popular para a sociabilidade rural,** Recife: UFPE, 2012. Dissertação- Programa de Pós- Graduação em Sociologia, Universidade Federal de Pernambuco, Recife, 2012. 170 f.

PRADO, Regina Paula dos Santos. **Todo ano tem: as festas na estrutura social camponesa.** São Luís: EDUFMA, 2007. 290 f.

QUEIROZ, Maria Isaura P. de. Uma categoria rural esquecida. In: WELCH, Clifford A.; MALAGODI, Edgard; CAVALCANTI, Josefa S. Barbosa; WANDERLEY, Maria de Nazareth B. (Orgs.). **Camponeses brasileiros: leituras e interpretações clássicas. V.1.** São Paulo: Editora UNESP; Brasília, DF: Núcleo de Estudos Agrários e Desenvolvimento Rural, 2009. 335 p.

SHANIN, Teodor. A definição de camponês: conceituações e desconceituações, o velho e o novo em uma discussão marxista. **Revista Nera**, Presidente Prudente, n. 07, p. 01-21 Jul/dez. 2005.

SILVA JÚNIOR, José Alfredo da. **Reconhecimento étnico e políticas públicas de desenvolvimento agrário o caso dos agricultores quilombolas da comunidade do Timbó em Pernambuco**. Recife: UFPE, 2009. Dissertação - Programa de Pós-graduação em Antropologia, Universidade Federal de Pernambuco, Recife, 2009.

SOUZA, Ana Maria de. Os saberes dos quilombos: narrativa oral e produção de conhecimento. **Boitatá**- Revista do GT de Literatura Oral e Popular da ANPOLL, Londrina, n. 13, p. 20-34, jan/jul. 2012.

SOUZA, Vânia Rocha Fialho de Paiva e. **Desenvolvimento e Associativismo indígena no Nordeste brasileiro: mobilizações e negociações na configuração de uma sociedade plural**. Recife: UFPE, 2003. Tese – Programa de Pós-Graduação em Sociologia, Universidade federal de Pernambuco, Recife, 2003.

VELHO, O. G. A. C. O conceito de camponês e sua aplicação à análise do meio rural brasileiro. In: WELCH, Clifford A.; MALAGODI, Edgard; CAVALCANTI, Josefa S. Barbosa; WANDERLEY, Maria de Nazareth B. (Orgs.). **Camponeses brasileiros: leituras e interpretações clássicas**. V.1. São Paulo: Editora UNESP; Brasília, DF: Núcleo de Estudos Agrários e Desenvolvimento Rural, 2009. 335 p.

VIDAL, Maria Sarah Cordeiro. (2007) **Extensão Rural, Agricultura Familiar e Cooperativismo: A Cooperativa de Agricultores Familiares Orgânicos – Ecoorgância – em questão**. 153 f. Dissertação de Mestrado do Programa de Pós-Graduação em Extensão Rural e Desenvolvimento Local -POSMEX.Universidade Federal Rural de Pernambuco

WANDERLEY, M. N. B. **Raízes históricas do campesinato brasileiro**. In: TEDESCO, J. C. (Org.). Agricultura familiar realidades e perspectivas. Passo Fundo: EDIUBE, 2001.

WANDERLEY, Maria de Nazareth B. **A Sociologia Rural na América Latina: produção de conhecimento e compromisso com a sociedade**. Conferência de Abertura do VIII Congresso da ALASRU, Porto de Galinhas, 2010.

WEBER, Max. Os três tipos puros de dominação legítima. In: CONH, Gabriel. (org) Weber. São Paulo: Editora Ática, 1986. (Coleção Grandes Cientistas Sociais volume 13)

WELCH, Clifford A.; MALAGODI, Edgard; CAVALCANTI, Josefa S. Barbosa; WANDERLEY, Maria de Nazareth B. (Orgs.). **Camponeses brasileiros: leituras e interpretações clássicas**. V.1. São Paulo: Editora UNESP; Brasília, DF: Núcleo de Estudos Agrários e Desenvolvimento Rural, 2009. 335 p.

WOLF, Eric. **Sociedades camponesas**. Rio de Janeiro: Zahar Editores, 1970.

Documentos consultados:

ABA (Associação Brasileira de Antropologia). Documentos do Grupo de Trabalho sobre comunidades negras rurais. In: Boletim Informativo Nuer, v.1, n.1, 1996. Florianópolis: UFSC/NUER.

BRASIL (2008). **Documento Final da I Conferencia Nacional do Desenvolvimento Rural Sustentável e Solidário**. Recife: MDA.

BRASIL. **Constituição** (1988). Constituição da República Federativa do Brasil. Brasília; Câmara dos Deputados. 382p.

BRASIL. **Política Nacional de Assistência Técnica e Extensão Rural**. Ministério do Desenvolvimento Agrário. Brasília: MDA. 26p.

Material Audiovisual

Um pede muda, meu pé de meia. Direção e produção de José Jorge de Almeida. Garanhuns: Instituto Agronômico de Pernambuco, 2009. 1 DVD 20 min, col.

ANEXO

ANEXO - Certidão da Fundação Cultural Palmares



REPÚBLICA FEDERATIVA DO BRASIL
MINISTÉRIO DA CULTURA
FUNDAÇÃO CULTURAL PALMARES
Criada pela Lei n. 7.668 de 22 de agosto de 1988

Diretoria de Proteção ao Patrimônio Afro-Brasileiro

CERTIDÃO DE AUTO-RECONHECIMENTO

O Presidente da **Fundação Cultural Palmares**, no uso de suas atribuições legais conferidas pelo art. 1º da Lei n.º 7.668 de 22 de Agosto de 1988, art. 2º, §§ 1º e 2º, art. 3º, § 4º do Decreto n.º 4.887 de 20 de novembro de 2003, que regulamenta o procedimento para identificação, reconhecimento, delimitação, demarcação e titulação das terras ocupadas por remanescentes das comunidades dos quilombos de que trata o art. 68 do Ato das Disposições Constitucionais Transitórias e artigo 216, I a V, §§ 1º e 5º da Constituição Federal de 1988, **CERTIFICA** que a **Comunidade Estrela**, localizada no município de Garanhuns, Estado de Pernambuco, registrada no Livro de Cadastro Geral n.º 002, Registro n. 165, fl. 70, nos termos do Decreto supramencionado e da Portaria Interna da FCP n.º 06, de 01 de março de 2004, publicada no Diário Oficial da União n.º 43, de 04 de março de 2004, Seção 1, f. 07, **É REMANESCENTE DAS COMUNIDADES DOS QUILOMBOS.**

Declarante(s): Processo nº 01420.000387/2005-39

Eu, **Maria Bernadete Lopes da Silva** (Ass.)....., Diretora da Diretoria de Proteção do Patrimônio Afro-Brasileiro, lavrei-a e a extraí. Brasília, DF, **02 de março** de 2005.

O referido é verdade e dou fé

UBIRATAN CASTRO DE ARAÚJO
Presidente da Fundação Cultural Palmares

SBN Quadra 02 – Ed. Central Brasília – CEP: 70040-904 – Brasília – DF - Brasil
Fone: (0 XX 61) 424-0106(0 XX 61) 424-0137 – Fax: (0 XX 61) 326-0242
E-mail: chefiadegabinete@palmares.gov.br <http://www.palmares.gov.br>

"A Felicidade do negro é uma felicidade guerreira" (Wally Salomão)